

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art **ÁLVARO VASCONCELOS STUDART**

**O SOLDADO ALÉM DA GUERRA: AÇÕES DO
EXÉRCITO NA DIPLOMACIA DE DEFESA
BRASILEIRA A PARTIR DE 2005**



Rio de Janeiro
2019

Maj Art **ÁLVARO VASCONCELOS STUDART**

O SOLDADO ALÉM DA GUERRA: AÇÕES DO EXÉRCITO NA DIPLOMACIA DE DEFESA BRASILEIRA A PARTIR DE 2005

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para conclusão do Programa de Doutorado (*Stricto Sensu*), em Ciências Militares, na linha de pesquisa “Estudos da Paz e da Guerra”

Orientador: (Dr.) Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Rio de Janeiro
2019

S933s Studart, Álvaro Vasconcelos

O soldado além da guerra: ações do Exército na diplomacia de defesa brasileira a partir de 2005 . / Álvaro Vasconcelos Studart. — 2019.

114 f.; il. : 30 cm.

Orientação: Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Tese (Doutorado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 110-114.

1. DIPLOMACIA 2. EXÉRCITO 3. POLÍTICA EXTERNA 4. POLÍTICA DE DEFESA I.Título

CDD 355.4

ÁLVARO VASCONCELOS STUDART

O SOLDADO ALÉM DA GUERRA: AÇÕES DO EXÉRCITO NA DIPLOMACIA DE DEFESA BRASILEIRA A PARTIR DE 2005


Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovada em 28 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



ERNANI RODRIGUES DE CARVALHO NETO – Col – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA – Prof Dr – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



VINÍCIOS MARIANO DE CARVALHO – Prof Dr – Membro
KING'S College London




JACINTHO MAIA NETO – Prof Dr – Membro
Escola Superior de Guerra



SABRINA EVANGELISTA MEDEIROS – Profª Drª – Membro
Escola de Guerra Naval

Ciente



ÁLVARO VASCONCELOS STUDART – Maj – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, pelo incansável incentivo ao estudo. À minha esposa, irmã, cunhado e um punhado de amigos queridos, Doutores antes de mim, pelo exemplo. À minha esposa, Francesca, e ao Filippo, meu filho, por me instarem continuamente a ser o melhor diplomata e o melhor guerreiro que eu conseguir ser.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores, chefes e amigos que contribuíram com essa caminhada. Em especial aos colegas do IMM, que dividiram comigo o pesado fardo de conciliar estudos e disciplinas acadêmicas com Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Sem dúvida nenhuma uma grande e desafiadora aventura.

Aos chefes e amigos que ajudaram no grande esforço de reunir os dados e os esclarecimentos necessários para a construção desta tese.

A Instituição, meu chefes e companheiros, que me permitiram participar de muitas dessas experiências.

Ao Professor Ernani, meu vizinho no Brasil, por essas suas orientações e pelas próximas.

Ao Professor Vinícius de Carvalho, não pela amizade, que Aristóteles disse ser um empreendimento livre de pessoas de bem, mas pela ajuda final que catalisou a conclusão desses trabalhos.

A sociedade que separa seus estudiosos de seus guerreiros terá o pensamento feito por covardes e o combate feito por tolos [...] (Tucídides).

RESUMO

O fim da guerra fria inaugurou um período de muita reflexão sobre a finalidade das Forças Armadas. Por mais que a esperada paz duradoura não tenha se confirmado, novas ameaças, inclusive não-estatais, aumentaram seus desafios aos Estados e suas instituições. Até mesmo as forças armadas nacionais, instituições tradicionais e consolidadas dentro do sistema internacional, foram alvo dessas revisões. Não deixaram suas missões clássicas, mas incorporaram uma série de novos papéis que em determinadas circunstâncias vem sendo definidos por vários estudiosos como Diplomacia de Defesa. O Brasil não está alheio a este processo, que em termos nacionais sofre a influência da história e das circunstâncias institucionais locais, como a estabelecimento do Ministério da Defesa em 1999 e a publicação dos documentos de mais alto nível da Defesa Nacional a partir de 2005: a política, a estratégia e o Livro Branco. É a partir desse contexto que se pretende analisar a Diplomacia de Defesa levada a cabo pelo Exército Brasileiro a partir de 2005, visando responder onde, de que forma e com qual nível de articulação com a Política Externa Brasileira o Exército Brasileiro tem exercido sua Diplomacia de Defesa a partir de 2005? Para tal, se propôs a tese de que a diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro a partir de 2005 se utiliza de uma grande variedade de práticas, articuladas de forma sinérgica à política externa brasileira e com um alcance global. Para tal, optou-se por uma abordagem qualitativa, mas apoiando-se em dados do volume de ações diplomáticas do Exército, quando disponíveis. O produto da pesquisa comporá os resultados da tese, que serão comunicados em três artigos independentes. O primeiro artigo, mais teórico, teve como título: **Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: possíveis contribuições da Diplomacia de Defesa exercida pelo Exército**. O segundo, analisou os tipos de ações levados a cabo pela diplomacia de defesa do Exército, debruçando-se efetivamente nas atividades realizadas no período e teve como título: **Novos papéis: análise tipológica das ações da diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro a partir de 2005**. O terceiro artigo, com o título **Diplomacia de Defesa do Exército Brasileiro a partir de 2005: uma análise da distribuição geográfica de suas ações** analisar a distribuição das ações da diplomacia de defesa do Exército, segundo critérios geográficos, visando entender onde essas ações foram exercidas no período estudado. Por fim, na fase conclusiva, procurou-se integrar o conhecimento desenvolvido nos três artigos, realizando uma meta-inferência para responder a pergunta de trabalho e enfrentar a tese proposta.

Palavras-chave: Diplomacia de Defesa, Exército, Política Externa, Política de Defesa

ABSTRACT

The end of the Cold War ushered in a period of much reflection on the purpose of the Armed Forces. As much as the expected lasting peace has not been confirmed, new threats, including non-state threats, have increased its challenges to states and their institutions. Even national armed forces, traditional and consolidated institutions within the international system, were subject to these revisions. They have not left their classic missions but have incorporated a number of new roles that under certain circumstances have been defined by various scholars as Defense Diplomacy. Brazil is not unaware of this process, which in national terms is influenced by local history and institutional circumstances, such as the establishment of the Ministry of Defense in 1999 and the publication of the National Defense Policy and its strategy in 2005, as well as the white paper. It is from this context that we intend to analyze the Defense Diplomacy carried out by the Brazilian Army from 2005, aiming to answer where, in what way and with what level of articulation with the Brazilian Foreign Policy, the Brazilian Army has been exercising its Diplomacy. To this end, the established hypothesis is that the Brazilian Army's defense diplomacy uses various practices articulated with foreign policy in a global context. To this end, a qualitative approach was chosen, but relying on data on the volume of diplomatic actions of the Army, when available. The research product composed the results of the thesis, which was communicated in three independent articles. The first article, more theoretical, was entitled: **Articulation between Foreign Policy and Defense Policy in Brazil: possible contributions of the Defense Diplomacy exercised by the Army**. The second analyzed the types of actions carried out by the Army's defense diplomacy, effectively addressing the activities carried out during the period and was entitled: **New roles: typological analysis of the actions of defense diplomacy exercised by the Brazilian Army from 2005**. The third article, entitled **Brazilian Army Defense Diplomacy from 2005: an analysis of the geographical distribution of its actions**, analyzes the distribution of Army defense diplomacy actions, according to geographical criteria, aiming to understand where these actions were exercised during the studied period. Finally, at the concluding phase, we sought to integrate the knowledge developed in the three articles, applying meta-inference to answer the work question and face the proposed thesis.

Keywords: Defense Diplomacy, Foreign Policy, Defense Policy

LISTA DE ABREVIATURAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados	ACNUR
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil	CCOPAB
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	CPLP
Diplomacia de Defesa	DD
Diplomacia Militar	DM
Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional	DAEBAI
Exército Brasileiro	EB
Força Expedicionária Brasileira	FEB
Ministério da Defesa	MD
Organização dos Estados Americanos	OEA
Organização das Nações Unidas	ONU
Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas	PVANA
Política Externa Brasileira	PEB
Relações Internacionais	RI
Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	ZOPACAS

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1. Figura 1 – Atividades da Diplomacia de Defesa (DEABAI)	28
2. Figura 2 – Atividades da Diplomacia de Defesa por Categorias.....	74
3. Figura 3 – Equipe internacional de instrutores do CCOPAB 2018/2.....	80
4. Figura 4 – Comemoração dos 70 anos da FEB na Itália – 2015	85
5. Figura 5 – Autoridades na entrega de poços artesianos na Guiana.....	86
6. Figura 6 – General prestando contas da Acolhida na ACNUR.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro	Página
1. Aditâncias com oficiais do Exército	75
2. Regiões do mundo por diretriz prioritária de DD	99
3. Distribuição de aditâncias por áreas geográficas	99
4. PVANA por área geográfica da DAEBAI	100
5. PVANA por países da América do Sul	101
6. Vagas CPLP em cursos no Exército Brasileiro	104
7. PVANA na área EUA, Canadá e Europa	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS.....	16
1.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIÊNCIAS MILITARES.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	A ORIGEM DA DIPLOMACIA	21
2.2	ESCOLHA DA ABORDAGEM TEÓRICA	22
2.3	UM PANORAMA DA DIPLOMACIA DE DEFESA	24
2.4	POR UMA DEFINIÇÃO DE DIPLOMACIA DE DEFESA	29
2.5	DIPLOMACIA DE DEFESA OU DIPLOMACIA MILITAR.....	32
3	REVISÃO DE LITERATURA	34
4	REFERENCIAL METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO.....	36
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5.1	ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NO BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA EXERCIDA PELO EXÉRCITO	39
5.1.1	INTRODUÇÃO	39
5.1.2	DIPLOMACIA DE DEFESA E O PRIMADO DO ITAMARATY SOBRE A PEB	39
5.1.3	DIFICULDADES PARA SE PENSAR UMA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA.....	44
5.1.4	UM NOVO MINISTÉRIO, UMA POLÍTICA EM CRIAÇÃO E AS DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA.....	47
5.1.5	PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA POLÍTICA EXTERNA E O PENSAMENTO DE DEFESA NO BRASIL: EVOLUÇÃO RECENTE.....	50
5.1.6	POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA PARA A ARTICULAÇÃO DA DEFESA E DA POLÍTICA EXTERNA	53
5.1.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5.1.8	BIBLIOGRAFIA.....	63

5.2	NOVOS PAPEIS: ANÁLISE TIPOLOGICA DAS AÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA EXERCIDA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 2005	66
5.2.1	INTRODUÇÃO	66
5.2.2	TIPOLOGIA DAS AÇÕES DE DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO BRASILEIRO	69
5.2.3	REPRESENTAÇÕES PERMANENTES	71
5.2.4	FÓRUNS E REUNIÕES BI E MULTILATERAIS	73
5.2.5	INTERCÂMBIOS TÉCNICO-DOCTRINÁRIOS	75
5.2.6	CONGRESSOS CIENTÍFICOS E VISITAS TÉCNICAS	77
5.2.7	ATIVIDADES OPERACIONAIS	79
5.2.8	COMEMORAÇÕES, COMPETIÇÕES E VISITAS PROTOCOLARES	80
5.2.9	APOIO TÉCNICO E MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS	82
5.2.10	COMPRA E VENDA DE PRODUTOS DE DEFESA (PRODE)	84
5.2.11	CONVÊNIOS E ACORDOS	86
5.2.12	CONCLUSÃO	87
5.2.13	BIBLIOGRAFIA	88
5.3	DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 2005: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE SUAS AÇÕES	90
5.3.1	INTRODUÇÃO	90
5.3.2	ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO	92
5.3.3	AMÉRICA DO SUL	94
5.3.4	ÁFRICA	96
5.3.5	ESTADOS UNIDOS, CANADÁ E EUROPA	98
5.3.6	AMÉRICA CENTRAL CARIBE E MÉXICO	100
5.3.7	NOVAS OPORTUNIDADES: ORIENTE MÉDIO; SUDOESTE E LESTE ASIÁTICO; E OCEANIA 100	
5.3.8	CONCLUSÃO	101
5.3.9	BIBLIOGRAFIA	103
6	CONCLUSÃO	106

1 INTRODUÇÃO

Perscrutar o passado em busca da verdade é uma tarefa que ocupa historiadores mundo afora. Buscar entender o presente, entretanto, é uma tarefa ainda mais arrojada. Obriga o pesquisador a uma reflexão que, muitas vezes, o leva a atualizar conceitos que outrora postulava como verdade e estar atento a movimentos mínimos, pois neles residem a força reformadora do presente. Pois, é no tempo presente que repousa o objeto deste trabalho: a diplomacia de defesa brasileira, mais especificamente exercida por militares do Exército Brasileiro.

O simples soar da palavra militar ou exército, para a maioria das pessoas, indicaria capacidade bélica, guerra. Porém, mesmo a guerra, vem mudando, como descrevem estudiosos como Creveld (1991, 2006). Na verdade, o mundo de hoje também já não é igual ao do milênio passado, e estamos apenas terminando a segunda década.

O final do arranjo bipolar, da Guerra Fria, na última década do século XX, inspirou estudiosos a decretarem o fim da história. Segundo eles, contrariando os postulados marxistas, as tensões do mundo haviam chegado ao fim sem o precipitar de mais uma grande guerra e viver-se-ia um período de tranquilidade, onde a concepção de democracia ocidental iria prevalecer (FUKUYAMA, 1992).

Nessa espiral otimista, a União Europeia começou a diminuir as capacidades nacionais de defesa, realizando fusão de empresas e racionalizando seus meios militares a partir de uma perspectiva de defesa do bloco. Nos países em desenvolvimento, militares foram incentivados a se desmobilizarem por ideólogos que faziam prognósticos de uma “guerra do futuro”, baseada em tecnologia e inteligência. Investimentos contidos em exércitos de baixo orçamento simplesmente não compensariam (TOFFLER; TOFFLER, 1995). A perspectiva do fim da história abalou o realismo preponderante nas relações internacionais do século XX, levando consigo suas bases maquiavélicas e hobbesianas, questionando até mesmo o papel do Estado Nacional, e conseqüentemente o de suas Forças Armadas, que em uma visão realista eram encarregados de conquistar e garantir as intensões de poder de um Estado.

Neste mesmo período, o Brasil realizava sua abertura política em meio a uma crise econômica que perduraria até meados dos anos 90. O pensamento brasileiro de

defesa¹, que a partir do fim da II Guerra Mundial permaneceu atrelado aos ideais estadunidenses e à Organização dos Estados Americanos (OEA)², experimentaria ainda um tempo de letargia, antes de florescer de forma autônoma. Para Silva, isso aconteceria apenas nos anos 2000, quando se daria, em suas palavras:

O primeiro e mais importante passo na direção de um novo internacionalismo brasileiro (fundamental para a rediscussão do papel das Forças Armadas) foi o engajamento do Brasil em operações de (manutenção/imposição/verificação) paz sob patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e em cooperação com outros organismos internacionais (Organização da Unidade Africana, OEA, Comunidade do Caribe etc. (SILVA, 2012, p.67).

O renascimento de uma mentalidade de defesa nacional brasileira, entretanto, se dá em uma conjuntura mundial e nacional completamente diferentes daquelas vividas durante a guerra fria. Principalmente após a Crise dos Estados Unidos de 2008 e da Zona do Euro em 2011, o Brasil parece tentar se articular entre as nações em desenvolvimento, criando uma rede capaz de apoiá-lo numa postura mais decisiva na direção de atuar efetivamente como um *global player*³.

Neste século, o Brasil começou a capitanear decididamente esforços para o rompimento do paradigma de cooperação norte-sul, inaugurando um sistema sul-sul eficaz, isto é: cooperação entre os países em desenvolvimento. Formalizou o G-20 econômico, G-20 OMC, Fórum IBAS, BRICS, sem falar nas iniciativas anteriores, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de 1996 e a pioneira Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), ainda de 1986. Tem utilizado para tal fóruns multilaterais e inúmeros acordos bilaterais construídos por uma imensa gama de ações exercidas pelos canais diplomáticos tradicionais, como embaixadores e encarregados de negócios, mas também pela presença de políticos, empresários e militares representando as diversas nuances dos interesses nacionais fora do país.

Dentro dessas circunstâncias, olhando para os novos papéis que se desenhavam para o Estado Brasileiro e suas Forças Armadas, foi emitida a Política

¹ Para uma historiografia da evolução do pensamento de defesa brasileiro pós II Guerra Mundial, ver Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA, 2012)

² Em 1947, no Rio de Janeiro, já no contexto da Guerra Fria, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que englobava os Estados Unidos da América e, então, a quase totalidade dos Estados das três Américas. No ano seguinte, 1948, foi criada a OEA

³ A persistente crise política e econômica não parece mudar as intenções brasileiras, mas certamente tem minado o ímpeto de ações concretas. Nesse sentido, uma leitura mais precisa poderá ser feita a partir dos próximos anos, caso o país confirme os sinais de melhoria da economia que parecem começar a aparecer em 2019.

de Defesa Nacional, à época, que juntamente com sua Estratégia e o Livro Branco da Defesa Nacional, revisados em 2012, formam os documentos norteadores da defesa brasileira (BRASIL, 2005, 2008, 2012). Como afirmou a presidente Dilma Rousseff, em discurso na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2011, o Brasil estaria apto a encarar novos desafios no concerto das nações, inclusive um assento permanente do Conselho de Segurança da Organização (2011).

Em 2019, também na abertura da Assembleia Geral da ONU, o presidente Bolsonaro falou do lançamento esse ano de uma “ampla agenda internacional com intuito de resgatar o papel do Brasil no cenário mundial e retomar as relações com importantes parceiros”. Em relação à ONU, não falou do assento permanente, mas reafirmou a disposição de “manter contribuição concreta às missões da ONU, inclusive no que diz respeito ao treinamento e à capacitação de tropas, área em que temos reconhecida experiência” (2019). É a manifestação oficial da consciência do papel do Estado Brasileiro que suas instituições precisam estar aptas a assumir.

Para ilustrar as novas responsabilidades dos soldados do século XXI, no discurso citado anteriormente, a presidente Dilma chama a atenção para a reforma do conceito de Responsabilidade de Proteger. Após a repercussão negativa de excessos cometidos por tropas da OTAN, Dilma ressalta agora a responsabilidade também ao proteger:

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos (ROUSSEFF, 2011)

Tal conceito está ligado ao emprego de militares com a “responsabilidade de proteger populações em risco” (KENKEL, 2008, p.7). Discutido desde os anos 1980, alvo do Relatório Brahimi (UNITED NATIONS, 2010), mas reponsabilidade que só foi aceita pela ONU em 2005, quando assumiu a responsabilidade da intervenção no Kosovo e de se manter impassível diante do que viria a ser um massacre em Ruanda (NAUMANN, 2004, p.21-22).

Se outrora o diplomata era o homem da paz e o soldado o homem da guerra, qual seria o papel do soldado durante períodos de paz mais prolongados? Ou teria ele algum papel de geração de um ambiente seguro e estável? Como fica a proteção de

civis, o que alguns países chamam de “não guerra”⁴ ou a pacificação de favelas no Rio de Janeiro?

Tudo isso, estaria no limite, pois como se arguirá a seguir, a diplomacia de defesa por excelência estaria antes do emprego de quaisquer meios bélicos, coercitivos. Abarcaria a cooperação, mas não só, intercâmbios, negociações de produtos de defesa, reuniões bi e multilaterais entre estados-maiores e outros fóruns ligados às estruturas de defesa dos diversos países.

O Brasil, suas Forças Armadas e, em particular, o Exército Brasileiro, não estão fora desse contexto. Mais do que isso, a Diplomacia de Defesa (DD) tem se consolidado como uma ferramenta que fomenta paz e segurança, para lá da dissuasão clássica do poderio bélico, sem ao mesmo tempo deixar de expressar, em tempos de paz, os interesses do Estados, contribuindo para a inserção pacífica do Brasil no mundo. Nas palavras do então Ministro da Defesa Celso Amorim:

É fundamental que o Brasil se cerque de um cinturão de paz e boa vontade em todo seu entorno estratégico. (...) ao mesmo tempo, o país precisa estar pronto para se defender contra ameaças oriundas de outros quadrantes. Deve-se construir adequadas capacidades dissuasórias no mar, em terra e no ar. Isto é essencial para desestimular eventuais agressões à soberania brasileira e, desta forma, respaldar a inserção pacífica do Brasil no mundo (NASSER; MORAES, 2014, p.7).

É nesse contexto de mudanças e de crescimento da projeção internacional brasileira que se procurou responder a pergunta: onde, de que forma e com qual nível de articulação com a Política Externa Brasileira o Exército Brasileiro tem exercido sua Diplomacia de Defesa a partir de 2005?

1.1 OBJETIVOS

Na busca de se responder ao questionamento mencionado, foram formulados os seguintes objetivos, que em linhas gerais, nortearam a presente pesquisa.

Em primeiro lugar, conduzir um esforço teórico de definição dos conceitos ligados à tese, principalmente do entendimento do que é a diplomacia de defesa.

Coerente com a definição, prosseguir na reflexão para a identificação das ações típicas dessa diplomacia de defesa, mais especificamente no caso do Exército Brasileiro.

⁴ Para uma explicação sobre operações de não guerra, ver artigo de Ann M. Fitz-Gerald, p. 275 in SEGAL (2005)

Em seguida, averiguar em termos mais abrangentes, como se daria a articulação da diplomacia de defesa exercida pelo Exército com a Política Externa Brasileira e sua Política de Defesa.

Depois, analisar as atividades da diplomacia de defesa do Exército Brasileiro exercidas de 2005 até os dias atuais, classificando-as por grupos, conforme o tipo da atividade.

A partir daí, mapear a incidência dessas atividades por áreas geográficas, tentando identificar as tendências de prioridade dentro da série histórica e das diretrizes da DAEBAI.

E, por fim, na fase conclusiva, articular as três ideias numa resposta ao problema e confrontação com a tese proposta que é a de que a diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro a partir de 2005 se utiliza de uma grande variedade de práticas, articuladas de forma sinérgica à Política Externa Brasileira e com um alcance global.

1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.15), a pesquisa pode ser limitada em relação ao assunto, à extensão e a uma série de outros fatores de tal forma que limitam o campo de ação. Nesse sentido, a presente proposta está limitada no assunto ao focar, especificamente, ações da diplomacia de defesa conduzidas pelo Exército Brasileiro, com ou sem a participação direta do Ministério da Defesa. Isto é, excluem-se as ações que não se enquadrem nas atividades típicas da diplomacia de defesa que se encontram definidas pela Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) em vigor. Da mesma forma, excluem-se ações de diplomacia de defesa executadas por outras Forças Armadas, em virtude da própria delimitação e da dificuldade de se conseguir fontes para tal, não excluindo-se, entretanto, o diálogo com outros trabalhos científicos que tenham explorado o tema a partir das perspectivas das demais Forças Armadas. Excluem-se ainda, por consequência, ações diplomáticas gerais, levadas à cabo pelo Palácio do Itamaraty e outros órgãos ou personagens do direito privado e empresarial, ligados à PEB, mas desvinculadas de questões de segurança e defesa, não envolvendo o Exército, como comércio exterior e intercâmbios em diversas áreas da economia. Excluem-se ainda atos de guerra que liguem o militar à sua função clássica do uso da força, ainda que para a chamada pacificação no contexto dos decretos de Garantia da Lei e da Ordem

(GLO) que tem amparado as Forças Armadas no Brasil executarem ações militares nas comunidades do Alemão ou da Maré, por exemplo.

Por outro lado, incluem-se como ações da diplomacia de defesa atividades de treinamento de outras tropas mundo a fora nas táticas, técnicas e procedimentos militares (TTP) ou ainda a participação de tropas brasileiras em ações diretas de apoio à política externa nacional, como atualmente durante a Operação Acolhida, frente a crise dos refugiados venezuelanos que chegam na fronteira com Roraima. Outras considerações sobre a definição de Diplomacia de Defesa contribuirão em seguida para reforçar e tornar ainda mais claro os limites do objeto.

Pode-se ainda estender a diplomacia de defesa para as ações do aparato estatal de defesa em apoio à indústria brasileira de produtos de defesa, com potencial para se tornar objetos deste trabalho, desde que, no caso, as ações tenham sido capitaneadas por militares do Exército Brasileiro. Note-se que a própria Estratégia Nacional de Defesa (END) dá diretrizes ao Ministério da Defesa (MD) visando que este último contribua no esforço de reorganização da Base Industrial de Defesa brasileira. Até porque, segundo a mesma estratégica a reorganização da Base Industrial de Defesa visa “assegurar que o atendimento às necessidades de tais produtos por parte das Forças Armadas”. Mais do que isso, de que esses produtos “apoie-se em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil)” (BRASIL, 2013a).

A extensão do trabalho, do ponto de vista do espaço geográfico, parte do Brasil, evidentemente, por ocupar-se da diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro. Entretanto, não se estabeleceu nenhuma limitação geográfica a priori como alcance da diplomacia de defesa analisada no presente trabalho

Por fim, o recorte temporal proposto para o presente trabalho se inicia em 2005, pois foi o ano emblemático para o pensamento de defesa brasileiro: ano da publicação da Política de Defesa Nacional, que definiu uma série elementos e prioridades, com reflexos diretos para a diplomacia de defesa nacional⁵. A baliza final está aberta para render o máximo de atualidade ao trabalho, que buscará recolher dados o mais atuais

⁵ Em 1996, ainda antes da implantação do Ministério da Defesa, estabeleceu-se uma Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), incluindo diversos órgãos e autoridades ligados à defesa, que em setembro produziu um documento chamado Documento de Política de Defesa Nacional (DPDN), que estabeleceu algumas bases para otimizar o Sistema de Defesa Nacional. O Ministério da Defesa, embora as discussões remontem à constituição de 1946, só foi criado em 1999 (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010, p.4).

possíveis, possibilitando ainda a criação de uma série histórica a partir da qual se identificaram tendências nas ações desta diplomacia de defesa implementada pelo Exército, seja em seu tipo, seja em seu direcionamento geográfico. É lícito ainda intuir que as Forças Armadas tenham necessitado de um tempo para compreender todas as mudanças em curso e se adaptarem às diretrizes da PND, rendendo, mais de 10 anos depois, ações muito mais consistentes.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIÊNCIAS MILITARES

Ao investigar a contribuição da presente pesquisa para as Ciências Militares, observou-se que está perfeitamente colimada com o objetivo proposto pelo Comandante do Exército para as Ciências Militares:

Art. 3º Estabelecer que **a pesquisa e o estudo das Ciências Militares no Exército Brasileiro** tenha (*sic*) por finalidades a formulação da Doutrina Militar Terrestre, **o avanço do conhecimento em Defesa** e a preparação de líderes militares, de pesquisadores, de planejadores e de gestores dos recursos **colocados à disposição da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional, em tempo de paz ou de guerra** (EXÉRCITO, 2010, grifo nosso).

Além disso, a pesquisa foi divisada dentro de um espectro de pesquisa não só multi como transdisciplinar, pensando-a sob a ótica das ciências e disciplinas consolidadas anteriores às ciências militares. Na definição das ciências militares exarada pelo Comando do Exército, através de portaria específica, as ciências militares abrigam, entre outras disciplinas: Defesa Nacional, Estratégia, Operações Militares, Política e Relações Internacionais (EXÉRCITO, 2010). Cada uma destas áreas constituiu um saber que contribuiu direta ou indiretamente para o arcabouço teórico que balizou o presente estudo. O olhar transversal que propõe as ciências militares, entretanto, trouxe o entendimento abrangente o suficiente para lançar luzes sobre este objeto. Outrossim, ao se buscar conjugar dados numéricos à análise puramente qualitativa e teórica, descrita a seguir, fortificam-se também os métodos de pesquisa em Ciências Militares.

De forma análoga, porém inversa, propostas epistemológicas mais atuais podem inspirar novas leituras e abordagens a autores consagrados, cujas teorias já estejam postas em seus nichos originais. A sobreposição e uma articulação menos ortodoxa de conceitos e pensadores pode levar a novas reflexões, contribuindo para ampliação dos saberes de uma forma geral.

Note-se ainda, conforme já sinalizado, que o pensamento de defesa brasileiro,

após a II Guerra Mundial, foi perdendo sua autonomia. Primeiro por uma tendência de homogeneização de pensamento militar no continente, sob tutela dos EUA, no escopo da guerra fria e da securitização de temas como o narcotráfico. Em seguida, pela abertura política realizada no auge do otimismo de um pretenso fim da história e da guerra do futuro, onde não se sabia em que direção os sistemas de defesa, principalmente de países em desenvolvimento, caminhariam. Junte-se a isso o fato de que, no Brasil, o tema de defesa foi banido da academia e da vida do cidadão comum, após o fim do período militar, recebendo, nas palavras de Silva, uma punição tida como “justa” (SILVA, 2012, p.64).

Nesse contexto, contribuir com uma pesquisa do gênero, no alvorecer do pensamento de defesa brasileiro, é certamente uma grande contribuição, não só para a academia, do ponto de vista epistemológico, como para a sociedade em geral. Mais que isso, é a busca salutar de refletir sobre novos e atuais papéis para as Forças Armadas de um país que desabrocha na cena internacional dos grandes atores, na contramão de ideologias que busquem estratégias para seu desmonte a qualquer preço.

Por último, num mundo dinâmico, refletir sobre essas novas possibilidades de emprego das Forças Armadas e de imediato se debruçar sobre sua aplicação e os reflexos do fenômeno de respaldo teórico, acelera o processo científico, valoriza o esforço acadêmico e materializa a sua contribuição. Contribuir para realizar um registro das ações da diplomacia de defesa brasileira capitaneada pelo Exército pode ainda servir à novos trabalhos, formando uma base de dados para uso em diversas áreas, inclusive pela historiografia nacional, sendo a história militar também parte das Ciências Militares (EXÉRCITO, 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Creswell, a articulação de um referencial teórico nas pesquisas qualitativas pode ser realizada de diversas formas. Pode até mesmo ser o fim de um dado projeto. Ou mesmo, tal referencial "vem no início e proporciona uma lente que dá forma ao que se observa e às perguntas feitas" (2009, p.49), que é o caso do presente estudo.

Por isso mesmo, é parte fundamental do trabalho iniciar buscando uma definição de diplomacia de defesa, a partir de uma reflexão retomada sobre os conceitos tradicionais, com destaque à Escola Inglesa das relações internacionais, contribuindo para sistematizar um fenômeno que vem acontecendo no mundo, como no Brasil.

2.1 A ORIGEM DA DIPLOMACIA

Segundo Magnoli (2004, p.3) a "diplomacia e o diplomata como entidade política, nasceram na Grécia antiga, quando as cidades-estado enviavam embaixadores em missões especiais em diferentes polis". Ainda segundo Magnoli, a diplomacia renascentista italiana lançou as bases para a moderna atividade diplomática. Só com a criação do Estado Nacional houve uma profissionalização do corpo diplomático, advindo do surgimento do conceito de Estado territorial o que possibilitou o início de teorias políticas sobre o Estado (2004, p.10 e p15). Segundo Freeman Jr, entretanto, é só um pouco depois, com a assinatura dos chamados Tratados de Westfalia, em 1648, que puseram fim à Guerra dos 30 anos que envolveu diversos países europeus, quando foi construído conceitos fundamentais para o sistema internacional moderno como o de soberania, que se pode dizer que a diplomacia moderna foi inventada (FREEMAN JR, 1997, pos.63). Segundo Freeman, aquela nova Europa surgia com uma intensa interdependência, necessitando constante negociação e o diplomata tornou-se o profissional capacitado para esse fim.

Westfalia é considerado o lugar fundador das duas principais correntes do pensamento das Relações Internacionais, as escolas Idealistas e Realistas (MAGNOLI, 2004, p.37). O Idealismo fundado sobre a noção de valores universais e o realismo, numa noção de Estado construída a partir de Hobbes e dos consequentes interesses nacionais (MAGNOLI, p.42-43). Esta última, foi a escola dominante nas Relações Internacionais durante várias décadas. Embora tenha sofrido muitas críticas

no final da guerra fria, está longe de acabar, tendo encontrado novo vigor com autores contemporâneos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.48-55).

Para Castro, a escola realista está atrelada à lógica humana de ganhos calculados e de dominação (2012, p.310). No mister da consecução dos objetivos nacionais, observa-se dois personagens aparentemente antagônicos: de um lado o Diplomata, o profissional da persuasão, os olhos e mãos do Estado no estrangeiro, buscando alcançar os interesses nacionais sem a necessidade de meios extremos; do outro lado o Militar, os punhos do Estado, seu último argumento, aplicando a violência para intimidar e determinar as decisões de um outro Estado (FREEMAN JR, 1997, pos.151). Baseando-se nos escritos hobbesianos e maquiavélicos, o Realismo reconhece a necessidade do monopólio estatal da violência, na figura dos Exércitos Nacionais. Seriam eles a ferramenta através da qual o Estado imporá de maneira crescente o seu poder até se tornar hegemônico.

Para Bobbio, um conceito de hegemonia seria:

A potência hegemônica que exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção (BOBBIO; MATTUCCI; PASQUINO, 2007, p.589 grifo nosso)

2.2 ESCOLHA DA ABORDAGEM TEÓRICA

Do ponto de vista teórico, o presente trabalho optou por olhar o problema através das lentes da Escola Inglesa das Relações Internacionais, que tem como esteio a produção de autores como Adam Watson, Hedley Bull e Martin Wight. A Escola Inglesa se coloca, em alguma medida, como uma síntese entre realistas e idealistas, englobando uma capacidade explicativa importante para o entendimento dos fenômenos sobre os quais esta tese se debruça.

Para a Escola Inglesa, a anarquia é sim uma característica do sistema internacional, assim como entendiam os realistas. Entretanto, seria possível se conceber uma certa ordem nesse sistema internacional anárquico, a partir de valores compartilhados. Desta forma, seria possível se dar um passo mais além do sistema internacional e se falar, na verdade, em uma sociedade internacional (BULL, 2002).

Segundo Bull (2002), a ordem dessa sociedade internacional seria sustentada pelo que ele chamou de instituições de sua sociedade internacional. A primeira – e mais importante – é o equilíbrio de poder, mas também as grandes potências, a guerra e a diplomacia, além do direito internacional. Com isso, constata-se que em termos

teóricos Bull nos apresenta uma síntese entre realistas e idealistas.

Retomando o realismo, Bull vai perceber que a proposta realista no sistema internacional anárquico é de que os interesses nacionais seriam preservados por meio de regras que admitiam apenas duas ações clássicas por parte de um Estado: a diplomacia e a guerra (2002, p.88).

A guerra, que é o emprego da força para impor os interesses do Estado no realismo encontra ainda guarida na definição weberiana de Estado, que é “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física” (WEBER, 1982, P.56). Para Bull, “guerra é a violência organizada, promovida pelas unidades políticas entre si” (2002 p.211). Segundo a Escola Inglesa, entretanto, a guerra, do ponto de vista da sociedade internacional, pode ser vista como uma forma de se implementar o direito internacional e, em última análise, de se promover o equilíbrio de poder, portanto a ordem, por ser, como citado anteriormente, uma das instituições dessa sociedade.

A diplomata, entretanto, se diferencia de quem faz a guerra pois “se limitam ao emprego de meios pacíficos” (BULL, 2002, P.188). Isto posto, observa-se que Hedley Bull se restringe ao escrutínio da prática em si, que é pacífica e não necessariamente ao agente da mesma. Aliás, a ressalva que faz Bull em relação ao agente da diplomacia é que são os “agentes oficiais” que trabalham “na condução das relações internacionais” dos Estados.

Ao se debruçar sobre o sentido da palavra diplomacia, Bull fala novamente de meios pacíficos, mas se restringe a dizer que é conduzida entre Estados e por agentes oficiais, não fazendo referência particular à profissão do diplomata. De fato, ao verificar a definição do Oxford English Dictionary, que traz diplomacia como “método pelo qual essas relações [entre os Estados] são ajustadas por embaixadores e enviados; a atividade ou arte do diplomata” (OXFORD apud BULL, 2002, p,187). Bull se contrapõe de maneira explícita. Diz que “numa época em que o papel dos embaixadores e dos diplomatas em geral nas relações internacionais tem diminuído muito, esta definição está indevidamente elaborada” (BULL, 2002, p.187).

Raymond Aron não é um autor clássico da Escola Inglesa, entretanto seu pensamento se aproxima dos postulados de ordem de Hedley Bull ao falar do que chamou de homogeneidade no sistema internacional, embora reconheça o relevo do papel do Estado, o que implica muitas vezes em ser citado como um autor mais

alinhado com o realismo, como fundo teórico geral⁶. Aron define diplomacia como a “arte de convencer sem usar a força”, enquanto a estratégia “a arte de vencer de um modo mais direto” (ARON, 2002, P.73). Mais uma vez, tem-se o relevo da prática e não o ator. Apoiando-se em Clausewitz, entretanto, Aron lembra que “a guerra não passa de um instrumento a serviço de objetivos fixados pela política” e vai além, deixa claro que tanto a estratégia quanto a diplomacia devem obedecer a política, que em seu dizer é a “inteligência dos interesses duráveis da coletividade” (ARON, 2002, p.72). Neste sentido, ao falar desses interesses duráveis da coletividade, mais uma vez poderia se abrir para os valores partilhados, que fundamentam a ordem na Escola Inglesa. De uma forma ou de outra, pode-se dizer tanto Aron, como os clássicos representantes da Escola Inglesa, vão falar da guerra ou da diplomacia exercidos de forma oficial, sem dar relevo ao ator, mas sim à prática em si, que as configura, no olhar inglês, como instituições de uma sociedade internacional. Desta forma, servem de instrumentos de valores compartilhados e, como tal, aptos ao diálogo com as demais instituições, entre elas o direito internacional, contribuindo para a ordem e para um adequado equilíbrio de poderes na sociedade.

Em contraste e a guisa de comparação, até para ratificar a opção teórica pela Escola Inglesa, se pegarmos um autor realista, percebe-se um modelo mais simples, fronteiras definidas e diamétricas. Para Morgenthau, portanto:

As Forças Armadas são instrumentos de guerra; a política externa é um instrumento de paz. É bem verdade que são idênticos os objetivos supremos da conduta da guerra e do exercício da política externa: uns e outros servem ao interesse nacional. No entanto, eles diferem fundamentalmente no seu objetivos imediato, nos meios que emprega, bem como no modo de pensamento que imprimem às suas tarefas respectivas (MORGENTHAU, 2003, P.1016).

A percepção dos realistas, portanto, por uma contraposição vivamente antitética, pouco sensível aos limites desses fenômenos, impede o escrutínio do objeto desta tese, inviabilizando a escola realista como escolha teórica.

Por fim, percebe-se que as lentes teóricas mais adequadas para esta tese são, de fato, aquelas formadas pelo arcabouço teórico da Escola Inglesa, que descreve a diplomacia como uma das instituições de sua sociedade internacional.

2.3 UM PANORAMA DA DIPLOMACIA DE DEFESA

⁶ Para uma leitura mais aprofunda sobre as aproximações de Aron com a Escola Inglesa, ver **Ontologia e Epistemologia da Ordem Internacional em Raymond Aron**, por Ramon-Fernandes (2015).

No percurso das definições e fundamentos necessários a esta tese, é fato que durante a evolução do pensamento dos estudos de segurança algumas vezes a relação diplomacia e paz nem sempre foi muito clara. Segundo Schelling, “a diferença usual entre a diplomacia e a força não está meramente nos instrumentos, palavras ou balas, mas na relação entre os adversários” (SCHELLING, 1966, p.1). A partir daí ele descreve a diplomacia como um processo de negociação ou barganha, independentemente de ser conduzida de forma educada ou conter ameaças tácitas ou explícitas. Ele advoga a possibilidade de utilizar o sofrimento ou a possibilidade de impingi-lo, como um meio diplomático. Segundo ele, “o poder de machucar é poder de barganhar. Explorá-lo é diplomacia - uma diplomacia perversa, mas diplomacia” (SCHELLING, 1966, p.2)

Neste mesmo sentido, propugna-se hoje a necessidade de superar a visão do militar exclusivamente ligado às ações de combate clássicas, com armas na mão, que fizeram com que se postulasse uma época que “o poderio militar é o elemento mais unilateral do poder nacional” (FREEMAN JR, 1997, pos.325). Iniciando a lançar luzes no sentido de um conceito moderno de Diplomacia de Defesa, Cottey e Forster afirmam que:

O papel das Forças Armadas vem sendo tradicionalmente definido pelo imperativo funcional do uso da ameaça ou da força - seja por propósitos de defesa, dissuasão, pela intensão de compelir ou de intervir. A Diplomacia de Defesa, por outro lado, envolve o uso cooperativo em tempos de paz das Forças Armadas e infraestrutura relacionada (prioritariamente Ministérios da Defesa) como uma ferramenta para a política externa e de segurança (COTTEY; FORSTER, 2004, pos.83)

Cottey e Forstey chegaram ainda a propor uma lista de atividades típicas da diplomacia de defesa como: contatos bilaterais e multilaterais de alto nível; apoio para a cooperação militar regional; apoio para reforma do setor de segurança; apoio para o desenvolvimento de capacidades para atuar em forças de paz; designação de adidos; acordos bilaterais de defesa; treinamento de pessoal militar e civil; promoção do controle democrático das Forças Armadas; visitas e contatos de pessoal e unidades; designação de militares e civis para servirem em organizações militares de outros países; apoio em fornecimento de equipamento e outros materiais de aplicação militar; e exercícios militares bilaterais e multilaterais (COTTEY; FORSTER, 2004, pos.99-155).

Com as mudanças do contexto histórico colocadas em panorama nesta tese, a academia começou também a produzir alguma coisa especificamente sobre

diplomacia de defesa. Além de Cottey e Forster (2004), já citado, Reveron (2010) também descreve o papel da diplomacia de defesa pelo viés da cooperação entre forças. Já Barkawi (2011), numa perspectiva norte-sul, vê a diplomacia de defesa como uma estratégia para o balanço de poder. Para ele, as grandes potências têm no auxílio ao treinamento de exércitos menos desenvolvidos, por exemplo, uma relevante ferramenta de dominação. Já Du Plessis (2008), a partir de uma perspectiva sul-africana, indica a diplomacia de defesa como uma diplomacia por si só e não um simples apêndice da tradicional, embora chame a atenção sobre a falta de integração entre política externa e de defesa. Segundo Du Plessis, por vezes, a diplomacia de defesa fica restrita “à política militar de defesa, ao invés de ser aprimorada no contexto da política externa” (2008, p.87).

Outra importante contribuição é o trabalho de Muthana (2011) que fala dos objetivos do que chamou de diplomacia militar⁷, faz um apanhado de definições e analisa a diplomacia de defesa indiana em contraste com a China. Segundo ele, no “mundo plano” do século XXI, uma nação que não emprega todos os seus recursos no desenvolvimento de um ambiente de segurança no seu entorno, seria forçada a se desenvolver abaixo do ideal (MUTHANNA, 2011, p.13).

O Reino Unido foi pioneiro na busca de sistematizá-la de forma institucional, reservando uma seção de seu documento chamado *International Defence Engagement Strategy* de 2013 para traçar práticas da diplomacia de defesa: visitas entre agentes relacionados com a Defesa; redes de adidos militares; os tratados e acordos internacionais; as alianças e as parcerias estratégicas; a assessoria civil de Defesa; o treinamento no país e no exterior; o trabalho com as organizações multilaterais, incluindo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia (EU) e a ONU; as visitas de unidades militares; e o intercâmbio de pessoal (KINGDON, 2013). Segundo Swistek, o Ministério da Defesa Inglês entende que a missão da diplomacia de defesa pode ser definida como responsável por:

providenciar forças para irem ao encontro das varias atividades desenvolvidas pelo Ministério da Defesa para dissipar hostilidades, construir e manter confiança e e apoiar o desenvolvimento das forças armadas democraticamente responsáveis, contribuindo assim de forma significativa para a prevenção e resolução de conflitos (SWISTEK, 2012, p.79)

Já nos documentos oficiais franceses de defesa, livro branco e estratégia, não

⁷ Mais a frente será feita a diferenciação entre os termos diplomacia militar e diplomacia de defesa, que foi a opção para se utilizar no presente trabalho.

se encontrou nenhuma referência ao termo Diplomacia de Defesa, em que pese não seja ignorado de fato por estudiosos e diplomatas daquele país. Ainda em 2002, o diplomata francês Henry Fabiani publicou um paper intitulado *Diplomatie de Défense et Diplomatie Préventive: vers une nouvelle symbiose entre diplomatie et défense*. Naquele trabalho, o autor reputa a origem do termo em si aos ingleses, que fizeram constar em sua estratégia de 1998 (FABIANI, 2002, p.616). No entanto, tentando descrever uma diplomacia de defesa “à la française”, Fabiani sugere que se tratariam de “atividades preventivas” como as ligadas à velha estratégia, como postos permanentes no estrangeiro, reconhecimentos militares, missões pontuais, desdobramentos de tropas no exterior, participação em instituições internacionais de segurança (ONU, OTAN, UE), cooperação militar, mas também sugere a inclusão do ensino, da pesquisa e da comunicação.

No livro branco italiano utiliza uma abordagem um pouco mais indireta ao dizer, “a ação constante, atenta e pragmática das relações internacionais desenvolvidas pela defesa (assim chamada Diplomacia Militar) permitiu consolidar ou criar novas e duradouras relações com numerosas nações, facilitando seja a ação de estabilização internacional, seja o desenvolvimento de profícuas relações econômicas, culturais e sociais” (ITALIA, 2015, p.22). Na verdade, o Ministério da Defesa italiano dispõe de um órgão chamado Gabinete do Conselheiro Diplomático, escolhido e nomeado pelo Ministro da Defesa em acordo com o de Relações Exteriores, com a missão de desenvolver, “de acordo com a estrutura do Ministério [da Defesa] as atividades de apoio ao Ministro [da Defesa] para as relações internacionais e comunitárias” (ITALIA, 2015b).

No Brasil, a Política e a Estratégia Nacional de Defesa, bem como o Livro Branco, também não contemplam em nenhum local o termo diplomacia militar ou diplomacia de defesa de maneira explícita. No Livro Branco, entretanto, inicia por dizer que “as Forças Armadas brasileiras se estruturam em torno de capacidades e não em função de inimigos” (BRASIL, 2012, p.53). Em seguida, passa a descrever uma série de capacidades alinhadas com as características da diplomacia de defesa que se tem percebido até aqui: dissuasão, projeção do país, participação em ações humanitárias, missões de paz e operações autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações (BRASIL, 2012, p.54).

Em que pese a omissão do termo, o próprio Itamaraty indica a consciência da diversificação de atores estatais brasileiros no exterior, o que chama, na esfera do

Governo Federal, de descentralização horizontal:

aumenta a interface dos agentes estatais brasileiros com suas contrapartes estrangeiras. Esse processo possibilita ao Brasil exercer influência em maior número de áreas junto aos demais Estados – não apenas no âmbito do diálogo político, mas em todas as outras áreas em que existe compartilhamento de experiências e cooperação. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2014, p.115)

Pode-se perceber, portanto, que a diplomacia institucional brasileira não só reconhece a inserção de novos atores no esforço diplomático nacional, como os vê de forma positiva para a influência externa brasileira.

Retomando a já nominada diretriz de atividades do Exército Brasileiro na área internacional, a DAEBAI, que é assinada pelo Comandante do Exército e atualizada a cada 4 anos, tem-se na anterior, de 2013, uma definição do que se chamou no documento “diplomacia militar”⁸ no âmbito do Exército:

o conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeitos entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras (BRASIL, 2013b)

A atual DAEBAI, de 2016, alterou um pouco a definição, demonstrando um maior esforço sintético e explicativo. A DAEBAI (BRASIL, 2016) atual afirma que a Diplomacia Militar visa “promover **intercâmbios** e **cooperações**, construindo relações de **confiança mútua**, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a **segurança**, o **desenvolvimento**, a **estabilidade** regional e a **paz** mundial” (grifo nosso). Note-se, portanto, que a percepção exarada na definição vai ao encontro da percepção dos valores compartilhados pela sociedade internacional propostos pela Escola Inglesa.

Em consonância com a anterior, a diretriz atual sublinha a importância do alinhamento da diplomacia militar e de todas as ações internacionais do Exército, com a PEB e as diretrizes do MD. Ambas as diretrizes citam um rol de atividades inerentes à diplomacia de defesa sob a ótica do Exército Brasileiro.

⁸ Para fins de manter a coerência com a opção teórica e refletida do trabalho, fora as citações diretas, utilizar-se-á o termo “diplomacia de defesa”, mesmo referindo-se à DAEBAI, que optou pela terminologia diplomacia militar, entendendo que o que é feito pelo Exército encaixa-se no primeiro conceito, conforme discussão mais à frente.



Figura 1: Atividades de Diplomacia de Defesa. Fonte DAEBAI (BRASIL, 2016)

Em todo esse contexto, a diplomacia de defesa, como prática, tem se fortalecido e o emprego das forças armadas de uma forma não coercitiva clássica uma realidade dentro das relações internacionais e da política externa dos países, inclusive o Brasil. A partir do panorama apresentado nessa seção, em seguida se buscará definir melhor a diplomacia de defesa, como objeto da presente tese.

2.4 POR UMA DEFINIÇÃO DE DIPLOMACIA DE DEFESA

Na busca de uma definição de diplomacia de defesa, é fundamental o trabalho do brasileiro Almeida Silva (2014, 2015). De todas as contribuições analisadas, é sem dúvida o esforço mais consistente do ponto de vista teórico e epistemológico para se estabelecer uma definição abrangente da diplomacia de defesa. Ele mesmo ressalta, entretanto, que “o conceito de diplomacia de defesa tem diversas interpretações” e que seria “impossível estabelecer um conceito sem ambiguidades e contestações”.

Utilizando-se também da chave teórica da escola inglesa, Almeida Silva é enfático ao afirmar que a produção acadêmica atual, em termos conceituais, costuma a enquadrar a diplomacia de defesa apenas, ou primordialmente, como um instrumento de cooperação entre países ou instrumento para organização ou equilíbrio de poder. Para Almeida Silva, entretanto, diplomacia de defesa é mais abrangente e complexa (2015, p.188).

Mesmo com a ressalva anterior, das possíveis ambiguidades advindas de uma definição, Almeida Silva propõe o que se pode identificar como uma definição possível para diplomacia de defesa:

A diplomacia de defesa é um tipo de diplomacia que se caracteriza por seu campo de atuação, aquele relacionado com os **recursos tangíveis e intangíveis da Defesa**, e por sua natureza **não coercitiva**. Assim, sua principal característica é a construção e reprodução de **relações no âmbito da Defesa** entre os **Estados e outras entidades** que atuam na política internacional que **não implicam a ameaça ou o uso da força**. Esse paradoxo lhe confere uma identidade singular (ALMEIDA SILVA, 2015, p.190, grifo nosso)

Nos elementos grifados do trecho acima, portanto, residem os fundamentos da diplomacia de defesa, conforme são compreendidos no presente trabalho. Perceba-se o fundamento não coercitivo dos recursos da defesa que instrumentalizam o diálogo entre os Estados e deles com outras entidades, visando a coexistência e o assentamento de valores comuns à sociedade internacional. Para tal, esse diálogo é interposto através de instituições desse sistema, dentre as quais a diplomacia, nesse caso exercida dentro dos recursos da defesa, mas conservando seus fundamentos (BULL, 2002; WATSON, 1982).

Sem a intenção de extinguir as possíveis dubiedades subsistentes à definição proposta acima, em termos de ampliar o esclarecimento, entende-se possível e, neste caso, útil, sublinhar aquilo que a diplomacia de defesa não é. Ou aquilo que pode até ser um de seus instrumentos, mas que não a esgotam como fenômeno.

Desta feita, conforme citado anteriormente, a cooperação em si, em suas diversas modalidades, algumas das quais descritas por Cottey e Foster (2004), Reveron (2010)⁹ ou listadas pela DAEBAI (2016), podem vir a ser instrumentos da diplomacia de defesa, mas certamente não pode ser entendida como sinônimo.

Diplomacia de defesa também não é “diplomacia de canhoneira” ou “de violência”. Segundo Du Plessis, diplomacia da força ou da coerção envolve atos militares sem vítimas imediatas, mas que pelo uso da dimensão coercitiva das forças armadas suporta a diplomacia em busca dos objetivos políticos (DU PLESSIS, 2008, p.94).

⁹ Reveron tem um foco maior na cooperação no sentido da assistência humanitária e no conceito mais alargado de segurança, lançando mão do que definiu como “cooperação de segurança”, que embute também a instrumentalização para servir aos interesses de segurança dos EUA e para o balanço de poder. Para tal, vislumbra-se o investimento nas forças de aliados e amigos para aumentar o intercâmbio de inteligência e “harmonizar as percepções sobre os desafios de segurança”, proporcionando acesso às forças armadas dos EUA, inclusive a infraestruturas nesses países amigos e aliados (REVERON, 2010, p.105).

Almeida Silva, por sua vez, afirma que diplomacia de defesa não pode ser confundida com o que se convencionou chamar de Military Operations Other than War (MOOTW) (2015, p.190). O termo foi cunhado pela doutrina militar dos EUA nos anos 90, tendo no termo Peace Support Operations (PSO), seu equivalente na doutrina inglesa, tendo posteriormente a Inglaterra se tornado referência no assunto dentro da ONU. MOOTW/PSO englobam diversos tipos de operações, inclusive de cunho humanitário e de suporte logístico, mas principalmente englobam as operações de manutenção da paz, tipicamente sob a égide da ONU (SEGAL, 2005 p.275).

De fato, os termos MOOTW e PSO em si não substituem o conceito de diplomacia de defesa. Muitas vezes, nem mesmo as ações militares, naquele escopo, são exemplos do emprego não coercitivo das forças armadas. Por exemplo: mais que missões de monitoramento de acordos de paz, com observadores desarmados, tendam a se aproximar da diplomacia de defesa, o mesmo não pode ser dito da Missão das Nações Unidas no Congo (MONUSCO), que conta com 15.000 militares e, inclusive, uma Brigada de Intervenção, com autorização para executar manobras ofensivas e buscar engajar militarmente as guerrilhas locais. Por outro lado, a atual operação Acolhida, que emprega meios militares, sobretudo logísticos, para o atendimento da crise dos refugiados na fronteira com a Venezuela, que também entraria no escopo do MOOTW¹⁰, provavelmente também poderia ser percebida como uma ação no âmbito da diplomacia de defesa.

No entanto, demonstrando a complexidade do assunto, embora se configure na MONUSCO muitas vezes o uso coercitivo dos meios militares, há desdobrado ali um batalhão de força de paz uruguaio que contempla, dentro dele, um oficial brasileiro como parte do estado-maior do batalhão. Nesses termos, pode-se identificar a ação da diplomacia de defesa brasileira capaz de articular acordos de cooperação, não só no intercâmbio de alunos e visitas formais, de praxe, mas no emprego de tropas, que exige um nível de confiança e interação muito maior, reforçando laços efetivos de

¹⁰ MOOTW é uma classificação da doutrina americana. Durante algum tempo a doutrina brasileira chegou a dividir os tipos de operações em operações de “guerra” e “não-guerra”. A atual doutrina, a partir do novo manual de operações editado em 2018 divide as operações em três categorias: Ofensiva, Defensiva e Operações de Coordenação e Cooperação com Agências (OCCA). Essa última englobaria inclusive as operações de pacificação, que tem ocorrido com certa frequência no Rio de Janeiro. A percepção é que no contexto atual, algumas operações de coordenação ou cooperação com agências podem ocorrer tanto em um ambiente de guerra como de não-guerra.

confiança mútua com a nação amiga do Uruguai.

Desde 2014, o Brasil possui acordos análogos com a Espanha, desdobrando 7 militares junto à brigada espanhola na UNIFIL (Líbano), acabou de concluir a operacionalização de um acordo com a Itália para enviar, a partir de 2020, 2 militares, também para a UNIFIL, mas juntamente com a brigada italiana ali desdobrada. Há ainda, através de um acordo com Portugal, 4 oficiais brasileiros em uma equipe de treinamento da União Europeia desdobrada na República Centro Africana, trabalhando em cooperação com outra missão da ONU, a MINUSCA. Tais acordos demonstram a capacidade de articulação da diplomacia de defesa brasileira, estreitando vínculos com parceiros de seu entorno estratégico, mas também nações europeias, de exércitos desenvolvidos, membros da OTAN, mas com laços históricos de parceria com o Brasil. Representam também o multilateralismo, como uma característica crescente da diplomacia de defesa atual (MURPHY, 2012; TAN, 2016).

2.5 DIPLOMACIA DE DEFESA OU DIPLOMACIA MILITAR

Outra questão importante e que necessita esclarecimento é a utilização dos termos diplomacia de defesa ou diplomacia militar.

Du Plessis (2008) faz a diferenciação dos termos em dois níveis. Num primeiro, diz que os temas relacionados à defesa são mais abrangentes, ligados à segurança com um viés mais amplo que aqueles ligados estritamente aos interesses militares. Em seguida, numa abordagem mais estrita, dá conta que na diplomacia militar se lança mão apenas dos meios estritamente militares para seu exercício, de farda, como os adidos militares, que tem, por conseguinte, interesses limitados ao campo militar. Na visão de Du Plessis, para o exercício da diplomacia de defesa são empregados o aparato civil da defesa, capaz de ter um alcance mais abrangente.

A partir de um ponto de vista mais realista, Barkawi diz que defesa e segurança acabam sendo essencialmente eufemismos político-burocráticos (2011, p.597). Segundo ele, os chamados Ministérios da Guerra tiveram seus nomes alterados um pouco antes ou um pouco depois da II Guerra Mundial, num esforço, entre outras coisas, de contribuir para a legitimação do uso da força no mundo ocidental. Nos EUA, por exemplo, o Departamento de Defesa foi criado, unificando as Forças Armadas Americanas em 1949 (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2019).

A tendência do emprego do termo “defesa” se confirmou a partir do final da Guerra Fria e a inclusão do termo diplomacia de defesa no livro branco inglês de 1998

foi profundamente marcante para a percepção da importância do fenômeno (PARLIMENT. HOUSE OF COMMONS, 1998).

Isto posto, entendendo que a denominação diplomacia de defesa é não só mais atual, como também mais abrangente do que a opção diplomacia militar, fez-se a opção por referir-se ao objeto da primeira forma. Desta feita, torna-se desnecessário a análise de cada ação sob o escrutínio de ser algo de interesse específico ou mais abrangente, o que muitas vezes poderia gerar dúvidas ou discordâncias. Estando os militares sob o chapéu da defesa, o emprego de seus meios não coercitivos, nos termos definidos na seção anterior, são também um legítimo exercício de diplomacia de defesa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A guisa de revisão bibliográfica, buscou-se os principais periódicos e programas de pós-graduação do Brasil, como o PPG em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança da UFF. Programa recente, de 2010, consta alguns trabalhos sobre pensamento estratégico brasileiro, mas nenhum relacionado ao viés diplomático. Já o PPG San Tiago Dantas, ligado às universidades de São Paulo, bem mais antigo e consolidado no Brasil, tendo primeiros registros datados de 2004, apresenta alguma coisa sobre intervenções humanitárias, que podem ser interpretadas como ações de diplomacia de defesa, mas enfocando principalmente a experiência no Haiti, que está fora dos limites geográficos da presente pesquisa. Encontrou-se, entretanto, a tese de Camila Cristina Ribeiro Luís sobre o pensamento estratégico da Marinha vis-à-vis à PEB (2013), que lança algumas ideias sobre a questão da articulação entre diplomacia civil e militar, mas se atém exclusivamente sobre o pensamento da Marinha, em especial sobre a segurança Atlântico Sul, que também está fora dos limites desta pesquisa.

Note-se ainda o PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que edita ainda a revista *Austral*, também recentes, de 2011. Encontrou-se alguma produção sobre África, inclusive um número dedicado da revista, mas nada que articulasse o Continente Africano com as variáveis estudadas. Merece destaque ainda a *Revista Contexto Internacional*, ligada à PUC/Rio, muito mais antiga, desde 1985, que ainda não tratou especificamente sobre o tema diplomacia de defesa, mas que traz alguns artigos sobre a autonomia da PEB.

Registra-se a produção de Alsina Júnior (2009a; 2009b; 2003; 2009c), Soares e Silva (2012), Silva (2012), Pecequillo (2008), Corrêa (2014) e por fim Schutzer (2009) e Cervo (2010). Os primeiros articulam de alguma forma Política Externa Brasileira e Política de Defesa, mas a maioria com um viés historiográfico e descritivo. Nenhuma busca realmente descreveu o papel de uma diplomacia de defesa brasileira, como é a contribuição importante que o presente trabalho propõe. A dissertação de Schutzer, por sua vez, investiga a Política Externa Brasileira do Governo Lula na direção da África Subsaariana e Cervo lança luzes sobre o aumento de importância do Brasil na cena internacional, que contribuiu no momento da construção da ponte entre a teoria e a prática proposta neste estudo.

Importantes contribuições para o tema foram dadas ainda pela dissertação de mestrado de Marcelo Santa Bárbara (2015), que mapeou e analisou a inserção do

Exército Brasileiro (EB) na África num contexto de *soft power* da Política Externa Brasileira (PEB) e a tese de Antônio Ruy de Almeida Silva (2014) que, somado a um artigo do ano seguinte, que realiza um debate de maior fôlego teórico, fundamentado na Escola Inglesa, descrevendo a diplomacia de defesa como uma instituição da sociedade internacional.

Trabalhos mais próximos ao que se propõe, em seu sentido mais aplicado, foram encontradas no próprio programa de pós-graduação da ECEME, principalmente na dissertação de Antoine de Souza Cruz (2014), sob a participação do Exército em operações de paz da ONU, como vetor do que chamou de diplomacia de defesa e a tese de Hiarley Gonçalves Cruz Landim (2014) que aponta sobre a diplomacia de defesa do Exército Brasileiro no ambiente de segurança e defesa da América do Sul. Há ainda a tese defendida pelo Major Carlos Alexandre Geovanini dos Santos (2014) e na tese do Major Sylvio de Souza Ferreira (2017). A primeira, buscou verificar a representatividade das ações internacionais do Exército Brasileiro em apoio à política externa brasileira voltada para a África subsaariana e a segunda contribuiu analisando o emprego das Forças Armadas brasileiras na África de 1990 a 2000, na integração da política externa e de defesa.

Todos os trabalhos acima, tem contribuído para um tema razoavelmente novo e instigante para a academia brasileira como este, seja no enriquecimento a revisão bibliográfica afeta ao mesmo, seja na tentativa de uma articulação de viés mais prático, um olhar científico para as ações propostas e executadas pelos diversos estamentos do Estado Brasileiro que se distribuem nesse novo e importante papel para as Forças Armadas nacionais. O presente trabalho, entretanto, se diferencia das citadas anteriormente, ao tentar encarar o fenômeno de uma forma mais ampla, não se restringindo a missões de paz ou ao continente africano. Nesse sentido, buscou-se dar maior transparência a outras práticas dentro da diplomacia de defesa. Mais ainda, serviu para se identificar tendências, sejam tipológicas ou geográficas, contribuindo para se abrir um maior diálogo com as políticas públicas e a articulação entre as práticas de defesa e a Política Externa Brasileira.

Enfim, ao concluir esta revisão, pode-se confirmar o ineditismo do trabalho proposto que conserva um potencial de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das ciências militares. Ao mesmo tempo, dedicando-se a uma perspectiva mais ampla na teoria e na aplicação, ratifica-se a relevância da análise de ações práticas da política externa brasileira em seu viés de defesa.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO

Esta seção tem por finalidade apresentar detalhadamente o caminho que se percorreu para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar as respostas pretendidas, obter as informações de interesse e analisá-las.

Segundo Gray (2012, p.21) a epistemologia proporciona um pano de fundo filosófico para decidir quais os tipos de conhecimento são legítimos e adequados, além da definição das lentes de análise da pesquisa. De modo complementar, Easterby-Smith, Thorpe e Lowe (1991) destacam a importância da perspectiva epistemológica para ajudar a esclarecer o desenho de pesquisa, sua estrutura geral, incluindo o tipo de evidência que está sendo coletada, de onde e como será interpretada.

A discussão epistemológica aplicada ao contexto do presente estudo passa pela própria reflexão dos novos papéis das Forças Armadas, pela possibilidade de flexibilização de princípios que pareciam estar postos. Convida a pensar até que ponto a releitura rompe as premissas dos paradigmas westfalianos e weberianos, ameaçando conceitos consolidados dentro das relações internacionais (RI), por exemplo. Ao aventar a possibilidade de uma diplomacia de defesa, a proposição passa a ser perscrutada pela ciência política e pelas teorias das RI, numa discussão que tem sido catalisada pelas ciências militares. O produto desse debate pode validar o conceito dentro das ciências militares ou mesmo retroalimentar as demais áreas, inaugurando novas possibilidades e percepções sobre antigas e arraigadas ideias, tendo, entretanto, nas instituições da Escola Inglesa um arcabouço teórico importante para se embasar.

Para Gray (2012, p. 29) a metodologia de pesquisa escolhida é determinada por uma combinação de vários fatores, para a exploração e identificação de múltiplas perspectivas. Creswell (2010, p.19) adiciona que a busca por um enquadramento teórico geral é o ponto chave do início do planejamento de uma pesquisa. Afirma que tal visão orienta o pesquisador durante todas as fases do estudo, desde a fundamentação filosófica da teoria, até as fases mais avançadas do processo investigativo. A metodologia perpassa ainda, da coleta de dados à sua análise, permitindo, também, que a organização e a acomodação das ideias e dos pensamentos sejam feitos de forma ordenada e coerente, encontrando afinidade com a literatura e obtendo o reconhecimento do público específico.

Neste trabalho foram utilizadas metodologias qualitativas, ainda que apoiadas em alguns dados de séries históricas sobre as quais foram realizadas inferências em fases diferentes, à luz de Creswell e Clark (2013, p.22). Foi necessário, ainda, a consecução de “meta-inferências” (TEDDLIE; TASHAKKORI, 2009, p.300) com vistas a integrar os conhecimentos necessários a responder a questão proposta.

Apesar do levantamento de números não ter extrapolado os limites do método qualitativo foi feito juntamente com os estudos teóricos, o que nos métodos mistos se chamaria de pesquisa convergente, onde a coleta de dados qualitativos e quantitativos se dá de forma concomitante e paralelo, convergindo para a meta-inferência final (CRESWELL; CLARK, 2013, p.163). Além disso, o desenho proposto habilitou a apresentação da tese no formato de artigos científicos, produzidos de forma progressiva, buscando dar conta completamente da pergunta de trabalho, assim como dos objetivos traçados.

Além da articulação de alguns elementos conceituais no corpo da tese, conforme comentado acima, são propostos durante a discussão a produção de 3 (três) artigos científicos independentes os quais se tenciona a publicação em periódicos. O primeiro, numa reflexão mais panorâmica e teórica 1) **Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: possíveis contribuições da Diplomacia de Defesa exercida pelo Exército.**

O segundo artigo realiza uma análise das atividades da diplomacia de defesa conduzidas pelo Exército a partir de 2005. Buscou-se propor uma tipologia que pudesse enquadrar de forma mais sistemática as atividades citadas na DAEBAI. O artigo intitulou-se 2) **Novos papéis: análise tipológica e distributiva das ações da diplomacia de defesa do Exército Brasileiro a partir de 2005.**

Por fim, o terceiro artigo foi intitulado 3) **Diplomacia de Defesa do Exército Brasileiro a partir de 2005: uma análise da distribuição geográfica de suas ações.** Neste caso, buscou-se analisar a distribuição dos países-alvo das atividades da diplomacia de defesa exercida pelo Exército, para se inferir tendências e áreas prioritárias, dialogando ao mesmo tempo com as tendências de áreas prioritárias indicadas pela PEB.

Os dados a serem utilizados nas diversas fases do estudo foram as partes ostensivas de relatórios compilados pelo autor a partir dos documentos produzidos pelos órgãos de coordenação de atividades internacionais, como a 5ª SCh EME, Comando de Operações Terrestres (COTER) e o Gabinete do Comandante do

Exército (Gab Cmt Ex).

Percebeu-se que embora a política para atividades internacionais seja muito clara e exarada de forma centralizada, proposta pela 5ª SCh EME e pelo Chefe de Estado-Maior do Exército e assinada pelo Comandante do Exército, consolidar os dados não foi uma tarefa fácil. Há uma certa diferença de metodologia na confecção dos documentos. Além disso, a maior parte das ações são coordenadas pela 5ª SCh EME, mas, as ações em si podem seguir caminhos diferentes. Uma visita é diferente do emprego de tropa em exercício, que é diferente do trâmite para o desdobramento de observadores militares, que é diferente da tramitação da competição de uma vaga no QG da ONU em Nova York, para citar alguns exemplos. Enfim, foi necessário um grande conhecimento institucional e um exercício de combinação de fontes diferentes.

Não foi realizada a aplicação de outros métodos de coleta de dados como entrevistas ou questionários.

De uma forma geral, o estudo trabalhou com a hipótese de que a diplomacia de defesa do exército brasileiro se utiliza de uma grande variedade de práticas, se articula de forma sinérgica à política externa e em um alcance global. A hipótese alternativa é de que uma das proposições da tese acima não seja verdadeira: que a atuação do diplomacia de defesa do Exército seja local, ou seja feito em desacordo com a PEB ou que tenha um alcance apenas local. Tais hipóteses serão testadas particularmente, dentro do escopo epistemológico consagrado de Karl Popper da falseabilidade ou refutabilidade (FEYERABEND et al., 1977).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto dos resultados e discussão da presente tese, conforme detalhado na parte metodológica, passarão a serem apresentados a seguir os três artigos desenhados para se responder ao problema

5.1 ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NO BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA EXERCIDA PELO EXÉRCITO

5.1.1 INTRODUÇÃO

Diplomacia de Defesa é um termo que vem sendo cada vez mais empregado, sobretudo a partir do início dos anos 1990, com o aumento da cooperação internacional em diversos ramos, inclusive no escopo da defesa.

Embora o termo ainda cause alguma estranheza ao senso comum, tem sido discutido internacionalmente na academia e, aos poucos, também se insere no debate acadêmico nacional. A fim de contribuir com essa dinâmica, de forma aplicada, o trabalho propõe-se a estudar quais as possíveis contribuições da Diplomacia de Defesa, especificamente aquela exercida pelo Exército Brasileiro, para a articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil.

Para tal, inicia-se por lançar algumas luzes sobre a definição de Diplomacia de Defesa, passando-se a investigar um primado quase exclusivo do Itamaraty sobre a PEB. Depois, passa-se à Política de Defesa e algumas razões que dificultaram o desenvolvimento do pensamento de defesa brasileiro. Em seguida, a criação do Ministério da Defesa e as dificuldades de articulação entre as duas políticas, passando por uma revisão recente do emprego do poder militar brasileiro na política externa, para efetivamente se pensar nas oportunidades da articulação dessas duas políticas.

O estudo se reveste de um viés qualitativo com a opção pela apresentação do escopo teórico ao longo do texto, dialogando teoricamente com os fatos na medida em que são apresentados, preparando o leitor para a discussão final, com foco nas possibilidades de articulação entre política externa e defesa no Brasil, através da Diplomacia de Defesa do Exército.

5.1.2 DIPLOMACIA DE DEFESA E O PRIMADO DO ITAMARATY SOBRE A PEB

O final da Guerra Fria trouxe importantes alterações para o sistema

internacional, ampliando, por exemplo, os conceitos de segurança e defesa e, conseqüentemente, os canais de interação e diálogo entre os Estados¹¹.

Na verdade, pode-se dizer que “a diplomacia moderna acontece num ambiente mais complexo do que há quatro décadas atrás. (...) novos jogadores, novos métodos, novos tópicos entraram em cena” (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013, pos. 677). Dentre esses novos métodos, tem-se visto ampliar o uso não coercitivo dos recursos das Forças Armadas.

Nesse sentido, Cottey e Forster propõe uma definição de Diplomacia de Defesa:

O papel das Forças Armadas vem sendo tradicionalmente definido pelo imperativo funcional do uso da ameaça ou da força - seja por propósitos de defesa, dissuasão, pela intensão de compelir ou de intervir. A Diplomacia de Defesa, por outro lado, envolve o uso cooperativo em tempos de paz das Forças Armadas e infraestrutura relacionada (prioritariamente Ministérios da Defesa) como uma **ferramenta para a política externa e de segurança** (COTTEY; FORSTER, 2004, pos 83)

Entretanto, acredita-se que a palavra cooperação não tenha o alcance necessário para definir diplomacia de defesa, podendo ser um de seus instrumentos. Prefere-se entendê-la como uma sub-instituição da diplomacia, que é tida como uma das instituições da sociedade internacional, conforme concebida pela escola inglesa (BULL, 2002; WATSON, 1982).

Nesses termos, considera-se mais apropriada e abrangente a definição proposta por Almeida Silva, que realizou importante esforço teórico sobre o entendimento da natureza do objeto:

A diplomacia de defesa é um tipo de diplomacia que se caracteriza por seu campo de atuação, aquele relacionado com os **recursos tangíveis e intangíveis da Defesa**, e por sua natureza **não coercitiva**. Assim, sua principal característica é a construção e reprodução de **relações no âmbito da Defesa** entre os **Estados e outras entidades** que atuam na política internacional que **não implicam a ameaça ou o uso da força**. Esse paradoxo lhe confere uma identidade singular (ALMEIDA SILVA, 2015, p.190).

¹¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a ampliação do conceito de segurança e defesa, recorrer Buzan, Waever e Wild (1998), em **Security: a new framework for analyses**.

O próprio Exército Brasileiro, entretanto, define objetivos para o que chamou de Diplomacia Militar¹², em sua Diretriz para as Atividades do Exército na Área Internacional (DAEBAI), destacando que ela visa “promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2016, p.18). Mais do que isso, lista as atividades do Exército Brasileiro típicas da diplomacia de defesa como missões permanentes de militares no exterior; participação em fóruns bi ou multilaterais; cursos e visitas; adestramentos combinados; participação em missões de paz e humanitárias; gestão para compra e venda de produtos de defesa (PRODE); assinatura de entendimentos, convênios e congêneres (BRASIL, 2016).

No mérito, a diretriz em tela explicita que a Diplomacia de Defesa do Exército Brasileiro busca atingir os Objetivos Nacionais de Defesa constantes na PND, vão desde a clássica garantia da soberania, até o de “manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países” (BRASIL, 2013, 2016). Mais do que isso, não só preconiza o alinhamento com os preceitos constitucionais que servem de base para as Relações Internacionais do Estado Brasileiro¹³, mas também atesta que as ações do Exército Brasileiro no exterior seguem, como princípio básico, o da Unidade de Ação, que se caracteriza pela “consonância com a PEB e com as diretrizes emanadas pelo MD” (BRASIL, 1988, 2016).

Segundo Pinheiro, Política Externa é o “conjunto de ações e decisões de um determinado ator, em relação a outros Estados ou atores externos (...) formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional” (PINHEIRO, 2004, p.7). A fim de fazer valer essas demandas nacionais, numa lógica westfaliana, aparecem dois personagens inicialmente bastante diversos: de um lado o Diplomata, o profissional da persuasão, os olhos e mãos do Estado no estrangeiro,

¹² Há alguma diferença entre o termo Diplomacia Militar e de Defesa. Entende-se, entretanto, que o termo defesa é mais abrangente, tornando-se mais apropriado para o trabalho. Do contrário exigiria analisar detalhadamente cada uma das ações, identificando o agente, se militar ou civil e o alcance, do interesse técnico-institucional ao da defesa em um maior escopo, tornando-se muitas vezes difícil de se estabelecer limites (DU PLESSIS, 2008; MUTHANNA, 2011; TAN, 2016).

¹³ Via de regra esses princípios são elencados no Art 4º da Constituição Federal

buscando alcançar os interesses nacionais sem a necessidade de meios extremos; do outro lado o Militar, os punhos do Estado, seu último argumento, aplicando a violência para intimidar e determinar as decisões de um outro Estado (FREEMAN JR, 1997, pos. 151)

Por mais que pareçam antagônicos, porém, podem ser percebidos , dentro da lógica do Estado, como duas faces de um mesmo fenômeno, que é a intensão de fazer valer a vontade do Estado representado por sua Política Externa, que circunscrita ao ponto de vista da defesa, se encerra no conceito da Política de Defesa. Para clássicos, como Schumpeter, a guerra era um fenômeno social, baseado em uma justificativa oriunda da própria estrutura social que justificavam a existência da guerra como forma de garantir a organização social interna da classe dos guerreiros, fazendo se equivalerem diplomatas e soldados como membros de um mesmo estamento, o dos guerreiros, que sobrevive da conservação de seu arcaísmo (SCHUMPETER, 1965). Hill, por sua vez, retomando o próprio Clausewitz, afirma que “se a guerra é sempre política, (...) então o outro lado da moeda é que por trás de uma quantidade de Política Externa, há a ameaça implícita da força” (HILL, 2003, p.148).

Hill (2003), entretanto, afirma que o epicentro de uma política externa institucional, sobretudo em tempos de paz, raramente é centrada exclusivamente em uma autoridade. Segundo ele, há diversas formas de arranjos que podem ser genericamente chamados de gabinetes, compostos por especialistas e ministros. Ainda segundo ele, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, as questões foram se tornando mais complexas, exigindo uma coordenação cada vez maior entre a política externa e de defesa, ao ponto do gabinete de ministros não mais ser mais suficiente, exigindo a ampliação do assessoramento de muitos outros especialistas. Entretanto, no caso da PEB, o que se observa por aqui é um primado quase que exclusivo do Itamaraty¹⁴, revelando “uma histórica proeminência da burocracia diplomática tanto na elaboração, quanto na execução desta política” (FUCCILLE; BARRETO; THOMAZELLA, 2015, p.3).

Essa prevalência se consolidou ao longo dos anos e traz hoje dificuldades para a articulação com a Política de Defesa. Segundo Fuccille, Barreto e Thomazella

¹⁴ A historiografia oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil retrocede a sua criação até 1808, logo após a abertura dos portos às Nações Amigas por D. João, que criou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Perceba-se ainda, a ambivalência da diplomacia e da defesa na dita origem da diplomacia nacional. Para uma historiografia completa do MRE, ver a publicação oficial **Dois séculos de História da Organização do Itamaraty** (CASTRO 2009).

(2015), pode-se elencar alguns motivos. O primeiro deles seria o reconhecimento do alto nível de preparo dos diplomatas brasileiros, o que gerou a percepção, inclusive dentro da sociedade como um todo, de que eles seriam “o corpo competente para tomar os rumos desta política” (2015, p.3). Outra questão, que se interliga à primeira, é que os assuntos de política externa geravam pouco interesse na política interna, partidária e eleitoral. Isso fez com que, ao longo dos tempos, os partidos não se interessassem por participar da formulação das mesmas, reforçando sua posição insular dentro das políticas públicas (PINHEIRO, 2004, p.9) . Esses fatos contribuíram, para que as diretrizes da política externa, de uma forma geral, se alterassem pouco ao longo dos anos, permitindo, inclusive, uma certa padronização da atuação brasileira neste setor (FUCCILLE; BARRETO; THOMAZELLA, 2015, p.4).

Se a prevalência da exclusividade do Itamaraty na política externa contribuiu para a baixa aderência dos assuntos de defesa, também fez com que a aludida política ficasse a mercê das mudanças internas naquela estrutura. Segundo Pinheiro (2004), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) não é homogêneo, sendo que as variações na política ao longo do tempo se deveram mais à questões internas daquele aparato burocrático do que a fatores e acontecimentos externos. De uma forma geral, pode-se dizer que de 1889 para cá, na PEB, houve uma hegemonia da visão realista das relações internacionais, variando sua pauta de acordo com uma tendência mais hobbesiana ou grotiana dependendo de quem conduzia o ministério (PINHEIRO, 2004, p. 8-9). Percebeu-se ainda nesse período, um movimento pendular, ora a um maior número de parceiros, ora aos EUA como eixo da PEB. O fato, entretanto, é que “aos poucos deixou-se para trás uma tendência adesista em favor de maior ponderação e pragmatismo” (PINHEIRO, 2004, p. 67)

A política externa brasileira atual, entretanto, é descrita por Pinheiro como de tendência institucionalista pragmática que, segundo ela, está dentro do escopo de um Realismo Liberal. Essa tendência preconiza uma maior participação de arranjos de cooperação com alto grau de institucionalização, a fim de garantir maior autonomia a um país de recursos limitados como o Brasil, de preferência em fóruns multilaterais, potencializando a voz do país no sistema global. Concomitantemente, participa de arranjos preferencialmente onde os índices de institucionalização são mantidos intencionalmente baixos, para tentar garantir a liderança nacional (PINHEIRO, 2000, p. 326-327). Essa tendência à institucionalização, entretanto, não deixa de ser uma condição favorável para o maior engajamento das Forças Armadas na política externa,

através de sua diplomacia de defesa.

5.1.3 DIFICULDADES PARA SE PENSAR UMA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA

Conforme abordado anteriormente, no Brasil independente houve uma primazia da burocracia diplomática sobre a política externa brasileira, fato que se acentuou a partir da Proclamação da República (PINHEIRO, 2004). Mesmo durante o Império, onde havia uma participação mais efetiva das Forças Armadas nos assuntos externos¹⁵, não havia uma intenção política de fortalece-las, o que seria a premissa fundamental para a autonomia da defesa numa perspectiva realista. As oligarquias cafeeicultoras locais, que eram os grupos dominantes da política na época, se sentiam ameaçados pelas Forças Armadas, preferindo os núcleos estaduais da Guarda Nacional, sobre os quais tinham uma maior influência. De fato, com sua extinção na virada para a República, esses núcleos se transformaram nos embriões das atuais polícias militares estaduais, ligadas ao poder do governador (CARVALHO, 2005).

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento parcial do pensamento de defesa ao longo da história brasileira, foi o fato do país desfrutar da paz e segurança internacionais sem ter que despender seus próprios recursos para sustenta-los. Segundo Proença Júnior (2011, p. 335), essas circunstâncias se deveram, durante o período colonial, à Marinha Inglesa, depois, no período republicano, aos EUA. Os dois países, em momentos distintos, garantiram o Brasil contra ameaças extra hemisféricas.

Há, entretanto, outras questões geopolíticas que contribuíram para a dificuldade histórica brasileira de pensar seriamente a defesa nacional. Se no início de sua história independente o Brasil foi protegido de ameaças extra hemisféricas por terceiros, durante a Guerra Fria seu posicionamento geográfico e político manteve o país excêntrico aos grandes eventos políticos, diplomáticos e bélicos internacionais¹⁶. Tal excentricidade, segundo Silva, gerou um “complexo de ilha” (SILVA, 2012, p. 63),

¹⁵ Sobretudo no Segundo Reinado, a partir de 1840, quando o Império do Brasil se engajou em diversas lutas pelo controle da navegação na Baía do Prata (Oribe, Rosas, Aguierre e a Guerra da Tríplice Aliança), como também para enfraquecer outros atores regionais.

¹⁶ A participação na Segunda Guerra Mundial foi precipitada pelas circunstâncias externas, mais do que pela construção de um pensamento de defesa autônomo, tendo sido levado a cabo após um intenso movimento pendular entre os chamados aliados e os países do eixo (SEITENFUS, 2003b). Note-se, entretanto, que mesmo com a participação do lado americano na Segunda Guerra, em 1951 o Brasil recusou o convite dos EUA para participar da Guerra da Coreia.

retardando ainda mais o desenvolvimento do pensamento de defesa. Além disso, esse pensamento é ainda desencorajado por terem sido as questões de fronteiras brasileiras resolvidas de maneira negociada, através de tratados, sobretudo na gestão do Barão de Rio Branco¹⁷ (CASTRO, 2009), além de ser “mais forte do que qualquer um de seus vizinhos ou associação de vizinhos” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 334).

No entanto, além dessa excentricidade e dos fatores geopolíticos já tratados, outros elementos conjunturais, de ordem interna e externa, contribuíram para o crônico desinteresse brasileiro pelos assuntos de defesa, mesmo depois da participação na Segunda Guerra Mundial.

Logo após a Segunda Guerra, existia pouco espaço para um pensamento autônomo brasileiro, haja vista a relação bilateral EUA-América Latina. Os Estados Unidos, patrocinaram a assinatura do Tratado do Rio, em setembro de 1947, também conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que manteve os países sul-americanos, em consequência o Brasil, subordinado a um projeto estratégico de segurança hemisférico estadunidense¹⁸ (SANTOS, 2005).

Um pensamento nacional, independente, só começou a surgir realmente durante o governo Geisel, no bojo do pragmatismo responsável, onde se começou a perceber que o pensamento estratégico nacional “deveria ser independente das percepções de risco e de segurança geradas nos Estados Unidos e ser voltado para as singularidades dos interesses brasileiros” (SILVA, 2012, p.61). De fato, alguns anos depois, a Guerra das Malvinas vai por em xeque o paradigma de segurança hemisférica¹⁹ e reforça a necessidade da independência do pensamento nacional.

Nos anos seguintes, a conjuntura internacional trouxe o final da guerra fria e com ela o chamado “otimismo clintoniano” (SILVA, 2012, p.63), quando alguns

¹⁷ Embora Rio Branco efetivamente tenha conseguido assinar os tratados de fronteiras, ele é tipicamente referenciado por isso como pacifista, entretanto ressalta-se novas leituras, como a de Alsina Junior, que destaca a importância da diplomacia de defesa por meio da dissuasão vinda da articulação de um poder naval brasileiro de destaque na época (ALSINA JÚNIOR, 2015). É um exemplo de cooperação da diplomacia tradicional e de defesa para a consecução dos objetivos da Política Externa Brasileira, embora possa se discutir o nível de ameaça implícita ou não e sua adequação ao uso pacífico dos meios militares que caracterizam a diplomacia de defesa.

¹⁸ Segundo Santos (2005), as contrapartidas econômicas prometidas pelos EUA a partir da assinatura do TIAR não foram cumpridas, o que contribuiu aos poucos para a construção de uma certa sensação de traição, sobretudo por parte do Brasil, que ainda sentia em haver promessas da Segunda Guerra Mundial, mas que perderam força com a morte de Roosevelt e a saída de Getúlio do poder. Essa sensação também contribuiu, aos poucos, para a construção de uma necessidade de pensamento de defesa autônomo.

¹⁹ Os Estados Unidos preferiram a aliança histórica com a Inglaterra do que o compromisso de defesa das Américas ratificado pelo TIAR.

chegavam até mesmo a vaticinar o fim da história e o triunfo da democracia liberal ocidental²⁰. Questionava-se a perspectiva realista do mundo e a necessidade de Exércitos Nacionais. A Guerra do Golfo escancarava a discrepância tecnológica do Exército Americano, que indiretamente desencorajava o investimento em exércitos menores.

Internamente, o Brasil tentava sair de uma grave crise econômica e, apesar da anistia no final do período militar, internamente ainda não se tinha muita liberdade para envolver a população no debate de defesa. Adicione-se a isto o “complexo de ilha” mencionado anteriormente. Tais conjunturas, interna e externa, de diversas formas continuavam desmotivando o desenvolvimento do pensamento de defesa nacional e conseqüentemente a valorização do poder militar brasileiro.

Outro fator desmotivador foi o discurso recorrente de que América do Sul é uma região pacífica²¹ e que existiam novas ameaças para os Estados como o narcotráfico e os crimes transfronteiriços, justificando uma campanha dos Estados Unidos pela “policialização” das Forças Armadas da América Latina²² (SILVA, 2012, p.65).

Mas, a partir dos anos 1990, a persistência de conflitos violentos na África e até mesmo na Europa, como Bósnia, Kosovo, Ruanda e Darfur comprovaram que as perspectivas de harmonia e de fim da história haviam sido otimistas demais. A ONU se viu compelida a se atualizar e alterar seu modus operandi, procurando uma abordagem mais ampla para abarcar a multiplicidade de atores e a complexidade dos ambientes em que suas forças precisava atuar²³. Nesse período, o Brasil voltou a enviar efetivos para missões de paz na África, sobretudo para Angola e Moçambique, além de participar de missões da OEA na América Central. Segundo Silva, esses fatos foram “o primeiro e mais importante passo na direção de um novo internacionalismo

²⁰ Para uma teoria sobre o fim da história ver Fukuyama (1992), que traça uma linha de Platão, Nietzsche, Kant e Hegel para justificar sua tese de que, com a vitória sobre o fascismo e o comunismo, estava consolidada a supremacia da democracia liberal ocidental.

²¹ Ressalve-se a observação de Alsina Jr, que “baixo índice de ocorrência de guerras interestatais não significa que os países sul-americanos sejam particularmente pacíficos em suas interações” (ALSINA JUNIOR, 2009, p.128)

²² Abre-se nesse sentido toda uma reflexão realizada pela Escola de Copenhagen, com nomes com Barry Buzan, sobre a questão da construção da ameaça e todo o processo de securitização. Ver (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

²³ Essas mudanças foram agrupadas na chamada Doutrina Capstone, de 2008, que começou a dar diretrizes para as chamadas missões multi-dimensionais, enquanto as anteriores passaram a ser conhecidas como tradicionais.

brasileiro (fundamental para a rediscussão do papel das Forças Armadas)” (SILVA, 2012, p.67)

No período mais recente, os governos FHC e Lula viram a questão de segurança e defesa de forma distinta. O primeiro, de uma forma mais idealista, “privilegiando o Itamaraty (...). O governo Lula retomou a visão realista e compreendeu que defesa e segurança são variáveis importantes para a inserção internacional do país” (SILVA, 2012, p.176). Em uma crítica ainda mais contundente ao período FHC, Saraiva vai dizer:

O esforço autonomista, o realismo prudente, a retórica construtiva a serviço da busca de um lugar para o Brasil no concerto das nações cederam lugar ao fanatismo ideológico do caminho único: o do liberalismo universalista. A política externa ficou oca, e voltou a ter o sentido ornamental que de alguma forma existira no modelo da agro-exportação antes da era Vargas. (SARAIVA, 2005, p.70)

Com o início do governo Lula e a resignificação realista da Política Externa Brasileira, buscou-se uma autonomia pela diversificação para a qual se precisaria superar diversos óbices, como a “defasagem que se encontravam as capacidades defensivas do país” (FUCCILLE; BARRETO; THOMAZELLA, 2015, p.10).

Se, apesar da tendência idealista, dois grandes passos para a valorização da defesa foram dados no governo FHC, que foram a criação do Ministério da Defesa e a primeira Política de Defesa Nacional (PDN). O governo Lula, por sua vez, editou e reviu a Estratégia Nacional de Defesa, a agora Política de Defesa Nacional e o Livro Branco de Defesa. Além disso, foram implementados diversos avanços nas políticas públicas, inclusive ligadas à Base Industrial de Defesa (ALMEIDA, 2010). O fato é que a partir dos anos 1990, o pensamento de defesa aos poucos tem assumido um maior espaço na agenda brasileira, o que aos poucos contribuiu efetivamente para que a defesa seja tratada “como política de Estado, acima das rivalidades partidárias e das trocas de comando no governo” (ALMEIDA, 2010, p.243).

5.1.4 UM NOVO MINISTÉRIO, UMA POLÍTICA EM CRIAÇÃO E AS DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA

Segundo Barkawi (2011), inserção do nome “defesa”, nos então departamentos ou ministérios da guerra ou do Exército, aconteceu um pouco antes e depois da II Guerra Mundial, serviu para legitimar melhor o uso da força no ocidente, lançando mão de subterfúgio de eufemismo burocrático e terminológico, além de facilitar a

subordinação dos meios militares ao controle do aparato civil. Além disso, a complexidade dos sistemas militares, que no período confirmou a importância da aviação militar, começou a demandar uma coordenação mais centralizada.

No Brasil, as discussões sobre a necessidade de um ministério único que congregasse todas as Forças Armadas remontam à constituição de 1946, o que levou à instituição do Estado Maior-Geral, futuro Estado-Maior das Forças Armadas. Durante o governo Castelo Branco, ele chegou a assinar um decreto determinado a realização de estudos para a criação de um Ministério das Forças Armadas. A ideia voltou durante a assembleia constituinte de 1988, mas só começou a ter chance de ser implementada no governo FHC, em 1996, com a criação Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDEN) (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010, p. 3-4).

Além de um órgão centralizado, o país também carecia de um arcabouço jurídico mais completo na área: a elaboração de uma Política de Defesa Nacional (PDN) foi uma das primeiras tarefas passadas pelo presidente Fernando Henrique à CREDEN²⁴. Em novembro de 1996 o presidente apresentou à Nação um documento inédito, a PDN que, entre outras coisas, “ressaltava a ligação entre diplomacia e defesa” (PINTO, 2015, p.173). Sucinta, a PDN apontava para a necessidade da preparação de documentos complementares, como a Estratégia Nacional e um Livro Branco da Defesa²⁵. Mas a própria nova política deixava flagrante a necessidade de um órgão central para coordenar aquela matéria.

O Ministério da Defesa (MD) foi criado oficialmente em 1999. Dali, iniciava um processo de consolidação como um órgão efetivo e atuante, tendo em vista uma série de questões ligadas, sobretudo, à conjuntura interna e aos ajustes que se fizeram necessários na relação civil-militar desse novo arranjo político²⁶. De uma forma geral,

²⁴ Até meados dos anos 90 do século passado se tinha apenas os 3 artigos constitucionais: o 4º (princípios da política externa); o 91º (Conselho de Defesa Nacional); e o 142º (missões das Forças Armadas). Tinha-se o Conceito Estratégico Nacional, de 1969, atualizado em 1974, claramente obsoleto e, em 1993, o EMFA decretou uma Política Militar Brasileira, de teor declaratório, com terminologia da Escola Superior de Guerra, já não acolhida pela constituição ou pela academia de uma forma geral, até por englobar todos os aspectos da vida nacional em um único documento.

²⁵ O Chile apresentou o seu Livro Branco em 1998 e a Argentina em 1999 (PINTO, 2015, p.175)

²⁶ Os ajustes na relação civil-militar foram uma pauta constante, sobretudo durante o final do governo FHC. Além da forte cultura organizacional das Forças Armadas, segundo Zaverucha uma escolha questionável de ministros de menor expressão e capacidade política contribuiu para enfrentamentos que acabavam por contribuir para uma fragilização da condução da defesa como um todo no país. Ver *A Fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro* (ZAVERUCHA, 2005)

entretanto, uma estrutura de defesa centralizada, chefiada por um civil, alinhava o país com a tendência das democracias ocidentais e criaria condições para o fortalecimento e a abrangência da discussão de defesa no país (PINTO, 2015; WINAND; SAINT-PIERRE, 2010).

É importante notar que embora a criação do MD esteja claramente interligada com a PDN, segundo Alsina Jr:

Como essas posições não estavam lastreadas em diretrizes claras emanadas do poder político (...) a PDN não representou, portanto, qualquer constrangimento significativo à continuidade das políticas setoriais pouco articuladas perseguidas por diplomatas e militares (ALSINA JÚNIOR, 2003, p.80).

Essa setorização, de raízes históricas já delineadas, foi mantida pela PDN que criou, no dizer de Alsina Jr, uma “síntese imperfeita” (2003, p.80) entre a PEB e a PD, entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa. Essa setorização é um dos principais óbices na articulação mais efetiva de ambas as políticas.

Como óbice fundamental, Alsina Jr aponta a falta de um elemento integrador das visões do Itamaraty e das Forças Armadas. Segundo ele, esse elemento ideal seria um consenso político abrangente, “capaz de produzir diretrizes de longo prazo precisas, formais ou informais, sobre o papel a ser desempenhado pelo Brasil no mundo” (2003, p.80).

Outra vulnerabilidade para a integração é a falta de um mecanismo comum e apropriado de coordenação e de avaliação das políticas. Do ponto de vista prático, Alsina Jr (2003) cita como exemplo não existir um protocolo ágil e consolidado entre as Forças Armadas e a chancelaria brasileira para responder a episódios na fronteira.

Se por um lado a falta de clareza política contribuiu para essa síntese imperfeita, a reforça quanto deixa de delinear para as Forças Singulares parâmetros operacionais claros para se prepararem (PROENÇA JÚNIOR, 2011). É fato que a capacidade específica vai ser trabalhada no âmbito das Forças, coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão subordinado ao Ministro da Defesa. Entretanto, entender se o Estado, ou sua Política Externa, necessita, por exemplo, da capacidade de projeção de tropas dentro ou fora do território, dentro do continente ou junto a missões de paz externas a ele, muda bastante os requisitos de emprego e adestramento de suas Forças Armadas. Essa capacidade específica, por exemplo, está diretamente ligada a opção do Estado brasileiro de ser um global player, ou um “expectador nas margens” (KENKEL, 2008).

5.1.5 PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA POLÍTICA EXTERNA E O PENSAMENTO DE DEFESA NO BRASIL: EVOLUÇÃO RECENTE

Apesar da alardeada vocação pacifista brasileira, a utilização do poder militar como co-partícipe da política externa nacional não é nenhuma novidade, nem necessariamente essa participação se deu sempre de forma absolutamente pacífica²⁷.

Durante o período imperial, até a Proclamação da República, o poder militar foi empregado com sucesso, entretanto, houve a predominância do emprego de seu viés coercitivo, garantindo a continuidade das fronteiras e um balanço de poder positivo, sobretudo no cone sul. Durante a primeira república, houve uma ênfase na vertente dissuasória do poder militar nacional, sobretudo pela superioridade naval conseguida por influência do Barão do Rio Branco na modernização da esquadra brasileira a partir de 1904 (SOARES E SILVA, 2012).

A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial foi comedida, não rendendo o país uma grande projeção internacional, mas garantindo a participação brasileira desde as tratativas iniciais da Liga das Nações. Já por ocasião da Segunda Guerra, Vargas “aproveitou a importância geoestratégica do país para manter uma política de equidistância com a Alemanha e os Estados Unidos, até conseguir seus objetivos econômicos e militares” (SILVA, 2012b, p.175). De fato, com ganhos indiretos para as Força Armadas e para o Brasil, o poder militar nacional foi novamente empregado em sua vertente coercitiva, com o envio de uma Divisão Infantaria Expedicionária para lutar ao lado dos aliados na frente Italiana do conflito.

O pós-guerra foi marcado pela influência militar na política interna e uma política externa que pendulou inicialmente para os Estado Unidos, depois para uma perspectiva mais pragmática e plural, aproximando-se dos países do entorno estratégico (PINHEIRO, 2004)²⁸.

Em 1983, numa crise envolvendo o Suriname observou-se o emprego articulado da diplomacia de defesa com a política externa. Mais do que isso, o evento

²⁷ Para uma historiografia detalhada do emprego do poder militar em apoio à política externa brasileira ver o artigo de Soares e Silva (2012)

²⁸ Em 1983, houve acordos com a Argentina para o desenvolvimento conjunto de tecnologias nucleares para fins pacíficos, que culminou com o tratado de Iguazu, já no governo Sarney. Em 1986, a iniciativa brasileira levou ao pioneirismo à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), mas o ápice que gera dividendos até hoje foi a assinatura do tratado de Assunção, entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, oficialmente criando o Mercosul.

comprovava os dividendos políticos e militares adquiridos pelo Brasil com a Segunda Guerra. Naquele ano, no contexto da guerra-fria, os EUA enviaram um emissário ao Brasil a fim de propor uma intervenção conjunta para conter um possível aumento da influência cubana nas Américas. Um golpe militar no ano anterior inaugurou um período de instabilidade política no Suriname e, naquelas circunstâncias, o presidente *de facto* Dési Bouterse²⁹ ameaçava buscar apoio junto à Cuba. Na ocasião, o governo brasileiro não só dissuadiu os EUA de uma intervenção no continente, como assumiu para si a responsabilidade de gerenciar a crise. O Presidente Figueiredo decidiu enviar uma comitiva chefiada pelo seu ministro chefe da então Casa Militar, o General de Exército Danilo Venturini que, além de ser do alto escalão do governo, era um militar do último posto, membro do alto comando do Exército. Venturini conseguiu articular uma saída pacífica dissuadindo Bouterse. (URT, 2010, p.81).

Na medida que a ONU foi se consolidando, desenvolveu um novo tipo de doutrina que passou a chamar Operação de Paz, figurando hoje, pelos dispositivos do Exército, como uma das dimensões da diplomacia de defesa brasileira (BRASIL, 2008, 2016)³⁰. A primeira missão de paz da ONU foi a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), enviado para supervisionar o acordo de paz Árabe-Isralense em 1947 (UN, 2016a). Daí até 2015, 71 missões de paz foram autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), das quais 50 contaram com a participação brasileira no terreno, o que equivale a 70,1% (HAMANN, 2015).

Segundo Hamann (2015), em termos absolutos de tropa empregada, três foram os momentos de maior relevo brasileiro: nas décadas de 1950 a 1960 UNEF I (Suez), nos anos 1990 UNAVEM III (Angola) e, nos anos 2000, a MINUSTAH (Haiti), conjugada em menor escala com UNIFIL (Libano). Até 2015, 39.595 militares brasileiros serviram sob os capacetes azuis da ONU, dos quais, 78% (30.869) no Haiti (HAMANN, 2015, p.9). Para Silva, referindo-se à retomada de um engajamento maior brasileiro com missões de paz na década de 90 do século passado em países lusófonos africanos, as missões de paz da ONU desempenharam um “papel

²⁹ Bouterse é o atual presidente do Suriname, eleito em 2010

³⁰ Há aí uma questão a ser aprofundada em outro estudo, sobre a aderência da participação em operações de paz da ONU com o conceito de diplomacia de defesa. Entretanto, para fins desse artigo, considera-se a intensão pacífica das missões de paz que contam com a participação brasileira, autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU e com a aquiescência do país hospedeiro, onde a violência é o último recurso, fundamentalmente para a defesa de civis.

extremamente positivo de reencontro das Forças Armadas com a sociedade brasileira e ao mesmo tempo, de retomada da autoconfiança e da identidade dos militares com sua missão precípua” (SILVA, 2012a, p.68).

Causando embaraços à tese de arranjo pacífico sul-americano, a América do Sul foi palco de conflitos entre Peru e Equador na Cordilheira do Condor pela posse do Rio Cenepa. Com origens remotas no século XIX, houve dois encontros bélicos no século XX, em 1941 e 1995. O conflito foi resolvido com a arbitragem de Brasil, Chile e Argentina, sobre liderança brasileira e “apesar das dificuldades, o processo de mediação teve êxito. O Brasil foi, sem sombra de dúvidas, o líder do processo” (LABAN, 2009, p.199). As negociações levaram à assinatura do Tratado de Itamaraty, Brasília, em 1995 e à criação de iniciativa regional, da Misión de Observación Militar Ecuador Peru (MOMEPE), também liderada por um oficial general brasileiro que, segundo oficiais dos EUA, juntamente com seus 4 coronéis, “operaram com extrema eficiência” (HIGGINS, 1997, p.17), representando uma marcante interação entre a diplomacia tradicional e a de defesa.

O MINUSTAH foi encerrada em 2017 entretanto, em 2019, o Brasil conta com 53 milhares distribuídos em 8 missões da ONU (COTER, 2019). Das atuais 13 missões do Departamento de Operações de Paz (DPO) da ONU em andamento no mundo (UNITED NATIONS, 2019a), o Brasil, através de um General do Exército, chefiou até outubro de 2019, a MONUSCO (Congo), que é a maior missão da ONU em efetivos na atualidade, com 15.000 militares (UNITED NATIONS, 2019b). Até 2015, O Brasil chefiava 3 delas dessas missões concomitantemente: Haiti, Congo e a Força Tarefa Naval no Líbano. O Haiti e a Força Tarefa Naval sem rodízio com outros países.

Além das missões de paz da ONU, Borlina (2015) dá conta que a partir dos anos 90 campanhas contra minas terrestres motivaram o Tratado de Otawa, pelo qual as minas terrestres antipessoais ficavam definitivamente banidas. Nesse contexto, o Brasil começou a participar do esforço de desminagem de diversas áreas nas américas, sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), mais especificamente de sua Junta Interamericana de Defesa (JID). Houve uma participação brasileira importante na desminagem da fronteira entre o Peru e Equador, a MARMINAS, concluída em 2013 onde o Brasil chegou a ser o chefe da operação. Atualmente, o Brasil segue apoiando a desminagem em curso na Colômbia (JID, 2016), onde o Brasil tem atualmente 13 militares entre monitores e instrutores de desminagem (COTER, 2019). De fato, Borlina, apoiado em Seitenfus (2003a), chama

a atenção que hoje os Estados se interessam por temas internacionais desprezados ou inexistentes há pouco tempo. O caso da desminagem humanitária, que envolve a ONU e diversas de suas Agências e ONGs pelo mundo, é um desses exemplos. Mais do que isso, é um excelente exemplo de emprego não coercitivo dos meios das Forças Armadas, com grande apelo e possível articulação com a política externa, fortalecendo a presença brasileira, no caso, em seu entorno estratégico, contribuindo para a consolidação de um ambiente seguro e estável no subcontinente sulamericano.

Além desses marcos pontuais, as Forças Armadas brasileiras hoje têm um extenso programa de parcerias e intercâmbios de treinamentos que abrangem instrutores e alunos. Há, não só nas escolas, dentro dos países, mas o Brasil chega até mesmo a participar em parceria da União Europeia através de Portugal, de missões de treinamento europeias na África, na República Centro Africana, contribuindo para o esforço europeu de Reforma do Sistema de Segurança (RSS) daquele país, em cooperação com a missão da ONU lá presente.

5.1.6 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA PARA A ARTICULAÇÃO DA DEFESA E DA POLÍTICA EXTERNA

Para se discutir as possibilidades da diplomacia de defesa brasileira na articulação entre PD e PEB, mais especificamente aquela operada com os meios do Exército Brasileiro, como se propõe com o presente artigo, considera-se importante partir das reflexões de Du Plessis (2008) sobre a diplomacia de defesa no contexto sul-africano. Segundo ele, tal diplomacia propicia uma ampliação do papel das Forças Armadas, aumentando o seu sentido político, diminuindo as fronteiras entre os instrumentos militares e diplomáticos no escopo da política externa. Nesse sentido, segundo ele, existiriam três formas dos meios militares serem utilizados: “militar, como, por exemplo, o uso coercitivo da força armada; político, como adjunto à diplomacia, por exemplo, em apoio às missões de paz; e diplomático, por exemplo, como diplomacia de defesa” (DU PLESSIS, 2008, p.90).

Conectando a assertiva de Du Plessis ao histórico e ao panorama da seção anterior, pode-se inferir inicialmente o papel importante do Brasil em missões de paz como vetor da Diplomacia de Defesa brasileira em íntima interligação com a política externa nacional³¹. Ressalte-se ainda que, no caso da MINUSTAH, a missão acontece

³¹ Percebe-se que Du Plessis, em sua definição Diplomacia de Defesa, opta por fazer uma divisão entre uso coercitivo; adjunto da diplomacia na qual enquadra as missões de paz e, por fim, diplomacia de

dentro do continente americano, encontrando aderência também no relevo de uma política regional brasileira. Mais do que isso, dos 2.361 militares que compunham, em 1 de agosto de 2016, o efetivo da MINUSTAH, 2092 eram latino-americanos, isto é, 88,6%: Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru, El Salvador e Uruguai. Desse efetivo, o Brasil representa 981 militares, bem mais que o dobro do segundo maior efetivo, que é o chileno, com apenas 392, seguido do uruguaio, de 251 (UN, 2016b).

Do exposto acima, é lícito pensar que a missão do Haiti foi, por assim dizer, um elemento de integração e um fórum efetivo da política externa sul-americana. Nesse sentido, seja pela localização da missão, seja por seus países contribuintes, a MINUSTAH representou uma importante ação da Diplomacia de Defesa levada a cabo pelo MD e pelas três Forças Armadas, mas com um grande protagonismo do Exército, que compôs a esmagadora maioria dos efetivos até o final. Perceba-se, portanto, a grande oportunidade para a política de defesa se articular com a diplomacia tradicional, no contexto de uma política externa que reafirme o protagonismo regional e multinacional que tem caracterizado a PEB. A convivência com os países sul-americanos no campo da defesa, além de empoderar a própria ferramenta de intercâmbio militar, abre ainda oportunidades para a troca de doutrina, percepções de cenário e, em termos mais práticos, desenvolvimento de produtos de defesa com escopo regional.

Nesse mesmo sentido, ressalta-se que a cooperação, como ferramenta da Diplomacia de Defesa, não é um processo que se extingue dentro da esfera militar ou de segurança. A cooperação pode trazer oportunidades de negócios direta ou indiretamente ligados, sobretudo, ao contexto da indústria de defesa, que por seu elevado valor agregado, encerra a oportunidade de transbordar seus benefícios para outras áreas (spin off). Por suas características técnicas e pelo aumento de tecnologias incorporadas aos equipamentos, vem crescendo de importância o

defesa propriamente dito. Com a ressalva feita em uma nota anterior, sobre a adequação das missões de paz no emprego não coercitivo dos meios das Forças Armadas, não se reconhece, dentro das definições estabelecidas na primeira parte desse artigo, uma diferença entre uma ação de “adjunto da diplomacia” e da diplomacia propriamente dita. Desta forma, no contexto da definição embasada pela Escola Inglesa, pode-se falar no máximo em uma su-instituição específica e completa da instituição Diplomacia da Sociedade Internacional descritas por Bull (2002). As missões de paz se enquadram desta forma também nos termos do Exército, de sua DAEBAI (2016) e da END e da PND. A abordagem de Du Plessis também sublinha a participação em missões de paz como importante para a Política Externa de um país, o que reforça a tese da desejável articulação com a PD.

assessoramento especializado não só de militares, mas de técnicos e engenheiros ligados à indústria de defesa³². Evidentemente, o Itamarati pode contribuir para esse tipo de negociação, mas a influência e a opinião técnica dos militares locais são fatores que não podem ser desconsiderados nas negociações de equipamentos na área de defesa³³. Uma variação da aquisição externa é o desenvolvimento nacional de sistema complexos a partir de parcerias e do fomento da capacidade nacional. Há vários Programas Estratégicos do Exército em andamento que geram como subprodutos o estímulo ao desenvolvimento nacional, a projeção internacional, incremento de P&D e inovação. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018a). De fato, tais programas tem potencial para aportar na economia brasileira 112 bilhões de reais até 2039, gerando 790 mil empregos até lá e recolher 20 bilhões só em tributos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018b). Por sua magnitude, de fato, já nascem entre a PD e a PEB, exigindo que façamos o melhor uso possível nos dois mundos. Um exemplo desses programas é a família de blindados Guarani, que chega a 90% de nacionalização (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). Vem sendo desenvolvida sob orientação do Exército a partir de uma parceria com a Fiat-Iveco italiana, que investiu 100 milhões de reais em um parque industrial em Minas Gerais e deve assinar um outro contrato com o Exército em 2019 para a produção de uma Viatura Multipropósito Leve (VML) 4x4 (ESTIGARRIBIA, 2019).

Outro fator que pode fugir à percepção de alguns é que a política de defesa, inclusive no alinhamento das capacidades que se desenham internamente para as forças singulares, no caso o Exército, podem impor desafios à política externa. A adoção de meios ou capacidades que rompem de forma inusitada o equilíbrio ou *status quo* regional pode impor embaraços à chancelaria ou prejudicar outros acordos de cooperação. Por outro lado, em sentido contrário, mas na mesma direção: é improvável que a indústria brasileira consiga vender PRODE no exterior que não

³² Sabe-se da discussão ligada ao Complexo Industrial Militar estadunidense, alertado pelo presidente Dwight Eisenhower em 1961, mas entende-se que não se aplica ao caso brasileiro ou sul-americano, tendo em vista à acanhada estrutura científica tecnológica e industrial no campo da defesa, comparada com a realidade dos EUA e seus aliados.

³³ É conhecido o resultado do projeto de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) conhecido como Projeto FX-2, concluído pela presidente Dilma Rousseff, definindo o sueco Gripen NG como vencedor da concorrência internacional. É público que durante o governo Lula o interesse político o fez chegar a anunciar um caça Francês como vencedor, mas, depois de alguns desencontros, ao final a escolha foi ao encontro do interesse declarado pela FAB e Embraer, não só por critérios militares, mas por questões de transferência de tecnologia.

tenham sido adotados nas Forças Armadas nacionais. A adoção nacional é uma chancela não só de qualidade, mas de garantia da continuidade do suporte e da possibilidade de evolução e modernização futura³⁴.

Uma outra dimensão da diplomacia de defesa cujos reflexos necessitam se articular com a PEB é a possibilidade de se operar de forma combinada, isto é, de realizar operações militares em conjunto com outros países. Diferentemente dos laços comerciais, para os quais pode bastar o pragmatismo, para atuar de forma combinada necessita-se um grau bem mais elevado confiança, exigindo um alinhamento político e institucional o que pode contribuir, extrapolando-se essa confiança, para se encontrar novas e boas oportunidades em outras áreas. Portanto, a afinidade técnica-doutrinária construída pela diplomacia de defesa muitas vezes precisa se coordenar com os laços mais abrangentes construídos aos poucos pela diplomacia tradicional e pela política externa como um todo. Na verdade, tradicional ou de defesa, partícipes da mesma instituição, ambas são parte do mesmo esforço de equilíbrio de poder pela partilha de valores comuns na sociedade internacional (BULL, 2002).

Algumas atividades combinadas já vêm sendo executadas de maneira regular por ação da diplomacia de defesa brasileira. Pode-se citar alguns exemplos. Há anos o Brasil participa do exercício combinado PANAMAX, que reúne nos EUA diversos países das américas em torno de um cenário de defesa do canal do Panamá, com o emprego combinado das Forças Armadas de diversos países das três américas³⁵. Com o fim da MINUSTAH, o Brasil não tem um batalhão constituído desdobrado em uma outra missão de paz da ONU. Entretanto, além das chamadas missões individuais, como Observadores Militares, onde o militar atua isoladamente em um grupo multinacional, a Diplomacia de Defesa brasileira conseguiu articular parcerias para a atuação combinada de militares brasileiros em batalhões e brigadas de países amigos, com históricos laços de cooperação com o Brasil. Dessa forma, em 2019,

³⁴ Cita-se o sistema de Lançador Múltiplo de Foguetes Astros II, produzido pela paulista Avibrás, que por esse motivo chegou a repassar unidades em comodato ao Exército no início dos anos 90. A partir de 2012, o Exército desencadeou o projeto Astros 2020, no qual adquiriu um segundo grupo e modernizou um grupo que possuía anteriormente, e financiou o desenvolvimento de um foguete guiado e um míssil tático de cruzeiro para funcionarem dentro da plataforma. Vantagens para a Avibrás, mas também para os demais países que desde os anos 80, quando o sistema foi desenvolvido, compraram o sistema, como a Malásia, Indonésia e Arábia Saudita, por exemplo.

³⁵ Pode-se citar também que a Força Aérea Brasileira (FAB) organiza, desde 2002, um exercício conjunto combinado chamado CRUZEX. O exercício conta a participação do Exército e, em 2018, contou com a presença de 12 países, dentre os quais EUA, Canadá, Alemanha e França, além do Brasil, Argentina e Chile.

temos um oficial em um batalhão uruguaio desdobrado na MONUSCA (Congo), 7 oficiais e sargentos em uma brigada da Espanha em operações na UNIFIL (Líbano), acordados 2 oficiais para a brigada italiana também na UNIFIL e, através de um acordo com Portugal, 4 oficiais na Missão de Treinamento da União Europeia junto à República Centro Africana (RCA, onde a ONU tem desdobrada a MINUSCA). Ratifica-se, pelos países citados a necessidade de laços profundos para a atuação combinada, como se falou anteriormente.

Na questão regional, como citado anteriormente, tem destaque a desminagem humanitária, em missões como a MARMINAS, de 2003 à 2013, entre o Peru e o Equador, e a desminagem em curso na Colômbia (JID, 2016). Além de se caracterizarem por uma forte presença militar internacional sul-americana, levando o Brasil a atuar novamente de forma combinada, o tema da desminagem está ligada a uma tradição pacifista e de proteção de civis que dialogam fortemente com os posicionamentos da PEB de apoio humanitário e responsabilidade de ou ao proteger, perfeitamente alinhadas com as diretrizes do Art 4º da CF/88. Ressalta-se ainda que, nesse tipo de missão, a destacada participação brasileira tem costumado a colocar o Brasil em postos chaves, capitalizando ainda mais potencial diplomático pela visibilidade no país e pela liderança militar regional.

Abandonando a desminagem, mas mantendo-se na perspectiva combinada sul-americana, no continente há uma iniciativa importante nesse sentido que é a Força de Paz Conjunta e Combinada Cruz de Sur. A Cruz del Sur é uma estrutura operacional binacional que emprega militares das três Forças Armadas do Chile e da Argentina de maneira mais permanente, vocacionada para a atuação em Operações de Paz (EMC, 2015). Pela intensão de cooperação de maior prazo, entende-se que potenciais benefícios para a indústria de defesa nacional e regional, por exemplo, poderiam ser trabalhados melhor, abrindo uma janela maior para o trabalho da diplomacia tradicional.

Em última análise, todas essas iniciativas combinadas com presença sul-americana vão exatamente no sentido da END, que preconiza o investimento brasileiro na criação de uma identidade sul-americana de defesa. Mais do que isso, valendo-se do conceito de Buzan e Waever (2003) sobre um Complexo Regional de Segurança (CRS), as questões de segurança não poderiam realmente ser tratadas fora do complexo sul-americano. Para os estudiosos, essas questões estariam interligadas e as tratativas no contexto do complexo contribuiriam para a estabilidade

regional, ressaltando o papel do membro central do complexo, que nesse caso seria o Brasil³⁶. Mais uma vez, portanto, ressalta-se a necessidade da interligação das práticas da PEB com a PD através dos braços diplomáticos tradicionais e de defesa.

Engendrando atuações combinadas no contexto sul-americano, a diplomacia de defesa brasileira vai ainda ao encontro do parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988): “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Além de observa-lo na prática, conforme pontuado anteriormente, abre caminhos para que a Diplomacia tradicional faça o mesmo, segundo o mesmo dispositivo.

Chama-se a atenção, entretanto, para as críticas de Fuccille e Rezende (2013), que denunciam um descompasso na integração regional sul-americano. Na época, citavam União das Nações Americanas (UNASUL), no campo político e, em sua área de defesa, o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), apesar da defasagem de integração no campo econômico e outros, carecendo, segundo eles, “uma arquitetura institucional mais sólida, capaz de dar suporte a uma integração mais profunda e profícua” (2013). Nas palavras de Saint-Pierre: “em um ambiente pouco propenso à institucionalização, como é a América do Sul, e em boa medida pela prática da diplomacia brasileira, o CDS representa o começo formal de um importante instrumento para a cooperação da defesa subregional” (SAINT-PIERRE, 2012, p.259). Entretanto, Fuccille (2015) afirma que embora a iniciativa possa representar um modelo de defesa inter-regional mais dinâmico, novo, a participação brasileira é ambivalente. Ora participa como *paymaster*, ora se retrai, não engajando o Ministério da Defesa, na percepção de se tratar de um projeto de governo e não de Estado, que neste caso estaria patrocinando apenas uma “experiência exótica” (FUCCILLE, 2015).

Todas essas análises reforçam que existe um nível de integração, mas há espaço para uma melhor articulação entre a PEB e PD. Nesse sentido, fica evidente a possibilidade da contribuição da Diplomacia de Defesa, que ganhou um foro específico para seu exercício no âmbito sul-americano, aumentando o espaço para a

³⁶ O Conceito de CRS não preconiza uma paz absoluta entre os membros, o que estaria ligado a um outro conceito, o de Comunidade de Segurança. Esta última, seria construída a partir de um elevado nível de integração entre seus membros e de um cenário muito improvável de conflito entre eles. No CRS existe um agente central a partir do qual as dinâmicas de segurança são estabelecidas (BUZAN; WÆVER, 2003)

discussão de diferenças, potencializando sua eficácia para o Estado, se bem articulada com a PEB.

Voltando-se desta vez para a África ocidental e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), percebe-se que a PND e a DAEBAI colocam tais áreas como prioritárias, logo após a América do Sul³⁷, o que coaduna com a PEB que apontar nessa direção, claramente a partir do Governo Lula, embora com menos ênfase no Governo Dilma³⁸. Segundo Visentini, juntamente com a reconstrução do Mercosul, a África teve o protagonismo da política externa brasileira, numa diplomacia afirmativa e ativa, num projeto que engajou o próprio presidente como porta-voz, respaldando uma estratégia sul-sul (VISENTINI, 2013). Estudando as ações do Exército Brasileiro em apoio à PEB para a África Subsaariana, Santo (2014) comprovou que, não obstante os esforços do MD, ainda há espaço para a ampliação de cooperações nível defesa na África Ocidental e CPLP, além das missões da ONU já em curso.

Neste sentido, em 2015, a diplomacia de defesa do Exército Brasileiro deu início ao chamado Projeto África, “objetivando aprofundar o relacionamento do EB com os exércitos africanos, particularmente no sentido de apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas” (BRASIL, 2015). De fato, segundo o relatório das ações do projeto em 2015, houve um aumento da presença militar brasileira na Namíbia, Angola, Moçambique e Senegal; aumento do número de vagas para militares africanos realizando cursos e estágios no Brasil para 2016; e aumento do número de visitas e viagens curtas entre o Exército Brasileiro e várias instituições congêneres africanas (BRASIL, 2015).

No mesmo contexto, as ações da diplomacia de defesa capitaneadas pela Marinha do Brasil (MB) na Namíbia, há mais de 10 anos, consolidaram uma importante cooperação com a marinha daquele país, a fim de orientar a estruturação da armada

³⁷ A DAEBAI (2016) estabelece suas prioridades por tipologia de ação diplomática do Exército. A América do Sul tem a primeira prioridade para as ações diplomáticas que visem a integração. Já a África, na diretriz, tem a máxima prioridade para o desenvolvimento de ações cooperação, indicando a necessidade de se criar uma agenda positiva na área.

³⁸ Analisando a evolução recente da PEB, Pecequillo (2008) afirma que os anos 90 do século passado marcaram o retorno do bilateral-hermisférico, enquanto o século XXI trouxe a tradição do global-multilateral de uma forma atualizada. Segundo ela, observa-se a tendência da coexistência desses dois eixos que se interligam sem exclusão: o primeiro vertical e o segundo o horizontal, que se traduz também por eixo sul-sul, no qual se enquadram países menos desenvolvidos, como a maioria dos países do Continente Africano.

local. Fruto desse histórico, em 2013 houve a assinatura de acordos que estão ampliando essa cooperação para o Exército e para a Força Aérea (DEFESANET, 2013). Além da cooperação na formação e adestramento militar em si, a parceria com a Marinha Brasileira levou a Namíbia a adquirir do Brasil um Navio-Patrolha, que foi construído pelo estaleiro INACE, no Ceará. A entrega do navio, em 2009, é mais um exemplo dos bons frutos possíveis da integração das diplomacias tradicional e de defesa que, no caso da Namíbia, permanece de portas abertas para novas parcerias, sobretudo a partir da recente ampliação da diplomacia de defesa no país, com do Exército e da Força Aérea.

Retomando-se Du Plessis (2008), desta vez para investigar o viés político da diplomacia de defesa como adjunto à diplomacia tradicional. Para tal, enquadra-se a Organização das Nações Unidas (ONU), como fórum por excelência para o exercício da Diplomacia tradicional brasileira. Fruto da imagem positiva do Brasil em missões de paz e do trabalho competente de seguidos chefes militares, tem-se, atualmente, o Gen Santos Cruz participando de painéis doutrinários sobre o futuro das missões de paz (UN, 2016c), bem como o Gen Paul Cruz, que chegou a ser diretor do Escritório para Parcerias Estratégicas para Operações de Paz das Nações Unidas em 2015 (ONU, 2015). Some-se a isso o Gen Elias, que foi Force Commander na maior missão de paz da ONU em 2019, a MONUSCO, que será seguido pelo também brasileiro Gen Costas Neves, nomeado no final de 2019, mesmo sem a participação de um grande efetivo brasileiro atualmente com *boots on the ground*, como se diz no jargão, referindo-se ao engajamento efetivo de tropas no terreno, dentro das missões em curso. Esse relevo institucional empresta ao Itamaraty um capital diplomático para, por exemplo, trabalhar no sentido da reforma do próprio Conselho de Segurança (CS) da ONU, que é uma pauta antiga da PEB e constitui, nesse ponto, mais um exemplo dos benefícios da articulação adequada entre a PEB e PD.

5.1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a estudar quais as possíveis contribuições da diplomacia de defesa do Exército para a articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil.

Para tal, inicialmente se percebeu que o pensamento de defesa brasileiro, por questões geopolíticas e de conjunturas interna e externa, permaneceu latente muitos anos, só começando a se desenvolver com alguma independência no final da década

de 1990 do século passado, com o engajamento mais efetivo do Brasil em missões de paz da ONU. Naquele período, surgem o Ministério da Defesa e a Política de Defesa Nacional. Todas as condicionantes tratadas neste artigo, entretanto, causaram dificuldades na articulação PEB-PD que até hoje tem bastante espaço para aprimoramento.

Fora a questão da inserção do país no sistema internacional, que é por si só uma questão complexa, cheia de variáveis, observou-se uma separação histórica entre o universo do Itamaraty e da Defesa, em que pese alguns clássicos os aproximem como versões diversas do mesmo estamento social. Verificou-se ainda parâmetros pouco objetivos, em termos de capacidades ou ameaças, tornando muito mais difícil a coordenação de ações práticas. Há ainda a falta de um órgão que coordene os dois ministérios e a falta de canais e protocolos consolidados para a gestão de problemas ou para o desenvolvimento de políticas ou formas de controle e medição de resultados.

A diplomacia de defesa tem a possibilidade de reforçar a presença brasileira na América do Sul, em fóruns de alto nível no âmbito da defesa, como o CDS, ou viabilizar parcerias operacionais de tropas em missões de paz combinadas ou na desminagem humanitária. A diplomacia de defesa parece ainda ser promissora nas relações com os países africanos e integrantes da CPLP. Muitas vezes abalados por problemas de segurança, a diplomacia de defesa pode gerar oportunidades de incrementar a influência brasileira nesses Estados, contribuindo com a transferência de expertise em segurança e defesa.

Nos diversos níveis a diplomacia de defesa pode trabalhar como vetor de espiral positiva transbordando sua influência na forma de oportunidades de negócio, pesquisa, transferência tecnológica e geração de emprego, seja no desenvolvimento da capacidade instalada da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, seja na venda de produtos de alto valor agregado e elevado índice de nacionalização. Nesse sentido, um trabalho em conjunto diplomacia de defesa e tradicional poderia abrir mercados para produtos brasileiros na América do Sul e na África, por exemplo.

Subsiste para o Ministério da Defesa, as Forças Singulares e o Itamaraty o desafio de suplantar diferenças históricas, estabelecer comissões recíprocas e interfaces em suas estruturas e melhorar a comunicação e articulação em prol dos interesses do Brasil. É fato, entretanto, que o governo tem um papel importante, por ser vetor maior da Política Externa. Sua indicação clara poderá criar melhores

condições de uma articulação mais efetiva e um trabalho com maior consonância na direção dos interesses brasileiros.

No âmbito interno, programas de pós-graduação englobando civis e militares na área de defesa certamente ajudam, não só a preparar melhor profissionais para trabalhar nesse campo, como também tem potencial para aumentar o contato da população em geral com o tema Defesa e incrementar o diálogo civil-militar, gerando um efeito cumulativo e benéfico.

Por fim e em síntese, é possível dizer que a diplomacia de defesa, analisada aqui a partir da perspectiva do Exército, encerra várias oportunidades para uma efetiva e prolífera articulação com a PEB através da coordenação de esforços com a diplomacia tradicional representada em sua práxis pelo Itamaraty. Cabem aos diplomatas e aos diversos atores da defesa e das Forças Armadas aos poucos irem criando pontes para um diálogo mais efetivo, dessa forma mitigando os problemas de articulação entre a PD-PEB, aumentando a sinergia e os produtos positivos para o Brasil e seus cidadãos.

5.1.8 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. W. DE. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 220–250, 2010.

ALMEIDA SILVA, A. R. DE. A Diplomacia de Defesa na Política Internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, p. 179–202, 2015.

ALSINA JR, J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 53–86, 2003.

ALSINA JR, J. P. S. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos**. [s.l.] FGV Editora, 2009.

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Rio Branco: grande estrategista e o Poder Naval**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

BARKAWI, T. "Defence diplomacy " in North South Relations. **International Journal**, v. 66, n. 3, p. 597–612, 2011.

BORLINA, M. F. A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 9, n. 34, p. 9–20, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, 1988.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. . 2008.

BRASIL. **Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional** (S. Federal, Ed.) Brasília, 2013.

BRASIL. **Realizações do Exército Brasileiro no Exterior 2015**. Brasília: [s.n.].

BRASIL. Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional. . 2016.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BUZAN, B.; WÆVER, O. Regions and Powers - The Structure of International Security. **International Studies (2003)**, v. 7, n. 6, p. 564, 2003.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. DE. **Security: a new framework for analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARVALHO, J. M. DE. **Forças Armadas e Política no Brasil**. [s.l.] Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, F. M. DE O. **1808-2008: Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty**. Brasília: FUNAG, 2009. v. 1

COOPER, A. F.; HEINE, J.; THAKUR, R. **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy** Oxford, UK Oxford University Press, , 2013.

COTER. Quadro de Missões Individuais - COTER. 2019.

COTTEY, A.; FORSTER, A. **Reshaping Defense Diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Londres: International Institute for Strategic Studies (IISS), 2004.

DEFESANET. **Brasil e Namíbia querem expandir cooperação bilateral na área militar**. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/9823/Brasil-e-Namibia-querem-expandir-cooperacao-bilateral-na-area-militar/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

DU PLESSIS, A. Defence diplomacy : conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 30, n. 2, p. 87–119, 2008.

EMC. **Fuerza de Paz Conjunta Combinada Cruz del Sur**. Disponível em: <<http://www.emco.mil.cl/?p=124>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

ESTIGARRIBIA, J. **Exército brasileiro negocia a compra de veículos blindados 4x4**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/exercito-brasileiro-negocia-a-compra-de-veiculos-blindados-4x4/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portfólio Estratégico do Exército**. Dez 18 ed. Brasília: [s.n.].

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portfólio Estratégico do Exército: atualidades e perspectivas para a BID**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/images/pdf/EPEX_-Palestra_Pt2.pdf>.

FREEMAN JR, C. W. **Arts of Power: Statecraft and Diplomacy**. Whashington, DC: United States Institute of Peace, 1997.

FUCCILLE, A.; BARRETO, L.; THOMAZELLA, A. E. Diplomacia e Defesa no Governo Lula: um diálogo tardio. **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 2015.

FUCCILLE, A.; REZENDE, P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul : Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, p. 77–104, 2013.

FUCCILLE, L. A. **O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: um novo modelo de defesa subregional?**VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política. **Anais...**Lima: 2015

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992.

HAMANN, E. P. **A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**. Rio de Janeiro: [s.n.].

HIGGINS, K. M. **Military Observer Mission Ecuador-Peru (MOMEPE) Doing a Lot with a Little**. [s.l.] Naval Postgraduate School, 1997.

HILL, C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Second ed. Londres: MacMillan Palgrave, 2003.

JID. **Desminado Humanitario**. Disponível em: <<http://www.jid.org/secretaria/desminado-humanitario>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

KENKEL, K. M. Global Player ou Espectador nas Margens? A “responsabilidade de proteger”: definição e implicações para o Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 12, p. 6–57, 2008.

LABAN, P. L. El Conflicto Territorial entre Ecuador y Peru por el Rio del Cenepa (1995): entre una mediación fallida y otra exitosa. **Revista Pléyade**, v. 4, n. Segundo Semestre, p. 186–211, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projetos Estratégicos do Exército**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-do-exercito-brasileiro>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MUTHANNA, K. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2011.

ONU. **Retrospectiva 2015: o ano nas Missões de Paz da ONU**. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/12/retrospectiva-2015-o-ano-nas-missoes-de-paz-da-onu/#.V7HfFWX00Ak>>.

PECEQUILO, C. S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 136–153, 2008.

PINHEIRO, L. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio Sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 305–335, 2000.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINTO, P. C. DE A. **Diplomacia e política de defesa : o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília: FUNAG, 2015.

PROENÇA JÚNIOR, D. Forças armadas para quê? Para isso. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 333–373, 2011.

SAINT-PIERRE, H. L. La emergencia del Brasil como actor global y la seguridad. **Cuadernos de Estrategia - Instituto Español de Estudios Estratégicos**, n. 158, p. 233–271, 2012.

SANTOS, C. A. G. DOS. **As ações do Exército Brasileiro em apoio à política externa brasileira voltada para a África subsaariana**. [s.l.] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014.

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 185–204, dez. 2005.

SARAIVA, J. F. S. Entre a retórica e o realismo : o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (Eds.). . **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005. p. 53–78.

SCHUMPETER, J. A. **Imperialismo: clases sociales**. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.

SEITENFUS, R. A guerra como instrumento da política. **9º Seminário Internacional - IBCCRIM**, 2003a.

SEITENFUS, R. **O Brasil vai à Guerra**. Barueri: Manole, 2003b.

SILVA, F. C. T. DA. Política de Defesa e Segurança do Brasil no Século XXI: um esboço histórico. In: SILVA FILHO, E. B. DA; MORAES, R. F. DE (Eds.). . **Defesa nacional para o século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 346 p.

SOARES E SILVA, F. J. S. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In: FILHO, E. B. DA S.; MORAES, R. F. DE (Eds.). . **Defesa nacional**

para o século XXI. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 149–181.

TAN, S. S. Military Diplomacy. **The SAGE Handbook of Diplomacy**, p. 591–600, 2016.

UN. **History of Peacekeeping**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/history.shtml>>. Acesso em: 9 ago. 2016a.

UN. **MINUSTAH - Composition Militaires**. Disponível em: <<http://minustah.unmissions.org/composition-militaires>>. Acesso em: 8 ago. 2016b.

UN. **The Future of Civilian Protection in Peace Operations: Endorsing and Implementing the Kigali Principles**. New York: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.un.org/pga/70/wp-content/uploads/sites/10/2016/01/Concept-note-Kigali-Principles-event-final.pdf>>.

UNITED NATIONS. **UN DPO - Where We Operate**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: 10 jun. 2019a.

UNITED NATIONS. **MONUSCO (RDC)**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>>. Acesso em: 10 jun. 2019b.

URT, J. N. A lógica da construção de confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 70–87, 2010.

VISENTINI, P. G. F. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Brasil, 2013.

WATSON, A. **Diplomacy: the dialogue between States**. London: Routledge, 1982.

WINAND, É.; SAINT-PIERRE, H. L. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História On Line**, v. 29, n. 2, p. 3–29, 2010.

ZAVERUCHA, J. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 107–121, 2005.

5.2 NOVOS PAPEIS: ANÁLISE TIPOLOGICA DAS AÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA EXERCIDA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 2005

5.2.1 INTRODUÇÃO

Diplomacia de Defesa é um termo que tem aparecido cada vez mais sobretudo a partir do início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e incremento da globalização e das inter-relações entre os Estados e desses com os demais atores do que se pode chamar na tradição da escola inglesa das relações internacionais de sociedade internacional.

Embora possa-se arguir que a prática é bem mais antiga, a literatura acadêmica

sobre o tema, entretanto, começou a ser produzida a partir da primeira década do século XXI (ALMEIDA SILVA, 2014, 2015; BARKAWI, 2011; CARVALHO, 2016; COTTEY; FORSTER, 2004; DU PLESSIS, 2008; MUTHANNA, 2011; TAN, 2016). Percebe-se também, que por vezes os autores fazem opção pelo termo diplomacia de defesa, outras vezes diplomacia militar. Neste artigo, aceita-se a distinção de Carvalho (2016), que diz que a diplomacia militar é mais conveniente para se referir ao emprego de cidadãos fardados numa diplomacia direta, como aquela exercida pelos adidos militares. Para ele, diplomacia de defesa é mais abrangente, englobando não apenas os membros das Forças Armadas propriamente ditas, mas toda a estrutura de defesa do país em suas práticas. Almeida Silva (2015) concorda, mas a partir de Du Plessis (2008) diferencia também pelo assunto de interesse, que na diplomacia militar tende a ser mais específico, voltado para a realidade técnica-operacional das Forças, enquanto a diplomacia de defesa tem seu escopo ampliado, alcançando temas e interesses de maior nível, à altura da Política de Defesa e, por conseguinte, da Política Externa nacional. Na prática, sendo a segunda mais abrangente, circunscreve a primeira, tornando-se por isso mais adequada a esse artigo, que visa entender justamente *quais são os tipos de ações da Diplomacia de Defesa que o Exército Brasileiro vem praticando a partir de 2005*.

Entendendo as práticas possíveis dessa Diplomacia de Defesa, acredita-se que se contribui para a identificação de oportunidades, em última análise, para o fortalecimento da articulação da Política de Defesa e da Política Externa Brasileira e daí, nos termos que sempre regeram a nossa tradição, para o crescimento do Brasil através do diálogo e do mútuo-respeito.

Hedley Bull define Diplomacia como sendo “a gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (BULL, 2002, p.187). Mantendo o alinhamento teórico e seguindo a diante, em busca de uma definição de diplomacia de defesa (DD), apoia-se em Almeida Silva para dizer que DD é o “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades com status na política internacional” (ALMEIDA SILVA, 2015, p.188-189).

Nesses termos, o presente trabalho procurará investigar quais são essas práticas sociais. Para tal, lançará mãos de documentos e controles oficiais do Exército, da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), que é “formular e propor as

políticas e diretrizes estratégicas para as atividades do Exército na área internacional” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019), além de demais documentos ostensivos e atos administrativos publicados em Diário Oficial da União e outros documentos internos.

Pode-se dizer que o órgão central da Diplomacia de Defesa do Exército Brasileiro seja a 5ª Subchefia do EME. A partir das diretrizes e da coordenação, entram em cena uma série de órgãos e planos que operacionalizam essas diretrizes. Há, por exemplo, o Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA), Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), Plano de Visitas de Militares ao Exército Brasileiro (PVMEB), órgãos como o Comando de Operações Terrestres (COTER), que operacionalizando o preparo e emprego da Força, muitas vezes lança mão de intercâmbios e parcerias internacionais, para citar alguns. Por mais que existam diretrizes claras e centralizadas, registre-se que há, neste trabalho, um grande esforço de integração dos diversos canais por onde as ações tramitam.

O esbarro temporal, 2005 se dá pela edição da Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira. Apesar da terminologia mais abrangente, conforme consta na formulação do problema, este artigo se limita às ações da Diplomacia de Defesa exercidas oficialmente pelo próprio Exército Brasileiro, por sua iniciativa ou ainda que autorizada ou coordenada pelo Ministério da Defesa, tenha sido exercida, de fato, pelos agentes oficiais do Exército, via de regra militares. Nesse sentido, o presente artigo dialoga com Carvalho (2016), que em *Defence Diplomacy and its potential for Brazil* dá conta das ações da Diplomacia de Defesa exercidas pela Marinha do Brasil a partir da criação do Ministério da Defesa.

Uma ressalva importante, entretanto, vem também de Almeida Silva, que em seu esforço teórico para definir DD percebeu uma tendência de diminuição da DD a um sinônimo de cooperação entre exércitos. Embora atividades de cooperação possam estar entre as ações da DD, se a percebermos como uma manifestação especializada da Diplomacia como instituição, definida pela Escola Inglesa, suas práticas serão muito mais complexas do que um simples programa de cooperação. De fato, com o mesmo fulcro teórico, Holsti (2004) admite a possibilidade que as instituições tenham substituições. Para tal, individua-se três critérios para se identificar uma instituição: padrões de práticas; ideias ou crenças que fundamentem essas práticas, bem como os objetivos a serem alcançados; e normas e etiquetas (HOLSTI, 2004). Nesse sentido, tais características poderão ser encontradas não só na Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)

(BRASIL, 2016a), que é o mais alto documento da instituição sobre o assunto, editado a cada 4 anos pelo próprio Comandante do Exército, como nas práticas propriamente ditas que serão analisadas a partir daqui.

5.2.2 TIPOLOGIA DAS AÇÕES DE DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

É interessante notar, indo ao encontro às ideias ou crenças que fundamentam as práticas institucionais (HOLSTI, 2004), que a DAEBAI inicia por pautar suas orientações articulando os princípios e valores que regem as relações internacionais da política externa brasileira, Art 4º CF/88 com os Objetivos Nacionais de Defesa constantes na Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012a). De fato, diz que, o que chamou de Diplomacia Militar do Exército, “realizará suas atividades internacionais buscando atingir os principais objetivos da PND” (BRASIL, 2016a).

Dialogando com os princípios constitucionais, mas principalmente os objetivos nacionais de defesa, constante da PND, bem como sua consequente Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2012), a DAEBAI dá diretrizes que tem, como ideias-chave, os seguintes temas: projetar uma imagem positiva do Brasil, fomentar estabilidade regional, trabalhar para a manutenção da paz, desenvolver a indústria de defesa, aprofundar o relacionamento militar com países de interesse, manter diálogo regular bi e multilateral, empregar adidos militares e buscar qualificação em áreas de interesse da Força Terrestre (BRASIL, 2016, p.6).

Em seguida, a DAEBAI passa a definir o que chamou de Diplomacia Militar³⁹, que para o Exército “visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial”. Como se percebe, a definição proposta pelo Exército coaduna com a perspectiva da Escola Inglesa, com suas instituições – no caso a Diplomacia – como ferramentas para difusão de valores compartilhados, que levariam ao equilíbrio de poder e ao fortalecimento sociedade internacional (BULL, 2002; WATSON, 1982).

Nesse ponto, a DAEBAI (BRASIL, 2016) lista as seguintes atividades realizadas

³⁹ Apesar da DAEBAI utilizar o termo Diplomacia Militar (DM), percebe-se a intensão mais abrangente na definição proposta pela própria diretriz e nos objetivos elencados a partir da PND. Isto posto e para evitar ambiguidades, mantendo também a coerência metodológica deste artigo, o termo DM será trocado por Diplomacia de Defesa (DD), ainda que extraído como DM da DAEBAI, inclusive em citações diretas.

pelo Exército Brasileiro na condução de sua Diplomacia de Defesa:

- missões permanentes no exterior junto às representações diplomáticas, organizações militares de ensino ou instrução, organismos internacionais, comissões e outras;
- missões permanentes de militares estrangeiros no Brasil na área militar;
- conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais, com a participação de representantes do Exército no Brasil ou no Exterior;
- cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil, a fim de tratar de assuntos de interesse do EB;
- intercâmbios militares diversos;
- exercícios/treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior;
- participações em missões de paz;
- participações em missões humanitárias;
- gestões para compra e venda de Produtos de Defesa (PRODE), seus componentes e matérias primas;
- assinatura de entendimentos, convênios, termos aditivos, arranjos técnicos, instrumentos de parceria, cartas de intenção e documentos afins; e
- outras missões eventuais.

Buscando agrupá-las em categorias mais amplas para facilitar o entendimento e possibilitar discuti-las à luz dos dados levantados, preparou-se o esquema visual abaixo, alinhando as categorias propostas às atividades descritas pela DAEBAI:

Representações Permanentes	<ul style="list-style-type: none"> • junto a missões diplomáticas • junto a organismos internacionais • organizações militares e escolas
Foruns e reuniões bi e multilaterais	<ul style="list-style-type: none"> • preparatórias para eventos e exercícios • de coordenação de intensões e parcerias • grupos técnicos e de acordos internacionais
Intercâmbios Técnico-doutrinários	<ul style="list-style-type: none"> • trocas de alunos e instrutores • Assessorias técnicas e intercâmbios
Congressos Científicos e Visitas Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • congressos científicos • feiras e encontros internacionais
Atividades Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • treinamentos/exercícios com tropas estrangeiras no Brasil ou no exterior
Comemorações, competições e visitas protocolares	<ul style="list-style-type: none"> • participação em competições esportivas • visitas e participação em comemorações
Ap Técnico e Missões de Paz e Humanitárias	<ul style="list-style-type: none"> • participação em missões de paz da ONU • participação em missões humanitárias • apoio técnico
Compra e venda de PRODE	<ul style="list-style-type: none"> • gestões para a compra e venda de PRODE • participação de grupos técnicos
Convênios e acordos	<ul style="list-style-type: none"> • assinatura de entendimentos, convênios, aditivos, arranjos técnicos, parcerias, cartas de intenção, etc.

A partir de agora, cada uma das categorias será percorrida com a ilustração dos dados levantados, para se buscar entender a variedade e a complexidade das ações da Diplomacia de Defesa levadas a cabo pelo Exército Brasileiro.

5.2.3 REPRESENTAÇÕES PERMANENTES

Uma das imagens mais imediatas e formais da diplomacia de defesa é a função do chamado Adido Militar, que a DAEBAI classifica como de representação permanente.

O adido militar e seu auxiliar são membros da missão permanente de natureza diplomática. O militar pode ser adido de uma das Forças Singulares e, cumulativamente ou não, pode ser também Adido de Defesa, que “é assessor do chefe de missão diplomática para assuntos de segurança e de defesa” (BRASIL, 2016b).

Entre suas missões, estão a interlocução com a aparato da defesa ou do

Exército no país em questão. Com o apoio desses contatos, realizar o acompanhamento da conjuntura, fomentando oportunidades para a diplomacia de defesa em qualquer das demais atividades possíveis, até a promoção dos Produtos de Defesa (PRODE) brasileiros, fomentando a Base Industrial de Defesa e os interesses do Brasil (BRASIL, 2016b).

Atualmente, o Exército possui adidos militares nos seguintes países:

África do Sul	Alemanha (acreditado na Holanda)	Angola (Acrdt em S. T. e Príncipe)	Argentina
Bolívia	Cabo Verde	Chile	China
Colômbia	Coreia do Sul	Egito	Equador
Espanha (Acrdt no Marrocos)	EUA	Etiópia	França (Acrdt na Bélgica)
Guatemala	Guiana	Índia	Indonésia
Inglaterra (Acrdt Noruega)	Irã	Israel	Itália
Japão (Acrdt Timor Leste)	Líbano	México	Moçambique
Namíbia	Nigéria (Acrdt em Gana)	Paraguai	Peru
Polônia (Acrdt Rep Tcheca)	Portugal	Rússia	Senegal (Acrdt Benin e Togo)
Suécia	Suriname	Turquia	Uruguai
Venezuela	-	-	-

Fonte: (BRASIL, 2019a)

Os adidos militares são interlocutores importantes, permanentes, por definição. Entretanto, isso não quer dizer que o Exército mantenha relações diplomáticas apenas com os países nos quais mantém uma aditância. Há hoje, por exemplo, em Tegucigalpa, Honduras, um oficial superior na função de instrutor/assessor da Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas hondurenhas.

Via de regra, o caráter permanente do adido, além da sinalização diplomática relevante, possibilita tempo e acesso para a construção de uma relação mais próxima e importante com o país. Além disso, fazer parte da missão diplomática brasileira tendo potencial para uma aproximação mais efetiva da política de defesa com a política externa brasileira naquele país.

É importante salientar ainda que há missões permanentes importantes junto a organismos internacionais. O Brasil mantém em Nova Iorque, por exemplo, a Missão

Permanente do Brasil junto a ONU (MRE, 2019), que dispõe de um escritório do Conselheiro Militar, que é um oficial general do último posto das Forças Armadas em sistema de rodízio, ligado ao MD. Há ainda em seu staff, um coronel assessor de cada Força Armada, para a interlocução com as Forças Singulares. É pela missão permanente que tramitam todas tratativas da importante participação que o Brasil vem tendo ao longo dos anos.

Ainda consoante à DAEBAL, pelo histórico das relações e pelo interesse da Força em atualização e intercâmbios-doutrinários mais importantes, há missões de representação junto a escolas e estruturas de relevo de exércitos estrangeiros.

Desde o final da II Guerra Mundial, por exemplo, o Brasil passou a manter um oficial instrutor de português e assessor militar junto a Academia Militar de West Point, nos Estados Unidos. Com os EUA, há ainda oficiais de ligação com os principais fortes responsáveis pelo desenvolvimento de doutrina e das funções de combate⁴⁰, além de um oficial de ligação junto ao Exército Sul dos EUA, que é a estrutura permanente responsável por planos de contingência, cooperação e políticas de segurança do Exército americano para a América do Sul. Em 2019, o Brasil assumiu do Chile, que foi o pioneiro, a designação de um oficial general para a função de subcomandante de interoperabilidade do Exército Sul dos EUA.

5.2.4 FÓRUNS E REUNIÕES BI E MULTILATERAIS

Fora os Estados Nacionais e os grandes organismos internacionais como a ONU, há ainda outros fóruns internacionais importantes que ensejam ações da diplomacia de defesa do Exército, seja na participação de reuniões esporádicas a acreditação de membros para um trabalho mais permanente e durador.

O Brasil participa com representantes, por exemplo, na Junta Interamericana de Defesa (JID) que tem como missão “proporcionar à Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus Estados membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educacional em assuntos relacionados com assuntos militares e de defesa do hemisfério” (JID, 2019). Além de destacar alunos no Colégio Interamericano de Defesa (CID), vinculado à JID.

⁴⁰ Em 2019 o Exército mantém oficial de ligação com os Fortes de Manobra (*Fort Benning*), Fogos (*Fort Seal*), mobilidade, contra-mobilidade e proteção (*Fort Leonard Wood*), além de um instrutor no *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*. Nos EUA, há ainda o editor da revista *Military Review* em português, que fica lotado no *Fort Leavenworth*, Kansas.

Como fórum multilateral pode-se ainda citar como relevante a participação brasileira na Conferência dos Exércitos Americanos. A reunião anual da CEA foi realizada no início de novembro de 2019, contando com os 22 países membros que acordaram, inclusive, que o Brasil sediaria o novo ciclo da conferência, no biênio 2022-2023.

Além de fóruns de políticas mais abrangentes de segurança e defesa, como exemplo de aproximação com a PEB e a diplomacia tradicional, a DD brasileira participa de reuniões especializadas, parte de protocolos e acordos que o Brasil é signatário. Da análise dos dados dos PVANA do período, identificaram-se reuniões anuais de Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), comitês de certos tipos de armas convencionais, comitê *ad-hoc* sobre explosivos improvisados e do grupo de trabalho da rede internacional de educação de defesa nuclear, na agência internacional de energia atômica.

Mais do que uma participação sem expressão, não bastasse o lastro histórico brasileiro, o trabalho técnico da diplomacia de defesa nacional em tais comissões se torna ainda mais importante, quando se precisou esclarecer, por exemplo, que a produção de foguetes com submunições no Brasil, parte do sistema de lançamento múltiplo de foguetes ASTROS II, não infringia o tratado de Ottawa⁴¹, do qual o Brasil é signatário. Mais uma vez demonstrou-se o afinamento da diplomacia de defesa com a PEB.

É importante ressaltar que a evolução tecnológica dos sistemas de armas, a necessidade de capacidades técnicas específicas como a de defesa química, biológica, radiológica e nuclear, por exemplo, além de estruturas de engenharia, educação, pesquisa, ciência e tecnologia vinculados ao Exército, desenvolveram demandas e necessidades de interação diplomática em diversos setores, complementares à doutrina e ao emprego operacional propriamente ditos. Por isso a participação brasileira em fóruns especializados e ligados à ciência e tecnologia de uma forma geral.

Ainda sobre fóruns multilaterais, além dos assuntos técnicos, o Brasil participa há muitos anos do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), com

⁴¹ Tratado do banimento de minas terrestres anti-pessoais. O Brasil precisou explicar que as dimensões e os dispositivos de segurança e autodestruição das submunições não trariam o risco de incremento da situação das minas terrestres que o Brasil mesmo vem sendo um importante parceiro no processo de desminagem na América do Sul, Peru-Ecuador e agora Colômbia.

representantes acreditados junto a sede na Bélgica. Órgão máximo do desporto militar, é o responsável pela organização do Jogos Mundiais Militares, a maior competição do desporto militar mundial. O Brasil sediou o mundial em 2011, que reuniu cerca de 4.200 atletas de 114 países (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019), inaugurando o ciclo dos grandes eventos sediados no Brasil até os Jogos Olímpicos do Comitê Olímpico Internacional (COI). Mais do que isso, embora não se tenha tido acesso a uma coordenação deliberada, tendo o esporte como um valor importante da diplomacia da defesa, por sua ligação profunda com o *ethos* militar, o mundial militar foi ainda importante na construção de uma base e de um programa de atletas de alto rendimento que, desde então até hoje, vem contribuindo com a projeção do Brasil no desporto mundial.

Por fim, há reuniões bi e multilaterais de atualizações e trocas de intensões para intercâmbios, que começam no nível regional, com a Reunião Regional de Intercâmbio (RRIN) entre as brigadas na fronteira até chegar à reunião de mais alto nível, a Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM), que é estabelecida entre países com maior nível de cooperação. No caso do Brasil realiza CBEM com os EUA, Inglaterra, Argentina, Peru, por exemplo. Há ainda reuniões preparatórias para exercícios, competições e treinamentos. Em termos absolutos, de 2005 a 2010 o PVANA marcou 29 reuniões por ano (BRASIL, 2005, 2010), chegando a 62 em 2012 (BRASIL, 2012b), dentre elas reuniões preparatórias para os exercícios combinados⁴² como a Operação Guarani, com a Argentina e a Operação PANAMAX, sediada nos EUA, com a participação de diversos países da América Latina.

5.2.5 INTERCÂMBIOS TÉCNICO-DOCTRINÁRIOS

Categoria proposta englobando as atividades da DAEBAI de troca de alunos e instrutores, bem como assessorias técnicas e intercâmbios, considerando uma troca mais efetiva, onde todos os envolvidos partilham experiências e informações.

O intercâmbio de alunos em cursos militares é uma tradição antiga e praticada com reciprocidade por muitos Exércitos no mundo. Em 2019, por exemplo, a Academia Militar das Agulhas Negras recebeu 14 novos cadetes de nações amigas: 3 da Arábia Saudita, 3 de Camarões, 1 da Guiana, 1 da Guiné-Bissau, 1 de Honduras,

⁴²Na doutrina brasileira, o termo “combinado” significa operações envolvendo mais de um país e o termo “conjunto” mais de uma Força Armada. Há ainda a possibilidade de exercícios (ou operações Conjuntas-Combinadas com a participação de Forças Armadas diversas de diversos países).

2 do Panamá, 1 do Peru e 2 do Vietnã, que receberam o Espadim de agosto de 2019 e deverão cumprir todo o círculo de formação de 4 anos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)⁴³.

Essa tradição se repete em alguns cursos de especialização e nas principais escolas da carreira, como na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército (CPAEx). Recentemente, a ECEME criou um curso de alto nível específico para “promover o intercâmbio de conhecimento e experiências, nas áreas de Política e Estratégia, entre os oficiais superiores do Exército Brasileiro e Oficiais de nações amigas”: o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE). Realizado inteiramente em inglês, formou 5 turmas, num total de 55 oficiais, dos quais 18 brasileiros e 37 de 17 nações amigas.

Em relação à reciprocidade brasileira fora, o Brasil também costuma a enviar oficiais para realizarem os cursos equivalentes no exterior. Desde especializações, como curso de Forças Especiais na Espanha a curso de comandante de pelotões blindados na França. Após a EsAO e a ECEME, vários oficiais são enviados para fazer o curso correspondente fora do Brasil, em países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai, entre outros, mas também nos EUA, Alemanha, França, Itália, Portugal e Espanha, por exemplo. Em muitos destes destinos, o intercâmbio é ainda mais interessante, pois tendo feito o curso equivalente no Brasil – e essa é a regra por aqui – o militar passa um tempo como aluno, entendendo as peculiaridades da doutrina local e em seguida assume o papel de instrutor estrangeiro, podendo ampliar seu intercâmbio com os alunos.

Nos últimos 4 anos, o Exército tem ainda fortalecido o papel dos graduados mais antigos e Subtenentes no dia a dia das unidades e os tem enviado para fazerem cursos de Sergeant Major nos EUA ou Sargento Mayor nos países de língua hispânica.

Há ainda intercâmbios técnicos mais breves, específicos e pontuais, como intercâmbios de técnicas, táticas e procedimentos (TTP) de tropas especializadas, convite para dar palestras em conferências em temas diversos.

⁴³ Pela valorização e rigor dado à formação de seus oficiais, o Exército não envia cadetes brasileiros para cursarem total ou parcialmente sua formação em outros países. Há, entretanto, visitas e intercâmbios menores como prêmio pelo desempenho e para o enriquecimento técnico e cultural do futuro oficial.

A partir de 2005, com a relevante participação brasileira no Haiti, um intercâmbio importante cresceu na preparação para missões de paz. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) é credenciado pela ONU, conduz seus estágios em inglês, e é comum receber instrutores de diversos países como intercâmbio durante os estágios, tendo ainda um grupo de instrutores estrangeiros permanentes: um chileno, um argentino e um francês.



Figura 1 Instrutores CCOPAB Estágio 2018/2 (Acervo Pessoal)

Em 2018 e 2019 o Brasil ainda conta com instrutores permanentes nos centros de preparação para missão de paz da Argentina, do Chile, além do *Ethiopian International Peace Keeping Training Centre* e continua enviando instrutores temporários a outros centros importantes do tema, como o da Suécia.

O intercâmbio na área ainda contempla a *Annual Conference of the Peace Operations Training Centers*. Desde sua criação, o CCOPAB tem sido comandado por oficiais selecionados, que além de experiência em missões de paz, normalmente estão retornando, ou da missão permanente do Brasil junto a ONU ou do Quartel General da ONU em Nova Iorque, dentro do Departamento de Operações de Paz (DPO). Tudo isso legitima ainda mais o Brasil como um centro de preparação de excelência, criando inúmeras oportunidades de interação diplomática, podendo se articular com intensões maiores da Política Externa Brasileira, como de uma reforma no conselho de segurança da ONU. O tema já teve maior evidência dentro da PEB, mas refluíu bastante (VISENTINI, 2013), assim como o Brasil diminuiu sua participação em missões de paz com tropas constituídas. O CCOPAB, entretanto, continua mantendo seu excelente trabalho no âmbito das missões individuais.

5.2.6 CONGRESSOS CIENTÍFICOS E VISITAS TÉCNICAS

Com a criação do Instituto Meira Mattos (IMM) e o Programa de Pós-Graduação Ciências Militares (PPGCM) da ECEME, que teve o mestrado acadêmico reconhecido pela CAPES em 2012 e o doutorado acadêmico em 2016, militares do Exército Brasileiro têm participado de congressos científicos na área de Relações

Internacionais, Sociologia, Segurança e Defesa, como a participação com apresentação de trabalho na 11ª Conferência Pan-europeia de Relações Internacionais em Barcelona, 2017.

Entretanto, é fundamental entender que o Exército também possui a estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia que conta com engenheiros ligados a pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas de Exército, contando desde o Instituto Militar de Engenharia (IME) uma das faculdades de engenharia mais importantes do país, realizando a pesquisa básica, até a Diretoria de Serviços Geográficos ou o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), coordenando a execução da pesquisa aplicada e desenvolvimento de vários projetos de interesse da Força. Consultando a base de dados, a guisa de exemplo pode-se citar o Simpósio Internacional de Geociências e Sensoriamento Remoto, na Alemanha ou ainda a participação no 45º Simpósio Internacional de Microeletrônica (IMAPS 2012), nos EUA, ambos em 2012 (BRASIL, 2012b)

Para manter-se atualizado e sondar o mercado de equipamentos militares e sistemas de armas para o combate terrestre, o Exército participa de feiras internacionais, das quais destaca-se a Eurosatory que é bienal, e atualmente a maior feira do gênero no mundo, bem como feiras mais específicas, como a de construção e energia renovável na Alemanha em 2012⁴⁴ (BRASIL, 2012b).

No escopo das visitas técnicas é comum se observarem visitas de estruturas brasileiras a suas contrapartes em outros Exércitos, em busca de suas melhores práticas e possíveis avanços técnicos, como de membros da Escola de Equitação do Exército a seu correspondente na Argentina em 2011 (BRASIL, 2011) ou de membros do Centro de Instrução de Blindados (CIBId) à Escola de Blindados e Centro de Avaliação das Forças de Defesa de Israel em 2012 (BRASIL, 2012b).

Por fim, há visitas em fábricas fornecedoras ou potenciais fornecedoras de equipamentos para o Exército, como parte do processo de aquisição de materiais de emprego militar. Desde visita a TDW GBmh na Alemanha em 2011 para acompanhar o teste da blindagem que seria utilizada no desenvolvimento da viatura blindada sobre rodas de transporte de pessoal Guarani, desenvolvida e fabricada em Minas Gerais

⁴⁴ Note-se também que o Exército possui uma importante capacidade de construção e fortificação, através de seu Departamento de Engenharia de Construção (DEC), sendo responsável por importantes obras de infraestrutura no país, como trechos da duplicação da BR-101 no nordeste e a atual construção de trechos amazônicos da BR-163 que liga longitudinalmente todo o país, saindo de tenente Portela, RS ao porto de Santerem, PA.

em parceria com a IVECO da Itália, até inspeção pré-entrega de 4 embarcações táticas de combate Guardian 25, nos EUA.

5.2.7 ATIVIDADES OPERACIONAIS

Uma ação da diplomacia de defesa importante é a participação de atividades operacionais combinadas. Treinamentos militares, por suas características, exigem um grande esforço de planejamento e coordenação. Com elementos internacionais, essa complexidade aumenta ainda mais. Ser capaz de planejar e levar a cabo um exercício do gênero é uma realização importante para todos os países envolvidos e alcança muito mais do que a troca técnica e doutrinária na atividade propriamente dita. É uma prova de confiança, de alinhamento e de capacidade e flexibilidade para se encontrar soluções para gargalos que só aparecem com esse nível de exposição e cooperação.

Destaca-se a Operação Guarani que é um exercício com tropa no terreno, realizado entre Brasil e Argentina, um ano em território nacional, outro ano em território Argentino, que envolve não só reuniões, como Exercícios de Simulação de Combate anteriores.

Um exercício de grandes proporções do gênero que tem contado com a participação brasileira é a Operação PANAMAX. Ela se desenvolve ao redor de questões de risco ao livre fluxo de utilização do Canal do Panamá afetando todas as américas. O Exercício, sediado nos EUA, antes anual, passará a ser bienal a partir de 2018 e costuma contar com a participação de mais de 20 países das américas, além de alguns observadores de outros continentes. O Brasil costuma a ter uma participação importante, tendo liderado em 2018 o componente marítimo e aéreo e a Colômbia o componente terrestre. (US SOUTHERN COMMAND, 2018). Cita-se ainda nesse escopo a operação CRUZEX, organizada pela Força Aérea Brasileira desde 2002, mas que conta também com a participação do Exército Brasileiro para o Guiamento Aéreo Avançado (GAA), que é a condução do ataque ao solo das aeronaves. Em 2018 foi sediado em Natal, com a participação 100 aeronaves e 2.000 militares de 13 países (BRASIL, 2018).

Atualmente, o Exército está se preparando para o maior exercício combinado de sua história recente, como fruto de entendimentos de CBEM com os EUA, o que comprova a importância desse fórum no âmbito da diplomacia de defesa. O Brasil integrará a 82ª Divisão Aeroterrestre americana em um exercício de adestramento no

Joint Readiness Training Centre (JRTC), em Fort Polk, Luisiana. O JRTC é o principal órgão de adestramento de tropas leves dos EUA, tendo a capacidade de realizar simulação viva com uma brigada inteira no terreno⁴⁵. Na operação que está sendo chamada de Culminating, o Exército enviará para os EUA uma companhia completa de fuzileiros paraquedistas, em torno de 200 militares, para atuar dentro de um Batalhão americano da 82ª Divisão. A tropa realizará readaptação e salto de paraquedas para iniciar o exercício e partirá totalmente equipada do Brasil com os equipamentos mais modernos disponíveis no Exército, além de seguirem armadas com o novo fuzil nacional, o IA2, produzido pela IMBEL, que usarão para encarar a Força Oponente do exercício, chamados Jerônimos, na tradição americana, e na execução de tiro real em frações constituída no final do exercício.

Observe-se a complexidade de coordenações e aproximações necessárias para a realização de uma atividade operacional combinada, exigindo inúmeras trocas e um nível de confiança muito grande, desde o planejamento que se iniciou muitos anos antes, até a execução do exercício propriamente dito.

À luz do relatado acima, antevê-se oportunidades para a promoção de nossa indústria de defesa numa atividade do gênero. Se não para os EUA, mas compreendendo-se a dinâmica, pode-se usar a mesma tecnologia diplomática, por assim dizer, lançando mão do equivalente brasileiro de adestramento do gênero, que é o Centro de Adestramento Leste (CA-Leste), no Rio de Janeiro. O CA-Leste possui diversos recursos de simulação viva, podendo-se pensar no apoio a tropas do entorno estratégico ou oriundas de países que tenham interesse, seja no intercâmbio doutrinário, seja em conhecer as tecnologias e os equipamentos brasileiros, com todas as reflexos para o crescimento da confiança e do intercâmbio entre países.

5.2.8 COMEMORAÇÕES, COMPETIÇÕES E VISITAS PROTOCOLARES

A próxima categoria diz respeito aos valores e aos protocolos institucionais da diplomacia de defesa. Visitas de Comandantes de Exército e de seus Chefes de Estado-Maior, por exemplo, que são as duas autoridades mais importantes na lógica hierárquica militar, são sinalizações importantes de apreço, prestígio, predisposição ao diálogo.

⁴⁵ Uma brigada nesse caso se refere a pelo menos 4.000 homens. Simulação viva é um tipo de simulação de combate que acopla sensores laser ao armamento e aos militares, que passam a poder ser alvejados pelo sistema e devem manobrar e agir fisicamente de acordo com seu treinamento.

Comemorações são oportunidades interessantes, não só para a diplomacia de defesa, mas muitas vezes para sua coordenação com a PEB. Percebeu-se a participação esporádica de autoridades militar no dia nacional dos nossos países do entorno, mas no período analisado, duas oportunidades demonstraram esse potencial.

A primeira, foi a participação do Exército no desfile militar da Tomada da Bastilha no ano do Brasil na França, em 2005. O Exército mandou um grupamento de quase 100 cadetes da AMAN que, com sua Guarda Bandeira, desfilaram pela principal avenida de Paris, em continência aos então presidentes Lula e Jacques Chirac, que dividiam o palanque oficial.

A segunda, foram as com comemorações dos 70 anos da contribuição da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a libertação da Itália na II Guerra Mundial, em 2015. As comemorações contaram com inúmeras atividades, desde uma



Figura 2 - Comemorações 70 anos da FEB na Itália (EB, 2015)

coluna motorizada de viaturas militares da época pelos caminhos da FEB, até aposição de honrarias militares e homenagens juntos a diversas Províncias, detentoras de diversos monumentos em homenagem à FEB. Utilizando uma cobertura da época, o “bibico”, o próprio Comandante do Exército, Gen Villas Boas, participou de várias dessas atividades ao lado de autoridades italianas e brasileiras (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2015), demonstrando consonância da diplomacia tradicional e de defesa.

Competições esportivas projetam a Força por enaltecerem os valores militares de superação, de desafio, preparo técnico e físico, como a corrida de 10 milhas do Exército Americano, a qual o Exército tem participado com regularidade. Ou as competições militares de pequenas frações que precisam concluir tarefas militares, como a competição de tropas especiais “Forza Comando”, em rodízio pelas américas, e a Patrulha Cambriana, no Reino Unido, que em 2019 rendeu a medalha de prata para a equipe brasileira, entre 350 militares estrangeiros.

Observou-se também outro tipo de competição com potencial para projetar o Exército e o Brasil, que são competições de ensino como campeonatos internacionais

de matemática. O Exército tem enviado, praticamente todo ano um aluno do Instituto militar de Engenharia (IME) para a *International Mathematics Competition for University Students-IMC* na Bulgária.

A propósito de alunos, percebeu-se também viagens de intercâmbio entre Cadetes e viagens prêmio aos primeiros colocados nos principais cursos da carreira. Enquadradas neste trabalho como visitas, assim como a participação de competição de matemática, são também um fim em si mesmo, quando servem como motivação para a aplicação e estudo dentro das Escolas. Mais do que isso, o Exército está ainda investindo para o acabou-so cultural e visão de mundo de quadros com potencial para assumirem posições cada vez mais destacadas ao longo da carreira.

5.2.9 APOIO TÉCNICO E MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS

Uma outra categoria com grande potencial e necessidade de coordenação entre a PD e a PEB e sua diplomacia tradicional.

Felizmente, foi possível observar no que se propôs chamar apoio técnico, exemplos importantes da interação entre outras agências do Estado e o Exército, o que denota a existência de canais para a conjugação e coordenação desses esforços. Cita-se a construção de 8 poços



Figura 3 - Autoridades da diplomacia formal e de defesa na entrega de poços artesianos na Guiana (Brasil, 2017)

artesianos nas Guiana, próximo à fronteira com o Brasil em Roraima, num programa de combate à seca naquele país amigo. No escopo de um acordo de cooperação celebrado entre o governo guianense e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), além dos 8 poços, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), capacitou ainda 43 técnicos guianenses para operá-los. Na cerimônia de entrega dos poços, além das autoridades guianenses, estavam o embaixador, o adido e outras autoridades do Exército, deixando claro mais uma vez, inclusive no campo simbólico, o esforço sinérgico.

No campo das missões de paz e missões humanitárias há aí também um grande trabalho sinérgico da Política de Defesa com a Política Externa Brasileira e todos os seus diversos atores.

A partir de 2005 é impossível não citar o trabalho de relevo desenvolvido no Haiti, que chegou a contar com 2.000 homens em dois batalhões concomitantemente, entre 2010-2012, em apoio de paz e humanitário logo após o terremoto (HAMANN,

2015). Com o término do Haiti, intensas tratativas sobre o envio de um Batalhão de Força de Paz Brasileiro para a República Centro Africana (RCA), mobilizaram as mais altas autoridades da ONU no assunto e da república, inclusive o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, presidente Michel Temer e o Presidente do Congresso Rodrigo Maia, atestando o relevo e a necessidade de inter-relação e diálogo das estruturas diplomáticas brasileiras, Ministério da Defesa e Comando do Exército (AGÊNCIA BRASIL, 2017). No início do ano seguinte, entretanto, 2018, com a crise humanitária na fronteira da Venezuela e o Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro, além da necessidade de equipamentos específicos, o Brasil desistiu naquele momento do envio do Batalhão (ALENCASTRO; VICTOR, 2018).

Enviar uma unidade constituída para uma missão de paz, um Batalhão, exige um grande esforço e investimento, uma vez que a unidade segue com todos os equipamentos necessários para seu emprego. Entretanto, há muitos anos o Brasil vem enviando militares individualmente para servirem a ONU, em diversas missões pelo mundo como observadores militares, oficiais de ligação ou oficiais de estado-maior. O número varia um pouco, 55 em 2015, 37 em 2017 e 56 em 2019 (COTER, 2015, 2017, 2019). Hoje temos militares brasileiros no Saara Ocidental, Guiné-Bissau, República Centro Africana, Sudão do Sul, Chipre, Congo e Líbano.

O engajamento em missões de paz, na verdade, é um ofício tão complexo que exercita a diplomacia de defesa, impondo sua integração com a PEB, em vários níveis. Na linguagem militar, nos níveis político, estratégico, operacional e tático. O político, entre o ministério da defesa e o presidente da república, até uma necessária autorização do congresso para o emprego de tropas, entrando aí em campo a diplomacia do Exército nos assessores técnicos, até mesmo a assessoria parlamentar do Exército, que é sua fronteira interna. No nível estratégico, há o trabalho de assessoria dentro do Ministério da Defesa, depois a interlocução dos militares que integram a assessoria militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU. Passando para o nível Operacional, há oficiais emprestados, contratados pela ONU como funcionários do Departamento de Operações de Paz (DPO) no QG da ONU em Nova York. Em seguida há o exercício da diplomacia de defesa no nível tático, com os *boots on the ground*, tratando e negociando, do *Force Commander* a observadores e soldados em geral, para a manutenção de um ambiente seguro e estável nos mais diversos confins do mundo, com forte destaque hoje para o continente africano.

Outro trabalho humanitário de intensa coordenação com a Política Externa

Brasileira é o trabalho de desminagem, no contexto do tratado de Ottawa, de banimento de minas terrestres, que o Brasil é signatário. O Brasil chegou a chefiar a missão de desminagem entre e Peru e Equador, que foi encerrada, e agora integra a missão de desminagem humanitária na Colômbia, com 13 militares sob a égide da OEA (BORLINA, 2015; COTER, 2019).

Mais recentemente, ainda em andamento, há o relevante trabalho da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima, na Operação Acolhida, frente ao crise de de refugiados venezuelanos, em intensa articulação com vários órgãos do governo, ONG e organismos internacionais. Nesse caso, a diplomacia de defesa, sobretudo o Exército, com seus meios logísticos, não coercitivos, tem se demonstrado um dos principais atores da política externa brasileira nesta crise. Uma ilustração clara do papel ativo da diplomacia de defesa neste caso, para além da prática



Figura 4 - Gen Pazuello em Genebra, na ACNUR (Brasil, 2019b)

operacional da logística, está numa imagem de outubro de 2019, o Gen Eduardo Pazuello, comandante da Força-Tarefa, em Genebra, na Suíça, durante o 70º reunião do Comitê Executivo do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao lado de representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça e do adjunto da ACNUR para Américas e Caribe, numa prática social típica da diplomacia tradicional (BRASIL, 2019b).

5.2.10 COMPRA E VENDA DE PRODUTOS DE DEFESA (PRODE)

Com a evolução tecnológica, as plataformas de combate e os produtos de defesa de uma forma geral estão cada vez mais complexos e sua gestão cada vez mais especializada em todos os pontos do ciclo de vida do material.

Com o alto preço e valor agregado dos equipamentos, sobretudo de plataformas mais complexas, como carros de combate, radares e mísseis, por exemplo, sendo a maior parte deles importados, a pesquisa, aquisição e manutenção desses sistemas consome uma gama importante dos recursos da diplomacia de defesa em todas as suas fases.

Nesse sentido, as opções de compra de sistemas complexos são atividades importantes, que envolvem muitas vezes os mais altos escalões do governo e podem

ter impactos diretos e indiretos na política externa nacional. Independentemente disso, inaugura-se ali uma relação longa e duradoura, em cima de contratos de manutenção e fornecimento de peças. Outras vezes, alguns materiais podem ser frutos de compras de oportunidade do governo, impondo de qualquer forma uma gestão intrincada.

Analisando a variedade de reuniões técnicas do período, verificou-se que muitas delas refletiam alguns dos contratos dos sistemas de armas mais elaborados que o Exército dispõe hoje. Pode-se citar, por exemplo, reuniões com a alemã KMW, que produz a família de carros de combate Leopard, que o Exército dispõe em algumas versões. Nesse caso a aquisição não foi feita diretamente com a fábrica, mas foram comprados usados, em uma negociação governo-a-governo levada a bom termo anteriormente, também com intensa articulação diplomática do Exército. Na prática, a percepção é que a aquisição do material faz o país integrar um “clube”, no caso o “Clube Leopard”, que começa a gerar demandas e eventos de atualização e orientação de manutenção.

A partir daí, foi negociada com a empresa alemã um contrato de Suporte Logístico Integrado (SLI) de 10 anos, com valores mínimos que a fizeram se estabelecer em Santa Maria, RS, com dividendos para a região, mostrando aí a complexidade desses níveis de negociação, exigindo o diálogo entre os entes governamentais e, sempre que possível, o máximo alinhamento com a Política Externa Brasileira.

Reflexões semelhantes podem ser usadas com aos helicópteros da Aviação do Exército (AvEx). A Helibras, fundada em 1978 e instalada em Itajubá desde 1980 é a fornecedora dos helicópteros da aviação do AvEx desde sua implantação, no final dos anos 80. Após várias fusões, a Helibras é uma subsidiária da Airbus Helicopters, com sede na França. Há várias reuniões e uma intensa relação entre o Exército e a empresa, na negociação de peças, manutenção e projetos de modernização da frota, como o que está em voga no momento. O relacionamento é tão volumoso e caro, que o Exército costuma a manter militares de ligação junto a fábrica para estabelecer uma negociação mais favorável ao Exército.

Na outra ponta dos PRODE está a promoção dos materiais da Base Industrial de Defesa (BID) nacional. Em termos gerais, a promoção dos produtos nacionais inicia-se já pelo simples fato do Exército adotar os produtos nacionais. É improvável que se consiga vender um produto de defesa que a Força Armada do país não a empregue. Não é só um atestado de qualidade, mas uma fonte potencial de

intercâmbio doutrinário, como também uma garantia tácita de fornecimento de insumos e de modernização do sistema.

O sistema de armas brasileiro adotado pelo Exército de maior valor agregado é o sistema de lançador múltiplo de foguetes Astros II. O sistema, produzido em São José dos Campos, tem unidades vendidas para a Indonésia, Malásia e Arábia Saudita, por exemplo. Potencialmente, haveria espaço para se começar a montar um Clube Astros, que contribuiria para a troca doutrinária, do ponto de vista operacional, mas também para assessorar a evolução do sistema e, em última análise, promover um material nacional de alto valor agregado.

5.2.11 CONVÊNIOS E ACORDOS

Outro campo de ação importante da diplomacia de defesa é a construção de entendimentos que levem à assinatura de convênios e acordos vantajosos para o Exército e para o Brasil. Um acordo importante jamais é construído do dia para a noite, mas é fruto de diálogo, reuniões e uma eficaz articulação entre políticas de segurança e defesa e internas e de governo.

Um acordo já bastante consolidado, mas de grande relevância até hoje para ambos os países é o acordo de cooperação militar com o Paraguai. O primeiro acordo, de 1941, criou a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP), que durou 25 anos e chegou a ter 15 oficiais. Um novo acordo é assinado em 1997 e perdura até hoje, onde a MMBIP deu lugar à Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP). “A missão foi aprimorada e focou a cooperação militar com fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento profissional” (CMBP, 2018). Hoje os integrantes da cooperação trocam experiências e conhecimento em diversos escalões e em diversas armas e especialidades, além do Paraguai possuir alguns materiais brasileiros como os blindados sobre rodas Cascavel e Urutu.

Em 2018, outro acordo importante foi assinado, fruto de uma construção paulatina da diplomacia de defesa brasileira que foi o *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (ACSA) com os EUA. Trata-se de um acordo bilateral, tipicamente firmado entre os aliados e parceiros mais próximos dos EUA, que habilita a troca de todo tipo de apoio, inclusive suprimentos de diversas classes, como munição e combustível, além de serviços como transporte e manutenção. Durante a Operação *Culminating* citada anteriormente, por exemplo, ao invés de comprarmos determinados suprimentos no Brasil e transporta-los aos EUA, poderemos utiliza-los diretamente

dos estoques locais do Exército Americano, indenizando diretamente a eles. Acordos congêneres estão sendo construídos com outros países.

Recentemente os EUA anunciaram o prestigioso status de aliado importante extra-OTAN (Major Non-NATO Ally) para o Brasil (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019). O status possibilitará algumas vantagens e prioridades nos laços de cooperação e no acesso prioritário a aquisição de equipamentos que, na prática, convidarão a nossa diplomacia de defesa a trabalhar mais intensamente ainda na consecução de acordos e convênios que tragam vantagem efetivas para o Brasil.

5.2.12 CONCLUSÃO

Como se pode observar, a Diplomacia de Defesa exercida pelo Exército Brasileiro tem uma ampla frente de atuação.

No mérito específico do problema proposto: quais são os tipos de ações da Diplomacia de Defesa que o Exército Brasileiro vem praticando a partir de 2005, pode-se estabelecer 9 grandes categorias para essas ações: representações permanentes; fóruns e reuniões bi e multilaterais; intercâmbios técnico doutrinários; congressos científicos e visitas técnicas; atividades operacionais; comemorações, competições e visitas protocolares; apoio técnico, missões de paz e humanitárias; compra e venda de PRODE; e convênios e acordos.

De fato, num mergulho por cada uma dessas categorias, percebeu-se a complexidade de cada uma delas. Mesmo a execução de tarefas elementares para determinadas estruturas militares, dependendo do contexto e do revestimento simbólico, de fato, elevam o status de um simples poço artesiano, por exemplo, se é feito em apoio a outro país. Mesmo cozinhar, organizar e montar acampamentos temporários, o básico das lides castrenses, quando é feito para mitigar os efeitos de uma crise humanitária. A arma não é mais a espada e as novas plataformas nos impõe entender de tudo, de balança comercial a offset e contratos de suporte logístico.

Percebeu-se que todos esses processos exigem, na verdade, mais do que a técnica operacional, mas uma intensa habilidade de negociação e de entendimento do papel diplomático do militar, impondo não uma atividade inespecífica, mas de fato um novo papel a ser aprendido e desenvolvido com o tempo.

5.2.13 BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil deve enviar tropas para missão de paz na República Centro Africana**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/brasil-deve-enviar-tropas-para-missao-de-paz-na-republica-centro>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ALENCASTRO, M.; VICTOR, F. **Brasil desiste da Missão de Paz na República Centro Africana (MINUSCA)**. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/brasil-desiste-da-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-minusca/>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

ALMEIDA SILVA, A. R. DE. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. [s.l.] PUC/RJ, 2014.

ALMEIDA SILVA, A. R. DE. A Diplomacia de Defesa na Política Internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, p. 179–202, 2015.

BARKAWI, T. "Defence diplomacy " in North South Relations. **International Journal**, v. 66, n. 3, p. 597–612, 2011.

BORLINA, M. F. A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 9, n. 34, p. 9–20, 2015.

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA)**. Brasília: [s.n.].

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA)**. Brasília: [s.n.].

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA)**. Brasília: [s.n.].

BRASIL. Política Nacional de Defesa. . 2012 a.

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA)**. Brasil: [s.n.].

BRASIL. Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional. . 2016 a.

BRASIL. Regulamento para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras. . 2016 b.

BRASIL. **CRUZEX 2018**. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/33274/FABTV> - Programa traz informações e

imagens da CRUZEX 2018>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL. **Lista de Aditâncias Militares do Exército**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/adidos-militares>>. Acesso em: 20 ago. 2019a.

BRASIL. **Detalhes e resultados da Operação Acolhida são apresentados diante de Comitê das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/10597206>.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, V. M. DE. Defence Diplomacy and its potential for Brazil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 22, n. set/dez 2016, p. 503–516, 2016.

CMBP. **Cooperação Militar Brasileira no Paraguai: Cooperación, Integración y Amistad**. Disponível em:

<<http://www.cmbp.eb.mil.br/index.php/pt/historico>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

COTER. **Mapa de Missões Individuais**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/divmispaz/images/mapa.jpg>>. Acesso em: 15 set. 2015.

COTER. **Mapa de Missões Individuais**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/missao_individual/mapa_das_missoes_da_ONU_e_OEA.JPG>.

COTER. **Mapa de Missões Individuais**. Brasília: [s.n.].

COTTEY, A.; FORSTER, A. **Reshaping Defense Diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Londres: International Institute for Strategic Studies (IISS), 2004.

DU PLESSIS, A. Defence diplomacy : conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 30, n. 2, p. 87–119, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Message to the Congress on Designating Brazil as a Major Non-NATO Ally** Washington, DC, 2019. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/message-congress-designating-brazil-major-non-nato-ally/>>

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Comandante do Exército participa das comemorações dos 70 anos da FEB**. Disponível em:

<[http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/o-que-vai-pela-forca/-](http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/o-que-vai-pela-forca/-/asset_publisher/FPJORbAA3k44/content/comandante-do-exercito-participa-das-)

[/asset_publisher/FPJORbAA3k44/content/comandante-do-exercito-participa-das-](http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/o-que-vai-pela-forca/-/asset_publisher/FPJORbAA3k44/content/comandante-do-exercito-participa-das-)

comemoracoes-dos-70-anos-da-feb>. Acesso em: 20 out. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército**. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/5-subchefia>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HAMANN, E. P. **A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**. Rio de Janeiro: [s.n.].

HOLSTI, K. J. **Taming the sovereigns: Institutional change in international politics**. New York: Cambridge University Press, 2004.

JID. **Junta Interamericana de Defesa**. Disponível em: <http://www.jid.org/?page_id=2332&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Jogos Mundiais Militares**.

MRE. **Missão Permanente do Brasil junto à ONU**.

MUTHANNA, K. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2011.

TAN, S. S. Military Diplomacy. **The SAGE Handbook of Diplomacy**, p. 591–600, 2016.

US SOUTHERN COMMAND. **PANAMAX 2018**. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/PANAMAX-2018/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VISENTINI, P. G. F. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Brasil, 2013.

WATSON, A. **Diplomacy: the dialogue between States**. London: Routledge, 1982.

5.3 DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 2005: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE SUAS AÇÕES

5.3.1 INTRODUÇÃO

Diplomacia de Defesa não é um termo novo, mas vem aparecendo mais e mais a partir do fim da Guerra Fria.

A literatura acadêmica sobre o tema tem aumentado sua produção sobre o tema a partir dos primeiros anos do século XXI, algumas vezes se referindo também

ao fenômeno como diplomacia militar (ALMEIDA SILVA, 2014, 2015; BARKAWI, 2011; CARVALHO, 2016; COTTEY; FORSTER, 2004; DU PLESSIS, 2008; MUTHANNA, 2011; TAN, 2016).

A guisa de diferenciação, pode-se dizer que diplomacia militar é um termo mais restrito, refere-se ao militar propriamente dito e ao exercício muitas vezes de um tema mais técnico e de interesse particular daquela força singular. Em Diplomacia de Defesa o espectro se abre, podendo o ator ser civil ou militar, mas um representante oficial da estrutura de defesa. O assunto também se alarga, englobando questões ligadas ao tema segurança e defesa de forma mais abrangente, sendo por isso difícil estabelecer o limite transição de uma a outra, fazendo-se a opção pelo termo mais abrangente, que encerra ainda todo o conceito que se quer exprimir (ALMEIDA SILVA, 2015; CARVALHO, 2016; DU PLESSIS, 2008).

Em termos teóricos, postula-se diplomacia de defesa no escopo da Escola Inglesa das relações internacionais, entendendo-a como uma sub-instituição da diplomacia que, por sua vez, é uma das instituições da sociedade internacional descrita por aquela escola que, de alguma forma tenta fazer uma ponte entre o realismo e o idealismo (BULL, 2002; HOLSTI, 2004).

A guisa de definição, Almeida Silva afirma que diplomacia de defesa é o “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades com status na política internacional” (ALMEIDA SILVA, 2015, p.188-189)

Nestes termos, o presente artigo visa entender *como se distribuíram geograficamente as ações da diplomacia de defesa do Exército Brasileiro a partir de 2005*.

Para tal, serão usados palestras, tabelas e partes ostensivas de relatórios da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), que é o órgão do estado-maior responsável por formular “políticas e diretrizes estratégicas” para as atividades internacionais do Exército (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019), responsável pela proposta da Diretriz de Atividades do Exército Brasileiro em Âmbito Internacional, que tem sua versão atual que iniciou seu ciclo em 2016 e tem conclusão prevista para 2019, com uma nova versão sendo editada para o lançamento de 2020.

O Exército possui um Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA), que englobam reuniões, visitas técnicas e intercâmbios mais curtos. Há o Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), Plano de Visitas de

Militares ao Exército Brasileiro (PVMEB), que via de regra operacionalizam os intercâmbios negociados em conferências bilaterais e outros acordos. Atividades operacionais, entretanto, tramitam de forma diferente, missões de paz e a nomeação para missões específicas, como oficiais de ligação e instrutores no exterior também. A compilação desses dados se tornou um desafio a parte, inclusive por vezes utilizarem critérios diferentes.

O limite temporal deste artigo é o ano de 2005, que tornou-se um marco pela edição da Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira. Ainda a guisa de limites, o presente artigo se restringe às ações da diplomacia de defesa exercidas oficialmente pelo Exército Brasileiro, através de seus representantes oficiais, tipicamente militares, por sua iniciativa, autorizado ou coordenado pelo Ministério da Defesa. Nesse sentido, o presente artigo também dialoga com Carvalho (2016), que em *Defence Diplomacy and its potential for Brazil* dá conta das ações da Diplomacia de Defesa exercidas pela Marinha do Brasil a partir da criação do Ministério da Defesa.

5.3.2 ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DA DIPLOMACIA DE DEFESA DO EXÉRCITO

Um ponto de partida para se realizar uma análise mais geográfica das atividades da diplomacia de defesa no âmbito do Exército Brasileiro é a própria DAEBAI. Além da orientação de objetivos e atividades básicas da diplomacia de defesa do Exército, também apresenta uma diretriz geográfica, dividindo o mundo segundo os interesses de sua diplomacia de defesa. Nesse sentido, o documento atual agrupa as áreas do planeta, segundo a seguinte diretriz geral:

Região	Diretriz prioritária
América do Sul	Cooperação e Integração
América Central, Caribe e México	Cooperação e Integração
EUA, Canadá e Europa	Capacitação e Integração
África	Cooperação
Oriente Médio e Sudoeste Asiático	Novas Oportunidades
Leste Asiático e Oceania	Novas Oportunidades

Tabela 1- Diretriz por área geográfica DAEBAI ((BRASIL, 2016)

Observa-se, portanto, o direcionamento ao pragmatismo representado por essa diretriz, não havendo área do globo, para o Exército, fora dos radares da diplomacia

de defesa, ainda que sua execução seja feita dentro das prioridades e dos ditames legais citados como referência pela própria DAEBAl: da constituição federal, aos documentos mais altos da política de defesa brasileira, a Política Nacional de Defesa e sua Estratégia, além de diretrizes específicas do MD.

Um dos instrumentos mais formais do exercício da diplomacia de defesa é a presença de adidos militares permanentes junto às embaixadas brasileiras nos diversos países, servindo de assessor para assuntos militares e de defesa e legítimos agentes oficiais da diplomacia de defesa naquele país. Se analisarmos a distribuição de adidos militares pelo globo, tomando por base as áreas da DAEBAl, veremos a distribuição ao lado. Pode-se perceber que há aditâncias em todas as

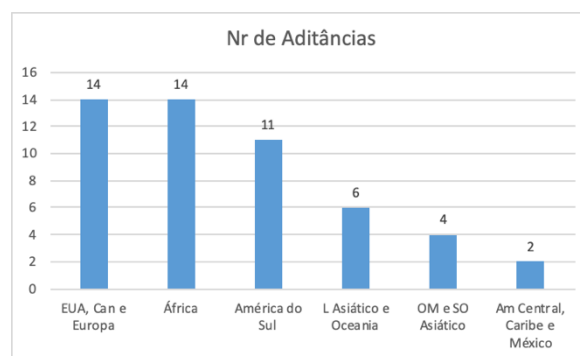


Figura 5 - Aditâncias do Exército por Área (BRASIL, 2019)

áreas preconizadas pela diretriz (BRASIL, 2019a). Mais do que isso, observa-se o flagrante protagonismo dos EUA, Canadá e Europa; África; e América do Sul, como áreas com o maior número de adidos. Note-se, entretanto, que na América do Sul há aditâncias na totalidade dos países do subcontinente, enquanto na Europa, apesar do número absoluto um pouco maior de aditâncias, é coberto apenas 28,5% dos Estados europeus, notadamente aqueles com uma relação histórica mais próxima com o Exército e com o Brasil.

Nessa questão das aditâncias é necessário ainda ressaltar dois pontos. O primeiro é que foram levadas em consideração no gráfico acima as aditâncias exercidas por oficiais do Exército. Há alguns países em que um militar da Força Aérea Brasileira, no caso da Suécia, por exemplo, é responsável pela interlocução em nome do Exército Brasileiro, acumulando a função de adido militar do Exército. No caso da Suécia, por exemplo, apesar de não ter ali um militar do Exército, o Exército possui uma relação histórica com a Suécia, tendo há muitos anos sistema de defesa antiaéreos da Sueca Bofors. Mais recentemente destaca-se um importante intercâmbio na área de formação e adestramento de militares para missão de paz.

O segundo ponto importante é que os adidos não são a única forma de comunicação oficial do Exército, podendo existir Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), por exemplo, que acontecem de forma regular com países com quem se tem um volume de interação maior. Afora isso, contatos, visitas técnicas e

convênios em áreas específicas de interesse são comuns.

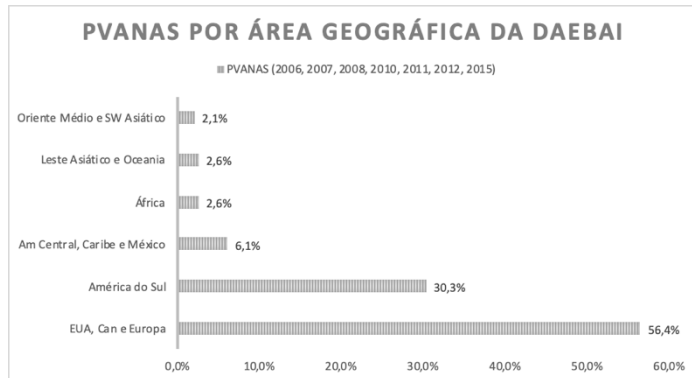


Figura 6 - PVANA por Áreas da DAEBAI (BRASIL, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2015)

Independentemente da presença dos adidos, o Programa de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA) é uma ferramenta importante para visitas, viagens, participação de conferências e reuniões. Se apanharmos os números absolutos do PVANA por área

geográfica de uma amostra do período em questão, poderá se perceber o seguinte novamente o protagonismo da área composta por EUA, Canadá e Europa. Seguida pela América do Sul. Antes da África, porém, com uma distância grande dos dois primeiros, vê-se a América Central, Caribe e México. Esse resultado, entretanto, está contaminado com várias viagens necessárias ao apoio técnico e inspeções da tropa brasileira a serviço da ONU no Haiti, que ali permaneceu de 2004 a 2017.

O resultado justifica-se ainda, em um sentido mais qualitativo, quando se entende que o arco do conhecimento formado pela a área EUA, Canadá e Europa é aonde tipicamente conferências científicas, visitas técnicas e reuniões de organismos internacionais. É ainda onde se encontram as fábricas dos sistemas de armas mais complexos do Exército, de blindados à helicópteros, que justificam viagens para ajustes contratuais, entre outras coisas. Por exemplo: BAE Systems (EUA - Autopropulsados de Art), Airbus helicópteros (França- Helicópteros), KMW (Alemanha – Carro de Combate Leopard), sem falar dos intercâmbios entre as entidades científicas ligadas à pesquisa e desenvolvimento no âmbito do Exército.

5.3.3 AMÉRICA DO SUL

Em relação a América do Sul, a DAEBAI professa o alinhamento com os mais altos diplomas legais da defesa e da política externa brasileira e afirma que a América do Sul é a prioridade da diplomacia de defesa brasileira. Mais do que isso, afiança que “nessa região, o Exército Brasileiro tem implementado ações de cooperação⁴⁶ para

⁴⁶ Note-se que segundo definição anterior, diplomacia de defesa é muito maior do que ações de cooperação. Preconizado como prioridade, o que existe na América do Sul suplanta a colaboração de forma mais estrita.

desenvolver um ambiente de confiança mútua que contribua positivamente com a solução das questões de segurança, em particular, na faixa de fronteira” (BRASIL, 2016).

Se dermos um passo adiante no recorte da distribuição do PVANA dentro da América do Sul, podemos observar que se destacam como principais destinos a Argentina, seguida de perto pelo Chile, depois Colômbia, Uruguai, Peru e Paraguai.

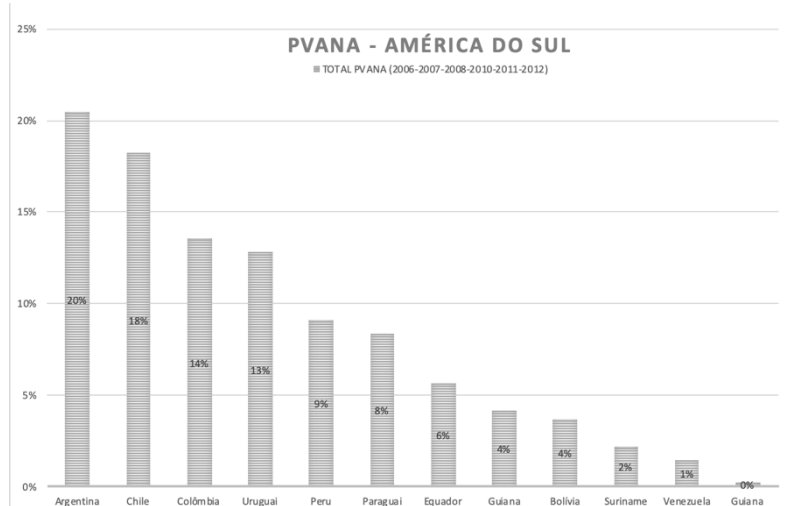


Figura 7 - PVANA dentro da América do Sul

Como tendência nesse tipo de arranjo, os vínculos militares de confiança mútua e cooperação são construídos por uma geografia confinante, mas também pelo histórico de amizades e animosidades da região, além do pragmatismo de um interesse no intercâmbio de capacidades semelhantes. No caso sul-americano, ressalta-se a Argentina como uma rival importante na época imperial, sobretudo no contexto das disputas de fronteiras e do controle da saída do Rio da Prata, juntamente com o Uruguai, nas chamadas Guerras Platinas até a precipitação da Guerra da Tríplice Aliança contra o paraguaio Solano Lopes.

Nesse contexto, a partir da república novos e firmes vínculos de confiança vem se construindo no cone sul, catalisados por iniciativas como o Mercosul, que fortalece não só o comércio, mas a confiança e a interdependência regional. Com o Paraguai, um firme vínculo de cooperação que se fortaleceu sobretudo a partir de 1942, quando se estabeleceu a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, atualmente Cooperação Militar Brasileira no Paraguai que tem realizado intercâmbios constantes para se fortalecer e crescer junto ao país amigo.

Já Chile, Peru e Colômbia são países importantes do compartimento andino americano, economias relevantes e exércitos experimentados, seja na guerra convencional, seja no combate às narco-guerrilhas e pacificação do território nacional.

No processo de amadurecimento do Brasil como player regional e, em alguma medida mundial, a articulação da política de defesa com a PEB são fundamentais, não

podendo a diplomacia de defesa se afastar dos pontos mais importantes da geopolítica e do balanço de poder regional, bem como das principais questões que afligem a segurança do continente. Por isso mesmo o Exército Brasileiro tem participando ativamente dos esforços para mitigar a crise humanitária de refugiados venezuelanos que tem afluído na direção ao Brasil. Desde 2018, o Presidente da República autorizou o emprego efetivo do Exército na região, que tem mantido cerca de 500 militares extras na chamada Operação Acolhida, atuando em coordenação com autoridades civis, nacionais e estrangeiras além de ONG e organismos internacionais vinculados a ONU. É uma importante ação em andamento da diplomacia de defesa brasileira.

Há ainda outras ações típicas de cooperação, como o intercâmbio de profissionais e alunos, reuniões de trocas de informações dos riscos transnacionais nas fronteiras, principalmente frente ao crime organizado, para citar algumas. De 2005 até hoje, foram registrados alunos e instrutores em escolas de diversos níveis, em praticamente todos os países da América do Sul, inclusive com a Venezuela, que atualmente foram suspensos pelo recrudescimento da crise.

Outro intercâmbio importante, além de visitas técnicas pontuais, são operações combinadas com a Argentina e o Paraguai: Guarani e Arandu com o primeiro e Op Paraná com o segundo, que englobam planejamentos, exercícios de simulação de combate e emprego de tropas no terreno.

No tema missões de paz, o Brasil chegou tem instrutores permanentes nos centros de formação de missão de paz da Argentina, Chile e Colômbia. Mais do que isso, o batalhão brasileiro no Haiti chegou a operar com um pelotão paraguaio incorporado, um ensaio aos moldes da iniciativa, ainda mais integrada, de uma força conjunta-cobinada de paz *Cruz del Sur*, entre Chile e Argentina (EMC, 2015; RUZ, 2008).

A desminagem humanitária na fronteira Peru-Ecuador já concluída e a mesma desminagem em curso na Colômbia é uma outra atividade importante da diplomacia de defesa no entorno sulamericano. Ambas tem tido protagonismo do Brasil, que chegou a chefiar a primeira (BORLINA, 2015).

5.3.4 ÁFRICA

Em relação à África a DAEBAI reconhece o protagonismo histórico daquele continente na Política Externa Brasileira. Sublinha, entretanto os países da Zona de

Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2016). Mais do que isso, coloca-se em linha com a política externa exercida a partir de 2005, notadamente fundamentada no multilateralismo e na cooperação sul-sul.

A diretriz dá conta ainda do que chama de Projeto África, com o intuito de “além de fortalecer o intercâmbio já existente, (...) tem como objetivo oferecer ferramentas e capacitação para que africanos desenvolvam soluções próprias para os seus desafios”.

Ao observarmos visitas de brasileiros no continente africano para reuniões ou visitas técnicas dentro do PVANA, elas não são representativas. No máximo uma ida a Angola e outra a Moçambique por ano. A África do Sul desponta um pouco mais, com 2 ou 3 visitas em média por ano.

Em contrapartida, o intercâmbio de cursos e estágios de países africanos nas escolas militares brasileiras aumentou a partir do Projeto África. Pode-se constatar que as vagas para os países da CPLP subiram de forma importante, de 53 vagas em 2014 para 89 em 2017 (BRASIL, 2017). É importante notar que há aí um investimento do Brasil nos países africanos.

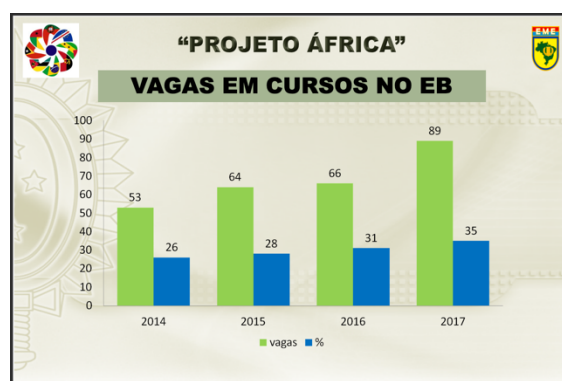


Figura 8 - Vagas para a CPLP em cursos no Brasil (BRASIL, 2017)

Segundo a projeção do EME para 2015, 93 vagas seriam oferecidas para países africanos nos diversos cursos no sistema de ensino do Exército e isso representaria um custo de 1,9 milhões de dólares⁴⁷ (BRASIL, 2014).

Através do projeto África foram construídas vagas de assessoramento de alto escalão junto a alguns países africanos, como o cargo de Assessor Militar para Operações de Paz em Angola e o Assessor de Ensino e Treinamento junto ao Exército da Namíbia.

Merece destaque a Operação Felino, que é um exercício combinado entre os países da CPLP, coordenado pelo MD, com a participação do Exército que contribui para o fortalecimento dos laços entre as Forças Armadas dos diversos países,

⁴⁷ Importante notar que os cursos militares muitas vezes envolvem tiros de obuseiros, granadas, voos de aeronave, viagens, muito combustível, entre outras atividades. Por isso mesmo o investimento para viabilizar vagas em cursos é sempre muito alto.

promovendo um ambiente de confiança que favorece as ações da diplomacia de defesa.

Por fim, outra ação da diplomacia de defesa brasileira importante em território africano é a presença de militares brasileiros à serviço da ONU nas diversas missões da naquele continente. Em dezembro de 2017, por exemplo, existiam militares brasileiros em 8 missões da ONU na África: República Centro Africana, Saara Ocidental, Região de Darfur no República do Sudão, Sudão do Sul, Chipre, Congo, Líbano e Guiné-Bissau (COTER, 2017). No escopo do Projeto África surgiu ainda o intercâmbio de um instrutor brasileiro permanente no relevante centro de treinamento de missões de paz em Adis Abeba, na Etiópia, que é um dos maiores contribuintes de tropas para as operações da ONU.

5.3.5 ESTADOS UNIDOS, CANADÁ E EUROPA

Nesse caso, a DAEBAI afirma que esses países fazem parte do que chamou de “arco do conhecimento” e que as atividades nesses países devem ser incrementadas pela “excelente oportunidade de aprendizado” (BRASIL, 2016).

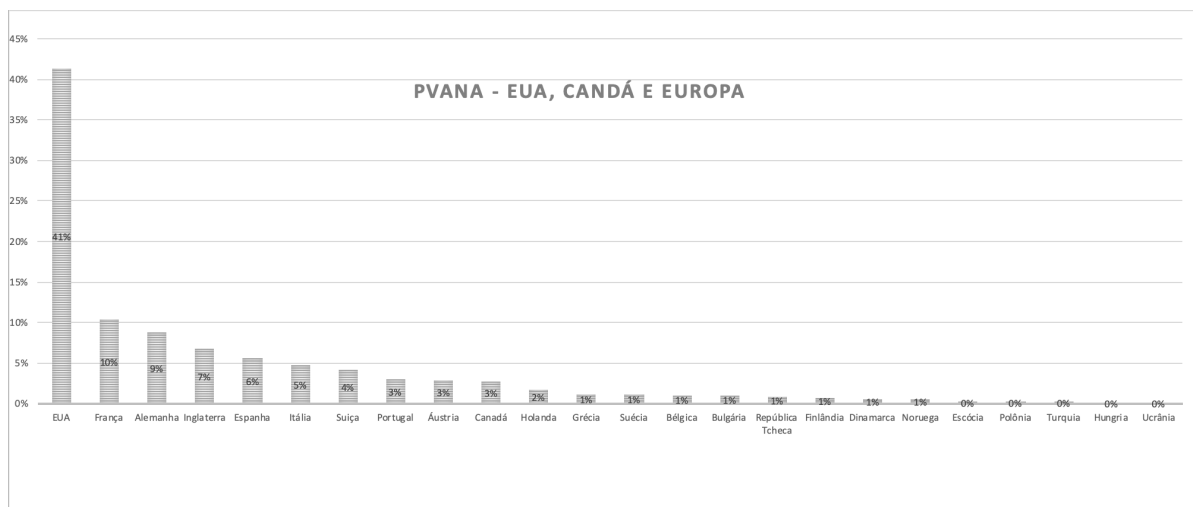


Figura 9 - PVANA dentro da área EUA, Canadá e Europa

De fato, conforme a *figura 2*, as atividades nesta área representam o maior esforço do PVANA brasileiro. Entretanto, se olharmos mais de perto a mesma amostra, observaremos a prioridade marcante dos EUA. 41% das atividades dos PVANAS analisados tiveram como destino os EUA.

Esse esforço da diplomacia de defesa não parece está sendo realizado em vão. De um lado, há o ganho imediato com a troca de informações técnicas ou a participação de seminários e intercâmbios, seja na parte operacional, com um dos

exércitos mais atuantes do mundo, seja na parte científica, com intercâmbios na área de pesquisa e desenvolvimento. Do outro, o Ministério da Defesa brasileiro tem avançado com a assinatura de importantes acordos bilaterais com os EUA, cita-se o acordo na área de tecnologia da Informação, *Master Information Exchange Agreement*, em 2017; e o Acordo Logístico e de Serviços em materiais de defesa, *Acquisition and Cross-Servicing Agreement (ACSA)*, de 2018 (BRASIL, 2018a) além do status de aliado extra-regional da OTAN, com outras importantes vantagens na área de defesa e atestando também um importante alinhamento entre a PD e a PEB (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019).

Destacam-se em seguida países com quem o Exército Brasileiro mantém relações importantes no campo da defesa. Dentro do conceito do “arco do conhecimento” citado acima, há um intenso fluxo de alunos brasileiros que vão realizar cursos nesses países, como cursos de Estado-Maior e aperfeiçoamento de oficiais de diversas armas na Alemanha, EUA, Inglaterra, Itália, Portugal e Espanha, para citar alguns (BRASIL, 2018b).

A área tem ainda um destaque no contexto da aquisição de produtos de defesa de maior valor agregado, a partir do final do século XX até hoje. Nesse caso volta os EUA, seguido da França e da Alemanha, como proprietários de algumas das plataformas de combate mais complexas e modernas que o Exército Brasileiro dispõe. Novos obuseiros autopropulsados de artilharia foram modernizados dos EUA e recebidos esse ano, o M109 A5+ BR (BRASIL, 2019b); a frota de helicópteros brasileira é produzida no Brasil por uma subsidiária da Airbus helicópteros, que é da França; e os carros de combate mais modernos do Brasil são da família Leopard, da Alemanha.

A partir daí seguem países com vínculo histórico e importantes trocas doutrinárias, principalmente por serem países que tem permanecido em operações a partir do final da II Guerra Mundial, aportando valor de combate aos intercâmbios. A Itália é ainda um importante parceiro no desenvolvimento da família de blindados sobre rodas Guarani e a Suíça sede de representações da ONU e de outros acordos que o Brasil é signatário.

Como na América do Sul, diversos desses países têm com o Brasil uma relação tão profunda de confiança e amizade que chegam a realizar exercícios combinados bi ou multinacionais com a participação brasileira. Pode-se citar a Operação PANAMAX, promovida e sediada nos EUA com a presença de vários países das américas;

participação na missão de paz do Líbano de maneira combinada participando da Brigada Espanhola e a partir de 2020 Italiana também; intercâmbio em exercício de emprego de blindados Leopard na Áustria; participação da equipe de treinamento da União Europeia junto as Forças Armadas da República Centro Africana, através de acordo com o Exército Português, para citar alguns (BRASIL, 2011, 2012, 2018b).

Por todos esses motivos, essa área tende a seguir com importância capital para a diplomacia de defesa levada a cabo no âmbito do Exército.

5.3.6 AMÉRICA CENTRAL CARIBE E MÉXICO

Durante praticamente todo o período analisado a área compreendida pela América Central, Caribe e México, tiveram uma grande relevância para a diplomacia de defesa do Exército Brasileiro. Não necessariamente pelo valor do conjunto da relação com todos os seus países, embora o Brasil tenha intercâmbio com alguns, mas principalmente pelo papel importante do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti, que não só manteve o comando das forças sob um General Brasileiro durante todo o período, sem rodízio como é o costume nas demais missões da ONU, chegou a ter 2.000 militares após o terremoto de 2011, quando o Brasil mobilizou e enviou um segundo batalhão para a ilha caribenha. (HAMANN, 2015; IGARAPÉ, 2017). Com o término da MINUSTAH e desmobilização das tropas brasileiras em 2017, o volume de viagens e relações da diplomacia de defesa com a região deverá diminuir.

Além do histórico brasileiro em missões de paz, que remonta às primeiras missões da ONU no oriente médio, na década de 40, com envio de tropas a Suez, depois nos anos de 1990 para a África lusófona, Angola e Moçambique, o engajamento brasileiro no Haiti reforçou o valor do brasileiro como soldado da paz. Com o fim do Haiti, a ONU convidou o Brasil a se engajar com tropas em outras áreas, especificamente a República Centro Africana, além de estar, na época, com o Force Commander do Congo, Gen Elias, seguindo a trajetória de relevo do Gen Santos Cruz, pontualmente nomeado anos antes. Após sinalizações positivas, o Brasil declinou do convite por questões conjunturais e orçamentárias, mas o governo Bolsonaro tem sinalizado o interesse de incrementar a participação brasileira (AGÊNCIA BRASIL, 2017; ALENCASTRO; VICTOR, 2018).

5.3.7 NOVAS OPORTUNIDADES: ORIENTE MÉDIO; SUDOESTE E LESTE ASIÁTICO; E OCEANIA

Mais uma vez, como prova de pragmatismo e multilateralismo inerentes à própria política externa brasileira, regiões do globo com novas oportunidades não escapam aos olhos do Exército e de sua diplomacia de defesa.

Em julho de 2014, por exemplo, foi aberta a Aditância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico em Seul. É bem verdade pelo alinhamento do Ministério da Defesa com o Itamaraty, mas o posto vem sendo ocupado desde então por militares do Exército. Desde então, o Exército também tem mandado oficiais para realizar um curso de coreano um ano e frequentarem a Escola de Estado-Maior daquela nação amiga, que desde então tem mandado oficiais para cursarem o curso congênere no Brasil.

Nos últimos anos o intercâmbio militar doutrinário tem aumentado com a China, que há alguns anos é o maior parceiro comercial brasileiro, principalmente nos cursos de mais alto nível do Exército, com a troca de alunos dos cursos de Estado-Maior e de Política e Alta-administração. Note-se ainda o intercâmbio de alunos no mesmo nível com a Índia e o Paquistão.

Por fim, na região ainda se destaca o Timor-Leste que participa também de um fórum prioritário para o Brasil que é o da CPLP.

5.3.8 CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, retoma-se a pergunta formulada no início deste artigo: como se distribuíram geograficamente as ações da Diplomacia de Defesa que o Exército Brasileiro a partir de 2005.

Como se pode observar durante o artigo, pode-se dizer que a diplomacia de defesa do Exército se distribuiu em um amplo espectro, sem excluir áreas do globo, apenas dividindo conforme o tipo de abordagem e interesse, mantendo-se sempre abertos aos parceiros tradicionais, mas também a novas oportunidades, que podem vir de áreas mais distantes, como o oriente médio ou outras regiões da Ásia que não a China, que já é o maior parceiro comercial brasileiro na atualidade.

Pode-se comprovar a relevância do entorno estratégico brasileiro, com o intenso intercâmbio com os países sul-americanos e também a ampliação da presença na África.

Outra importância flagrante é a do eixo dos países que possuem exército empregados e produção de materiais de defesa de alto valor agregado, tipicamente EUA e alguns países da Europa. São também os países de importante produção

científica, que atraem os polos do Exército ligados a pesquisa e desenvolvimento.

Em síntese, pode-se dizer que a atuação geográfica do Exército vai ao encontro de uma tendência da política externa brasileira ao pragmatismo e multilateralismo. É ainda flagrante um alinhamento sul-sul e a valorização de novas oportunidades, seja na Ásia e Oceania, seja no oriente-médio.

5.3.9 BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil deve enviar tropas para missão de paz na República Centro Africana.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/brasil-deve-enviar-tropas-para-missao-de-paz-na-republica-centro>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ALENCASTRO, M.; VICTOR, F. **Brasil desiste da Missão de Paz na República Centro Africana (MINUSCA).** Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/brasil-desiste-da-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-minusca/>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

ALMEIDA SILVA, A. R. DE. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional.** [s.l.] PUC/RJ, 2014.

ALMEIDA SILVA, A. R. DE. A Diplomacia de Defesa na Política Internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, p. 179–202, 2015.

BARKAWI, T. "Defence diplomacy " in North South Relations. **International Journal**, v. 66, n. 3, p. 597–612, 2011.

BORLINA, M. F. A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 9, n. 34, p. 9–20, 2015.

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas** Brasília: 2011

BRASIL. **Programa de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas** Brasília: 2012

BRASIL. Project Africa. . 2014.

BRASIL. Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional. . 2016.

BRASIL. **O Exército Brasileiro e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** Brasília: 2017

BRASIL. **Brasil e EUA avançam em acordos bilaterais no setor espacial.** Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/46208-brasil-e-eua-avançam-em-acordos-no-setor-espacial>>.

BRASIL. **Informex Nº 032 - de 08 de Agosto de 2018: Missões no Exterior.** Brasília: [s.n.]. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&act=8&ved=2ahUKEwjPh4bj5vjIAhULILkGHY4qCHcQFjAAegQIBRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fdocuments%2F16768%2F8526667%2FINFORMEX%2520N%25C2%25BA%2520032&usg=AOvVaw1IED0c7UyA7y7uXAtGk>>.

BRASIL. **Lista de Aditâncias Militares do Exército**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/adidos-militares>>. Acesso em: 20 ago. 2019a.

BRASIL. **Exército Brasileiro recebe 32 novas viaturas blindadas de combate modelo M109 A5+ BR modernizadas**. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/10605167>. Acesso em: 10 nov. 2019b.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, V. M. DE. Defence Diplomacy and its potential for Brazil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 22, n. set/dez 2016, p. 503–516, 2016.

COTER. **Mapa de Missões Individuais**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/missao_individual/mapa_das_missoes_da_ONU_e_OEA.JPG>.

COTTEY, A.; FORSTER, A. **Reshaping Defense Diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Londres: International Institute for Strategic Studies (IISS), 2004.

DU PLESSIS, A. Defence diplomacy : conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 30, n. 2, p. 87–119, 2008.

EMC. **Fuerza de Paz Conjunta Combinada Cruz del Sur**. Disponível em: <<http://www.emco.mil.cl/?p=124>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Message to the Congress on Designating Brazil as a Major Non-NATO Ally** Washington, DC, 2019. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/message-congress-designating-brazil-major-non-nato-ally/>>

EXÉRCITO BRASILEIRO. **5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército**. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/5-subchefia>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HAMANN, E. P. **A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**. Rio de Janeiro: [s.n.].

HOLSTI, K. J. **Taming the sovereigns: Institutional change in international politics**. New York: Cambridge University Press, 2004.

IGARAPÉ. **Brasil MINUSTAH - 2004/2017**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>.

MUTHANNA, K. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2011.

RUZ, M. I. La Fuerza de Paz Cruz del Sur: cooperación chileno-argentina. **Estudios Internacionales**, v. 160, p. 107–118, 2008.

TAN, S. S. Military Diplomacy. **The SAGE Handbook of Diplomacy**, p. 591–600, 2016.

6 CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, retoma-se o core do que se propôs lançar luzes como objeto: a diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro.

Para se enfrentar o tema, elaborou-se a seguinte pergunta: onde, de que forma e com qual nível de articulação com a Política Externa Brasileira o Exército Brasileiro tem exercido sua Diplomacia de Defesa a partir de 2005? Para a qual se propôs a hipótese de que a diplomacia de defesa exercida pelo Exército Brasileiro a partir de 2005 se utiliza de uma grande variedade de práticas, articuladas de forma sinérgica à política externa brasileira e com um alcance global

No exercício teórico das definições, ainda antes de se atacar a questão propriamente dita, com o auxílio da literatura definiu-se diplomacia de defesa como o emprego dos meios de defesa de forma não coercitiva. No caso em tela, exercida pelo agente oficial do Exército, tipicamente um militar. Mais do que isso, diplomacia de defesa foi definida com uma sub-instituição da sociedade internacional preconizada pela Escola Inglesa das RI, partilhando suas práticas e valores, sendo uma das responsáveis, segundo aquela escola, por promover o equilíbrio de poder pela valorização de valores partilhados, mesmo dentro de um sistema anárquico.

No primeiro artigo, após cumprir um panorama inicial, foram identificadas dificuldades históricas para a articulação entre a Política de Defesa e a PEB, seja pela pouca aptidão dos políticos brasileiros para a política externa, seja pela dificuldade de se desenvolver um pensamento de defesa fora dos quartéis, mitigado apenas mais recentemente, seja por um ministério da defesa ainda em fase de consolidação. Entretanto, percebeu-se uma integração mais recente, já em curso, com a possibilidade da participação brasileira a fóruns multilaterais na área da defesa como a Junta Interamericana de Defesa e Conferência dos Comandantes dos Exércitos das Américas. Cita-se ainda a CPLP, com grande potencial, vínculos culturais, estruturas de defesa ainda em amadurecimento, necessitando assessoramento e apoio, dentro do próprio entorno estratégico prioritário brasileiro há muitos anos que é o Atlântico Sul. Foram identificadas, portanto, apesar das dificuldades iniciais de articulação, um processo de integração que já se iniciou e tem criado oportunidades dentro das intensões tradicionais da PEB.

Em seguida, no segundo artigo, percebeu-se a profusão de tipos de ferramentas da diplomacia de defesa do Exército Brasileiro em voga de 2005 até hoje impondo ao militar, não uma função inespecífica, mas um ofício complexo, uma

habilidade para a qual ele precisa se preparar e se especializar durante a carreira. Da simplicidade de se receber um aluno estrangeiro – mas também de se construir os acordos que levaram o aluno estrangeiro até ali, num contexto muito mais amplo e em sinergia com a política externa – para a capacidade de se negociar internacionalmente detalhes de um acordo de Suporte Logístico Integrado ou de offset que tragam vantagens para a Força e para o sistema de P&D do país.

Nesse período, o militar teve que ser também capaz de atuar de forma não só conjunta, como combinada, em exercícios ou nas ruas do Haiti, algumas vezes mesmo dirigindo o emprego de tropas internacionais, como no Congo e novamente no Haiti novamente. Não bastasse ser o operacional que viabiliza o alívio físico em meio a crise humanitária, negociando no terreno com *stakeholders* nacionais e internacionais, governamentais ou não, foi também a autoridade que se sentou perante o mundo, num organismo internacional, para prestar contas em nome do Brasil. Entendeu culturas, falou outros idiomas, seguiu protocolos, técnicas de negociação, nos foros mais diversos, sempre refletindo valores e princípios comuns ao Brasil. Em todas essas práticas, de fato, exerceu uma diplomacia efetiva, seja por sua *praxis*, seja pela estrutura institucional própria, nos moldes da Escola Inglesa.

No terceiro artigo, percebeu-se a inserção do mundo inteiro no radar da diplomacia de defesa do Exército. A política institucional apenas identifica áreas mais voltadas a ações de integração, cooperação ou novas oportunidades. Mas abarca, de fato, o mundo como um todo. Seja em atividades operacionais combinadas que, pela natureza da psicologia militar exigem o mais alto grau de confiança, acontecendo de forma bilateral com a Argentina, Paraguai e Estados Unidos, ou multilateral como na PANAMAX, âmbito américas, ou FELINO, com os países da CPLP. Fora isso, alunos em cursos mundo afora, inclusive no Paquistão, China, Índia, Coreia do Sul, onde também foi aberta uma nova aditância em 2014.

Os EUA e Europa, de uma forma geral, seguem com grande protagonismo, nesse ponto não só pela necessidade de integração ou cooperação, nas palavras da diretriz castrense, mas pelo pragmatismo dos interesses militares, seja na discussão das doutrinas mais atualizadas de exércitos experimentados nos combates atuais, seja na interlocução com os fornecedores de plataformas de combate com alto valor agregado como helicópteros e carros de combate.

Seja como amplitude geográfica, seja como prática, o engajamento em missões de paz demonstrou-se um ofício importante de exercício dos mais diversos níveis da

diplomacia de defesa, da articulação política em integração com o Itamaraty e a PEB, ao planejamento dentro QG da ONU, até o exercício da diplomacia no nível mais tático, tratando e negociando para a manutenção dos acordos de paz e o fortalecimento de um ambiente seguro e estável em vários países do mundo. Em efeito, numa missão da ONU a amplitude geográfica vai com ela aonde for desdobrada, pois reside já na variedade de países que a compõe e fazem o seu funcionamento diário um grande desafio e uma história de sucesso em si mesma.

Confrontando essas percepções com os pressupostos da questão proposta, podemos confirmar a tese, à luz dos dados e das reflexões por eles inspiradas. A diplomacia de defesa exercida pelo Exército a partir de 2005 se estabelece por uma ampla gama de práticas sociais e de forma abrangente geograficamente, nas mais diversas regiões do mundo. Do ponto de vista da articulação com a PEB, a despeito de alguma dificuldade histórica para a participação da sociedade em geral, inclusive a academia, no pensamento de defesa brasileiro, no período estudado percebeu-se uma articulação cada vez maior entre elas através de diversas ações da diplomacia de defesa do Exército, do desdobramento de missões de paz ao amparo de crises humanitárias, passando engajamento operacional e deliberativa em fóruns ligados a protocolos assinados pelo Estado Brasileiro, como o Tratado de Ottawa.

Por fim, a guisa de sugestão para estudos futuros, percebeu-se a oportunidade de pesquisas que analisem a tendência anterior ao recorte temporal da presente tese, 2005, para inferir, entre outras coisas, o efetivo impacto da Política de Defesa Nacional no direcionamento da diplomacia de defesa do Exército. Outro ensejo observado, em um campo mais teórico, seria a reflexão sobre a capacidade explicativa que outras teorias das relações internacionais teriam sobre o fenômeno, como o construtivismo, por exemplo. Extrapolando o Exército, foram verificados estudos ligados à diplomacia de defesa da Marinha do Brasil, com quem se pode dialogar, entretanto não foi possível identificar pesquisas congêneres acerca da contribuição da Força Aérea Brasileira sob a mesma ótica, o que poderia contribuir para uma compreensão mais global da diplomacia de defesa do Brasil. Uma última sugestão se apresenta ainda nos estudos que enfocassem no papel ou na efetividade do direcionamento do Ministério da Defesa em relação à diplomacia de defesa no âmbito das Forças Singulares.

No final do século XX, se ouvia dos instrutores, nos corredores da AMAN, um pequeno ditado que dizia que “o militar precisa estar preparado para pisar, com a

mesma classe, no barro e no tapete vermelho”. Isso, hoje, nunca foi tão real. A imagem, na época, talvez fosse a de um baile, uma celebração em uniforme de gala. Na vida real, ali se encontrariam diplomatas, autoridades, civis e militares, para a condução dos ofícios de Estado. Hoje em dia, ao fim da festa, se saíssem as autoridades, permaneceriam os diplomatas, fardados ou não, na tentativa de construir uma instituição cada vez mais coesa e consonante com a Política Externa Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA SILVA, A. R. DE. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. [s.l.] PUC/RJ, 2014.
- ALMEIDA SILVA, A. R. DE. A Diplomacia de Defesa na Política Internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, p. 179–202, 2015.
- ALSINA JR, J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 53–86, 2003.
- ALSINA JR, J. P. S. **Política Externa e poder militar no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009a.
- ALSINA JR, J. P. S. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 173–191, 2009b.
- ALSINA JR, J. P. S. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos**. [s.l.] FGV Editora, 2009c.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BÁRBARA, M. DE J. S. **Projeção de poder com Soft Power: a convergência entre a atuação do Exército Brasileiro e a Política Externa do Brasil para a África (2003-2014)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.
- BARKAWI, T. "Defence diplomacy " in North South Relations. **International Journal**, v. 66, n. 3, p. 597–612, 2011.
- BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionario de politica**. [s.l.] Ed. UNB, 2007.
- BOLSONARO, J. M. **Discurso do Presidente da República, Jair Boslonaro, na Abertura do Debate Geral da 74º Sessão da Assembleia Geral da ONU**Nova Iorque, 2019.
- BRASIL. Política de Defesa Nacional. . 2005.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. . 2008.
- BRASIL. Livro Branco da Defesa Nacional. . 2012.
- BRASIL. **Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional** (S. Federal, Ed.)Brasília, 2013a.
- BRASIL. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília: [s.n.].

BRASIL. Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional. . 2016.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARNEIRO, I.; OLIVEIRA, T. Itamaraty e o papel de outros atores governamentais nas Relações Internacionais do Brasil. **Juca: diplomacia e humanidades (Instituto Rio Branco)**, n. 7, p. 113–116, 2014.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.

CERVO, A. L. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. SPE, p. 7–32, 2010.

CORRÊA, G. C. A Política de Defesa do Brasil no século XXI. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 8, n. 31, p. 29–38, 2014.

COTTEY, A.; FORSTER, A. **Reshaping Defense Diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Londres: International Institute for Strategic Studies (IISS), 2004.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. 3rd. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. 3ª Ed ed. Porto Alegre: Penso, 2010.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2ª Ed ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CREVELD, M. VAN. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.

CREVELD, M. VAN. **The Changing Face of War: Lessons of Combat, from the Marne to Iraq**. 1st. ed. New York: Ballantine Books, 2006.

CRUZ, A. DE S. **A participação do Exército Brasileiro nas operações de paz da ONU pós- Guerra Fria: um vetor da diplomacia, por meio da “diplomacia de defesa”**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014.

DU PLESSIS, A. Defence diplomacy : conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 30, n. 2, p. 87–119, 2008.

EASTERBY-SMITH, M; THORPE, R; LOWE, A. **Management Research: An Introduction**. London: SAGE, 1991.

EXÉRCITO, C. DO. **Portaria Nº 734, de 19 de Agosto de 2010** (Exército, Ed.)Brasília, 2010.

FABIANI, H. Z. Diplomatie de Défense et Diplomatie Préventive: vers une nouvelle symbiose entre diplomatie et défense. **Annuaire Français de Relations Internationales**, v. III, p. 614–629, 2002.

FERREIRA, S. DE S. **A participação das Forças Armadas brasileiras em Operações de Paz no continente africano (1990-2014) na integração das Políticas Externa e de Defesa.** Rio de: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2017.

FEYERABEND, P. et al. **Criticism and the Growth of Knowledge.** Londres: [s.n.].

FREEMAN JR, C. W. **Arts of Power: Statecraft and Diplomacy.** Whashington, DC: United States Institute of Peace, 1997.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man.** New York: The Free Press, 1992.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real.** Porto Alegre: Penso, 2012.

ITALIA. Libro Bianco per la sicurezza internazionale e la difesa. . 2015 a.

ITALIA. **Ufficio del Consigliere diplomatico.** Disponível em: <http://www.difesa.it/Il_Ministro/Uffici_diretta_collaborazione/Pagine/UfficioConsigliereDiplomatico.aspx>. Acesso em: 3 set. 2015b.

KENKEL, K. M. Global Player ou Espectador nas Margens? A “responsabilidade de proteger”: definição e implicações para o Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 12, p. 6–57, 2008.

KINGDON, U. International Defence Engagement Strategy. . 2013.

LANDIM, H. G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul.** [s.l.] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014.

LUÍS, C. C. R. **Ao Mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-à-vis a Política Externa Brasileira.** São Paulo: [s.n.].

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Saraiva, 2004.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MURPHY, J. **The Need for Defence Diplomacy.** Disponível em: <<https://rusi.org/commentary/need-defence-diplomacy>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

MUTHANNA, K. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2011.

NASSER, R. M.; MORAES, R. F. DE. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. 2014.

NAUMANN, K. The Responsibility to Protect—Humanitarian Intervention and the Use of Military Force. **Canadian Military Journal**, v. 5, n. 4, 2004.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Teorias e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PARLIMENT. HOUSE OF COMMONS. The strategic defense review white paper. n. October, 1998.

PECEQUILO, C. S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 136–153, 2008.

RAMON-FERNANDES, V. Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron. **Relações Internacionais (R:I)**, n. 45, p. 111–122, 2015.

REVERON, D. S. **Exporting security: International engagement, security cooperation, and the changing face of the U.S. Military**. [s.l.: s.n.].

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas** Nova Iorque, 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>

SANTOS, C. A. G. DOS. **As ações do Exército Brasileiro em apoio à política externa brasileira voltada para a África subsaariana**. [s.l.] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014.

SCHELLING, T. C. **Arms and Influence**. Yale: Yale University Press, 1966.

SCHUTZER, H. **Geopolítica brasileira na África Subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006): Um estudo de Geopolítica comparada**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2009.

SEGAL, H. **Geopolitical Integrity** Montréal, Canada/Institute for Research on Public Policy , , 2005.

SILVA, F. C. T. DA. Política de Defesa e Segurança do Brasil no Século XXI: um esboço histórico. In: SILVA FILHO, E. B. DA; MORAES, R. F. DE (Eds.). **Defesa nacional para o século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 346 p.

SOARES E SILVA, F. J. S. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In: FILHO, E. B. DA S.; MORAES, R. F. DE (Eds.). **Defesa nacional para o século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 149–181.

SWISTEK, G. The Nexus Between Public Diplomacy and Military Diplomacy in Foreign Affairs and Defense Policy. **Connections: The Quarterly Journal**, v. 11, n. 2, p. 79–86, 2012.

TAN, S. S. Military Diplomacy. **The SAGE Handbook of Diplomacy**, p. 591–600, 2016.

TEDDLIE, C.; TASHAKKORI, A. **Foundations of Mixed Methods Research**. New York: SAGE, 2009.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Guerra e Antiguerra: sobrevivência na aurora do Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Department of Defense Webpage**. Disponível em: <<https://www.defense.gov/Our-Story/>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

UNITED NATIONS. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations**. New York: [s.n.].

WATSON, A. **Diplomacy: the dialogue between States**. London: Routledge, 1982.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WINAND, É.; SAINT-PIERRE, H. L. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História On Line**, v. 29, n. 2, p. 3–29, 2010.